



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

LEONARDO DE CASTRO ARAÚJO

**PERIURBANIZAÇÃO NA METRÓPOLE:
Bairro Chácaras Bom Retiro, Goiânia-GO**

GOIÂNIA-GO
2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Leonardo de Castro Araújo				
E-mail:	leo.dcastro.geo@gmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla	CAPES		
País:	Brasil	UF:	DF	CNPJ:	00889834/0001-08
Título:	Periurbanização na Metrópole: bairro Chácaras Bom Retiro, Goiânia-GO				
Palavras-chave:	Metropolização, periurbanização, fragmentação territorial				
Título em outra língua:	Periurbanization in the metropolis: Bom Retiro neighborhood, Goiânia-GO				
Palavras-chave em outra língua:	Metropolization, periurbanization, territorial fragmentation.				
Área de concentração:	Natureza e produção do espaço				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	25/03/2014				
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Geografia IESA/UFG				
Orientador (a):	Prof. Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira				
E-mail:	celenemonteiro05@gmail.com				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

LEONARDO DE CASTRO ARAÚJO

**PERIURBANIZAÇÃO NA METRÓPOLE:
Bairro Chácaras Bom Retiro, Goiânia-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Profa. Orientadora: Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira.

Goiânia
2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

A663p Araújo, Leonardo de Castro.
Periurbanização na Metrópole[manuscrito]: Bairro
Chácaras Bom Retiro, Goiânia-GO / Leonardo de Castro
Araújo. - 2014.
122 f. : il., figs, tabs.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celene Cunha Monteiro Antunes
Barreira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2014.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras e tabelas.

Anexos.

1. Urbanização – Goiânia (GO) 2. Fragmentação
territorial – Goiânia (GO) 3. Goiânia – Metropolização
I. Título.

CDU: 911.375.1(817.3)

LEONARDO DE CASTRO ARAÚJO

**PERIURBANIZAÇÃO NA METRÓPOLE: BAIRRO CHÁCARAS BOM RETIRO,
GOIÂNIA-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Comissão Julgadora

Profa. Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira
(Universidade Federal de Goiás)

Profa. Dra. Miraci Kuramoto Nucada
(Pontifícia Universidade Católica de Goiás)

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
(Universidade Federal de Goiás)

Local de defesa: Auditório do IESA/UFG.

Resultado: Aprovado

Goiânia, 25 de março de 2014.

Dedicatória

A toda a comunidade das Chácaras Bom Retiro e às pessoas que me ajudaram com seus relatos e suas histórias.

.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Profa. Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, pela paciência, educação e pelos ensinamentos que certamente me ajudaram a finalizar este trabalho. Agradeço também à Universidade Federal de Goiás, mais especificamente ao Instituto de Estudos Socioambientais, e aos professores, pelo apoio e pela aprendizagem construídos ao longo de seis anos de Geografia.

Agradeço aos meus pais, Paulo e Rosilda, ao meu irmão e à minha cunhada, Felipe e Ralciane, e ao meu pequeno sobrinho Enzo, pelo apoio e pela confiança. Aos meus primos Fausto e Renato, pela conversa amiga e pelas discussões acadêmicas e políticas, que me ajudaram a pensar e a escrever esta dissertação.

Aos amigos Diego Alencar, Priscylla Menezes e Edson, pelo “pontapé” inicial deste trabalho. Aos amigos Ricardo Pinto, Regis Rodrigues, Murilo Cardoso, Joildes Brasil, pelas risadas, conversas sem fim e contribuições acadêmicas. Aos amigos Robson Elias, Karen Cristina, Déborah Dias, Pollyane Vieira, Marques Alberto, Jakeline Cristine, meus anjos da guarda, desculpem-me pela ausência!

A toda a comunidade das Chácaras Bom Retiro, que mereceu ter sua trajetória territorial contada. Aos meus avós Patrocínio Viana e Joana Marinho, nordestinos, portalegrenses, corajosos, que, assim como milhares de outros conterrâneos, cortaram este país em busca de melhores oportunidades de vida. Construíram novas histórias, novos lugares, novos territórios.

RESUMO

O presente trabalho aborda o processo de periurbanização na região norte do município de Goiânia. Para tanto, a análise toma como realidade empírica a dinâmica territorial do Bairro Chácaras Bom Retiro. O processo de periurbanização é visto como ação da própria metrópole e, por essa razão, a análise teórica retoma os conceitos de metropolização e periurbanização de forma complementar. A origem do Bairro Chácaras Bom Retiro está marcada por um processo migratório de pessoas oriundas do município de Portalegre (RN), possuidoras de forte tradição rural. Atualmente, notam-se significativas transformações territoriais verticalizadas no bairro, resultado da influência e da extensão territorial da metrópole goiana. A paisagem natural e o tempo lento do lugar, contrastam com o espaço metropolitano. No entanto, a paisagem, que remete ao campo, exige uma nova leitura, uma vez que a urbanidade é dispersa pela metrópole também para os espaços “rurais”. Dessa nova realidade emergem muitos problemas e desafios para a população local, como a dificuldade de acesso a comércio e a serviços, a implantação incompleta de infraestrutura urbana, a oferta precária de serviço de transporte coletivo, etc. Pretende-se, também, contribuir para o debate que envolve a problemática da Região Metropolitana de Goiânia e as reflexões acerca dos conceitos de periurbanização e metropolização.

Palavras-chave: metropolização, periurbanização, fragmentação territorial.

ABSTRACT

This paper discusses the process of periurbanization in the northern city of Goiânia. For both, the analysis takes as empirical reality the territorial dynamics Chácaras Bom Retiro neighborhood. The process of periurbanization is seen as an action of the metropolis itself, therefore the theoretical analysis incorporates the concepts of metropolization and periurbanization in a complementary way. The origin of the Chácaras Bom Retiro neighborhood is marked by a migratory process of people from the city of Portalegre (RN) with strong rural tradition. Currently, there is significant territorial transformations presente in the neighborhood, a result of the influence and territorial extent of Goiânia metropolis. The natural landscape and the slow time of the place contrast with the metropolitan space. However, the landscape which refers to the field requires a new reading, since urbanity is dispersed by the metropolis also for the rural. This new reality emerges many problems and challenges for the local population, as the difficulty of access to commerce and services, the incomplete implementation of urban infrastructure, the provision of poor public transport service, etc. It is intended to also contribute to the discussion about the question of the Metropolitan Region of Goiânia and reflections on the concepts of periurbanization and metropolization.

Keywords: metropolization, periurbanization, territorial fragmentation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – METROPOLIZAÇÃO E PERIURBANIZAÇÃO NA REGIÃO NORTE DE GOIÂNIA	18
1.1 METROPOLIZAÇÃO E TERRITÓRIO: ESCALAS E PROCESSOS	18
1.1.1 Metrôpoles e Rede Global	19
1.1.2 Metropolização e Região	20
1.1.3 O espaço intraurbano e o local na trama metropolitana	22
1.2 A DINÂMICA TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA	25
1.3 O AVANÇO DA METRÓPOLE SOBRE OS ESPAÇOS “RURAIIS” E O PROCESSO DE PERIURBANIZAÇÃO NA REGIÃO NORTE DE GOIÂNIA .	32
CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS CHÁCARAS BOM RETIRO	47
2.1 MIGRAÇÃO, PARCELAMENTO DE TERRAS E TRABALHO AGRÍCOLA ..	47
2.2 FALÊNCIA DA ATIVIDADE AGRÍCOLA NOS MOLDES DA AGRICULTURA FAMILIAR	54
2.3 A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS CHÁCARAS BOM RETIRO	57
CAPÍTULO 3 – AS CHÁCARAS BOM RETIRO NO ENTORNO DA METRÓPOLE	71
3.1 O AVANÇO DA METRÓPOLE E A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO PERIURBANO NAS CHÁCARAS BOM RETIRO	71
3.2 “TÃO PERTO E TÃO LONGE” – MORAR EM UM ESPAÇO EM TRANSIÇÃO	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	117
ANEXO I	118
ANEXO II	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do bairro Chácaras Bom Retiro, Goiânia (GO)	13
Figura 2	Crescimento espalhado	14
Figura 3	Tecido urbano e principais vias de ligação da RMG – 2012	28
Figura 4	Região norte do município de Goiânia e suas principais vias	36
Figura 5	Condomínio Paraíso Tropical e Parque dos Cisnes	37
Figura 6	Condomínio Canto do Pássaros, em construção às margens da GO-080, próximo ao Jardim Pompeia e ao Setor São Judas Tadeu	37
Figura 7	Loteamento Bela Goiânia	38
Figura 8	Transportadora em construção na GO-080	39
Figura 9	Empresa de venda e aluguel de máquinas agrícolas	40
Figura 10	Viveiro de árvores destinadas ao reflorestamento (km 04). A proximidade com a metrópole facilita os negócios no âmbito ambiental	40
Figura 11	Empresa de venda de eucaliptos tratados (km 4)	41
Figura 12	Chácara Talismã (km 3)	41
Figura 13	Hortas localizadas no início das GO-462 e GO-080. São atividades que se beneficiam da proximidade com o mercado consumidor	42
Figura 14	Goiânia: macrozonas e localização das Chácaras Bom Retiro	44
Figura 15	Município de Portalegre, Rio Grande do Norte.....	48
Figura 16	Pedologia e altimetria do Bairro Chácaras Bom Retiro.....	51
Figura 17	Fábrica de farinha da família Patrocínio Viana. Foto da década de 1970	53
Figura 18	Pai e Filho à frente de plantação de mandioca – década de 1970 ..	54
Figura 19	Vista aérea do espaço rural das Chácaras Bom Retiro	58
Figura 20	Territorialização de famílias nas Chácaras Bom Retiro, 2013	60
Figura 21	Entrada do núcleo “Aldeia”, à margem da GO-080	61
Figura 22	Fotografia frontal do núcleo “Aldeia”	61
Figura 23	Estrada no núcleo familiar “Aldeia”	62
Figura 24	Rua do núcleo “Vilinha” formado pela família Pereira Ramos	63
Figura 25	Rua Patrocínio Viana e a constituição do núcleo urbano	64
Figura 26	Estrada aberta na Chácara 79 para dar acesso a lotes parcelados na propriedade	65
Figura 27	Estrada D nas Chácaras Bom Retiro	65
Figura 28	Núcleo formado pelas famílias Patrocínio Viana e Pereira Ramos .	66
Figura 29	Estrada Bom Retiro	67
Figura 30	Duplicação da GO-080 no trecho Goiânia-Nerópolis	76
Figura 31	Região Metropolitana de Goiânia: metástase Urbana	77

Figura 32	Pesquisa de solo no km 07 da GO-80 para a complementação do projeto do anel viário de Goiânia	80
Figura 33	Estufa de tomates nas Chácaras Bom Retiro	82
Figura 34	Chácara de Lazer nas Chácaras Bom Retiro	83
Figura 35	Chácara para eventos religiosos em construção nas CBR	85
Figura 36	Modelo de linha alimentadora no Bairro Chácaras Bom Retiro, projetada para o período matutino (das 7h às 9h)	95
Figura 37	Chácaras Bom Retiro: enxurrada na Rua Patrocínio Viana, 2014 .	100
Figura 38	Chácara Bom Retiro: plantação de milho em contraste com a concentração de casas ao fundo.....	103
Figura 39	Fábrica de farinha de mandioca nas Chácaras Bom Retiro	104
Figura 40	Agricultura familiar: Chácaras Bom Retiro – plantação de mandioca	105
Figura 41	Agricultura familiar: Chácaras Bom Retiro – colheita de mandioca	106
Figura 42	Agricultura familiar: Chácaras Bom Retiro – plantação de milho ...	106
Figura 43	Agricultura familiar: Chácaras Bom Retiro – plantação de arroz	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pautas atuais da comunidade das Chácaras Bom Retiro	68
-----------------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Acréscimo demográfico em valores absolutos da periferia no total da população da RMG (1991-2010)	30
GRÁFICO 2	Total de trabalhadores em atividade dentro e fora do município de residência na periferia da RMG – 2010	31
GRÁFICO 3	Elementos motivadores para a moradia nas Chácaras Bom Retiro	59
GRÁFICO 4	Chácaras Bom Retiro: evolução do preço da terra entre 2000 e 201	79
GRÁFICO 5	Elementos negativos das CBR segundo seus moradores	90
GRÁFICO 6	Chácaras Bom Retiro: Domicílios Particulares Permanentes – condição de ocupação	98
GRÁFICO 7	Chácaras Bom Retiro: Domicílios Particulares Permanentes – condição de ocupação anterior, 2012	99
GRÁFICO 8	Elementos positivos das CBR segundo seus moradores	101

INTRODUÇÃO

ORIGEM DA PESQUISA E ESCOLHA DO LOCAL CHÁCARAS BOM RETIRO

Esta pesquisa começou a ser desenvolvida no segundo semestre de 2012, como requisito para a finalização do Curso de Mestrado. Inicialmente, a temática do projeto de pesquisa era outra – a dinâmica territorial das pequenas cidades da Região Metropolitana de Goiânia –, logo substituída pelas motivações encontradas na disciplina “Ruralidades, modo de vida e espacialização”, cursada no segundo semestre daquele mesmo ano. Na ocasião, a professora, Dra. Rusvênia Silva, estabeleceu, para o trabalho final da disciplina, um relatório sobre localidades (povoados, distritos, núcleos urbanos, etc.) da Região Metropolitana de Goiânia que estavam inseridas em um contexto “cidade-campo”. A escolha das Chácaras Bom Retiro (CBR) se deu tanto pelo fato de a professora conhecer um pouco a história e a dinâmica da localidade, como por esta ser a região na qual vivo e a qual conheço. As questões levantadas ao final do relatório e a riqueza teórica e empírica que a problemática levantava foram elementos suficientes para definir a localidade como objeto de pesquisa.

O bairro Chácaras Bom Retiro localiza-se na região norte do município de Goiânia, em um espaço que mescla características rurais e urbanas, haja vista sua proximidade com a metrópole, tendo sido formado a partir do parcelamento de uma antiga fazenda em módulos rurais, em 28 de junho de 1960 (Anexo I). Também é popularmente conhecido como “oito”, uma referência a sua localização geográfica, uma vez que o bairro está localizado no km 08 da GO-080, que liga Goiânia a Nerópolis (Figura 1). Algumas pessoas, familiarizadas com o local, simplesmente abreviam seu nome e a ele se referem apenas como “Chácara”.

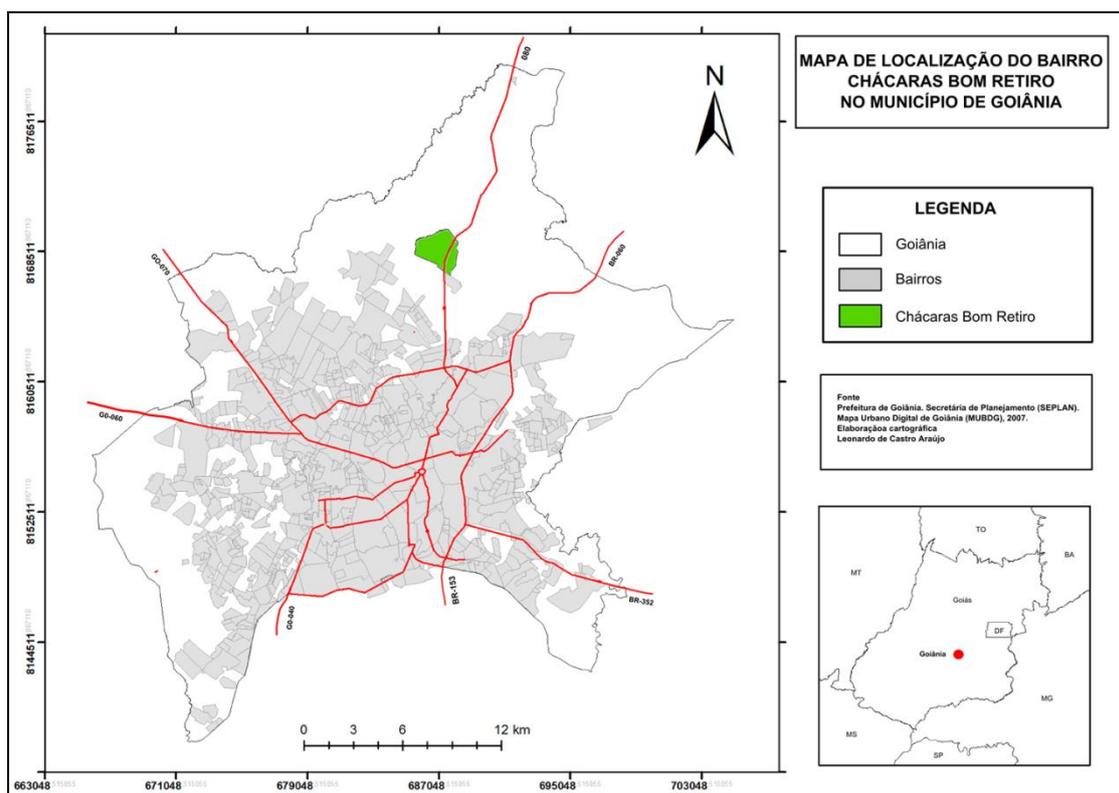


Figura 1 – Localização do bairro Chácaras Bom Retiro, Goiânia (GO).

Fonte: Mapa Urbano Digital de Goiânia. Araújo, L. C. (2013)

Outro fator importante sobre as Chácaras Bom Retiro é o processo de povoamento. Sobre esse aspecto, destaca-se a vinda de migrantes nordestinos, na sua grande maioria do município de Portalegre-RN, por volta de 1958. Naquele ano, uma seca muito forte prejudicou as plantações, castigando as famílias de Portalegre que dependiam da terra para sobreviver. Diante da seca e da fome, chegavam rumores de conterrâneos que se aventuraram nas terras férteis do Mato Grosso Goiano, motivando muitas famílias a buscarem novas oportunidades de vida em Goiás. A escolha do Bom Retiro não foi aleatória, pois um desses conterrâneos era gerente de uma fazenda vizinha e convidou algumas famílias para nela trabalharem. Inicialmente, essas famílias trabalhavam como meeiros, assalariados ou diaristas, mas, com o tempo, alguns trabalhadores começaram a adquirir algumas chácaras na região, e o trabalho se estruturou em torno da família.

Posteriormente, houve um significativo processo de fragmentação das terras em unidades menores, destinadas aos filhos ou vendidas a outros interessados. Tal processo, que atualmente se encontra em um grau mais avançado, contribuiu para a formação de pequenos “núcleos populacionais” às margens da GO-080, que concentra residências, comércios, igrejas, escola e pequenas plantações. O efeito

de tal prática pode ser observado no aumento do preço da terra na última década e no adensamento urbano. A seis quilômetros de distância do perímetro urbano de Goiânia, o bairro Chácaras Bom Retiro, que originalmente se caracterizava como um lugar eminentemente rural, hoje apresenta novas características, que o colocam em um novo contexto espacial, resultado do processo de transição de áreas rurais para áreas urbanas nas regiões metropolitanas.

Não se trata, aqui, da passagem grosseira de um espaço “eminentemente rural” para um espaço “eminentemente urbano”, remontando, ainda, à velha dicotomia rural x campo. A realidade empírica mistura as duas perspectivas em uma intensidade que, do ponto de vista da paisagem, não torna fácil definir qual é qual. É preciso, aqui, remeter às práticas sociais para buscar pistas que levem ao entendimento da dinâmica espacial das Chácaras Bom Retiro.

Uma recente reportagem do jornal *O Popular*, periódico de grande circulação no estado de Goiás, intitulada “Com casa, mas sem estrutura” (03 de fevereiro de 2014), denuncia a crescente produção de moradias na periferia da capital goiana (Figura 2), sem os devidos cuidados com estrutura e serviços básicos. Segundo a reportagem, em dois anos dezesseis bairros populares

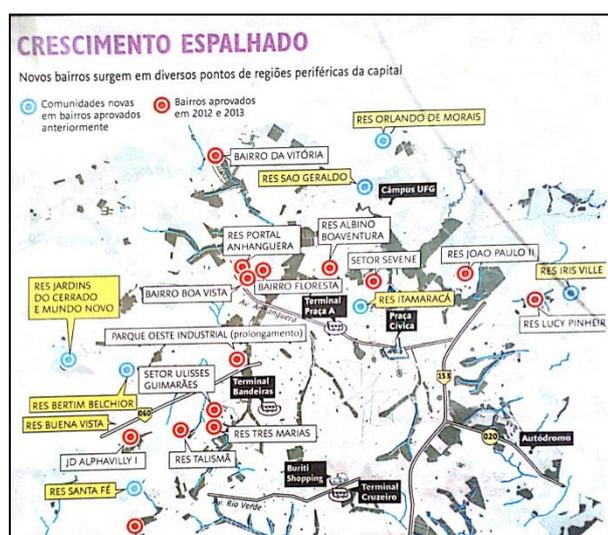


Figura 2 – Crescimento espalhado.

Fonte: *O Popular*, 3 de fevereiro de 2014.

surgiram na cidade e 12.985 unidades habitacionais foram construídas desde 2009, aproveitando programas como o “Minha casa, minha vida”. As principais queixas da população desses bairros são a falta de infraestrutura, a distância, a ausência de comércio e os problemas do transporte coletivo.

Década após década, os problemas das periferias populares resistem ao tempo e às promessas eleitoreiras. As distâncias – mais sociais do que físicas – impõem à população desses bairros uma rotina desgastante e uma experiência urbana penosa, para não dizer violenta. Nesse mesmo contexto, mas com particularidades diferentes, emerge a problemática do bairro Chácaras Bom Retiro.

Sua posição no tecido urbano da metrópole lhe garante trunfos e derrotas. O avanço da metrópole lhe garantiu a implantação de infraestrutura urbana – asfalto, iluminação pública, coleta de lixo –, que, somados aos potenciais locais, representa, é claro, melhoria na qualidade de vida da população local. Mas, ao mesmo tempo, a metrópole impõe novos ritmos, exige novos deslocamentos, e a experiência da vida urbana no local é marcada por contradições e dificuldades.

Nos últimos anos, o bairro Chácaras Bom Retiro passou por fortes transformações, impulsionadas pelo avanço da metrópole e por uma maior integração territorial do local com o espaço metropolitano. Essas transformações repercutiram diretamente na paisagem do local, na funcionalidade e nas práticas sociais dos habitantes. Neste trabalho, retoma-se o conceito de espaço periurbano – amplamente empregado pela geografia urbana – para buscar respostas às questões aqui colocadas.

O objetivo da presente pesquisa é justamente compreender a relação estabelecida entre o local – Chácaras Bom Retiro – e a metrópole na produção de um espaço periurbano. É importante também compreender como essa relação repercute na vida e nas práticas sociais de seus habitantes.

Para elaborar a pesquisa recorreu-se a diferentes recursos. Primeiramente, é preciso ponderar que o trabalho tem por objetivo analisar um fenômeno em escala local. No entanto, é preciso contextualizar o lugar a partir de sua relação com o espaço mais amplo. Para isso, buscou-se compreender a dinâmica territorial de Goiânia e, mais precisamente, da região norte da cidade. Nesse ponto, a preocupação foi identificar os usos dos espaços periurbanos, ou seja, fora do limite do espaço construído, nas principais vias que cortam o espaço rural de Goiânia no sentido norte.

Sobre a localidade, foram levantadas informações e dados em instituições oficiais, como prefeitura e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram coletadas, também, informações na associação de moradores das Chácaras Bom Retiro. Para compreender a formação territorial e o processo migratório, ouviram-se relatos de alguns pioneiros do bairro. Por fim, houve a aplicação de questionários para identificar as características da população e sua percepção sobre o local, bem como sua perspectiva para o futuro do bairro.

Percorreu-se o bairro para identificar as particularidades, analisar a paisagem e os usos do espaço, documentados em fotografias. Além disso, foram revisadas bibliografias diversas sobre metropolização, espaço urbano, espaço interurbano, valorização fundiária, periurbanização, etc.

A pesquisa se justifica pelo apelo pessoal, acadêmico e social: pessoal, por morar e pertencer às Chácaras Bom Retiro e, portanto, poder observar, aos poucos, as transformações que se verticalizaram no lugar; acadêmico, pela necessidade de refletir e atualizar os conceitos de metropolização e periurbanização, tão importantes para a Geografia e que a cada momento apresentam uma realidade e um desafio novo; social, primeiro, em referência à comunidade do bairro, que tem uma história que se confunde com a própria história de milhares de nordestinos que se deslocaram de sua terra em busca de melhores oportunidades de vida. Segundo, pelo apelo ambiental, uma vez que a região norte de Goiânia participa de uma dinâmica urbana distinta das demais regiões e que deve ser observada com atenção, principalmente do ponto de vista ambiental, uma vez que seus atributos “naturais” podem ser ameaçados pelas lógicas urbanas, que percebe a região como uma “grande reserva de terras”.

O Capítulo 1, “Metropolização e periurbanização na região norte de Goiânia”, tem como proposta discutir o conceito de metropolização nas suas amplas escalas e, a partir dele, analisar o processo de periurbanização. A metropolização é, aqui, encarada como uma ação protagonizada pela metrópole no cumprimento de suas atribuições. Essa situação vai contribuir para a formação de um “campo de força” metropolitano que se territorializa sobre vastos espaços do entorno. Serão colocadas algumas considerações sobre o processo de periurbanização e sua dinâmica na região norte de Goiânia. Enquanto procedimento metodológico, utilizaram-se como referências as principais vias que ligam o perímetro urbano da cidade com os espaços “rurais periféricos” na porção norte do município.

No Capítulo 2, “Formação e organização territorial das Chácaras Bom Retiro”, se aborda a formação territorial das CBR, tomando como referências o processo migratório de famílias de Portalegre-RN para Goiânia, o processo de parcelamento que deu origem ao bairro e o trabalho agrícola, que foi a base do trabalho na região por muitos anos. Apresenta-se, também, uma análise da organização espacial das Chácaras Bom Retiro. Para isso, o trabalho atenta para o uso e a ocupação do solo,

para a tipologia da população, para a formação de núcleos urbanos de natureza familiar, etc.

O Capítulo 3, “As Chácaras Bom Retiro na franja da metrópole”, trata do avanço da metrópole e da produção de um espaço periurbano constituído pelas Chácaras Bom Retiro. Aponta tanto o avanço técnico como para o social e para os respectivos problemas oriundos dessa relação, mostrando, também, como a metrópole impõe novos usos do espaço para essas regiões, além de inferir as práticas sociais e o modo de vida da população local.

CAPÍTULO 1

METROPOLIZAÇÃO E PERIURBANIZAÇÃO NA REGIÃO NORTE DE GOIÂNIA

A metropolização apresenta-se, na sociedade contemporânea, de forma complexa e de difícil delimitação. Sua complexidade lhe é atribuída por seu caráter multiescalar, embora muitas vezes esse fator seja negligenciado. Por esse motivo, emerge a dificuldade de se elaborar um conceito único de metropolização, que consiga abranger toda sua totalidade. Em grande parte, a produção acadêmica sobre a temática se divide em abordagens regionais e/ou intraurbanas, como destaca Fresca (2011) e Villaça (2001).

Parece sensato, diante dos objetivos propostos na pesquisa, tomar partido de uma discussão que reconheça a multiescalaridade do processo, que não exclua, mas que reconheça a necessidade de se abordar a metropolização nas suas várias possibilidades, formadas pelo jogo indissociável do universal e do particular. No entanto, cabe ressaltar que a questão central da pesquisa é a metropolização dos lugares – o local em evidência. Assim, a pergunta chave é como elaborar uma discussão teórica sobre a metropolização em Goiânia que promova o encontro entre a universalidade e a especificidade e que dê respostas aos processos que envolvem os lugares, mais precisamente as “áreas periurbanas”. Tal esforço teórico será apresentado a seguir.

1.1 METROPOLIZAÇÃO E TERRITÓRIO: ESCALAS E PROCESSOS

A metropolização é, em essência, um processo de urbanização, entendida não apenas como processo de transformação do espaço geográfico, mas como processo que marca a sociedade, que encontra no período contemporâneo seu ápice (LEFEBVRE, 1999). Dentro do sistema capitalista, a área metropolitana pode

ser lida como “a forma central de organização do espaço do capitalismo avançado” (CASTELLS, 1983). A metrópole, nesse caso, é o centro capitalista de um sistema que atualmente se articula em escala global.

As funções, o nível hierárquico e a intensidade metropolitana são, ao mesmo tempo, reflexos e condições para/de três escalas distintas, mas integradas: a global, a regional e a intraurbana/local. Essas três escalas devem ser tomadas de forma conjunta, uma vez que apenas assim se poderá desenvolver uma conceituação multiescalar sobre a metropolização. Este trabalho abordará a seguir, brevemente, cada uma delas.

1.1.1 Metrôpoles e Rede Global

Davidovich (2001) argumenta sobre a formação de uma rede mundial de metrópoles “concebida como base territorial de um mercado globalizado, capaz de efetivar a organização da produção e do consumo em escala mundial”. Sassen (s/d), da mesma maneira, descreve a formação de cidades globais, frutos de uma rede mundial de grandes cidades, que concentra o que a autora denomina de “infraestrutura social para a conectividade global”, ao se referir às condições sociais para a efetivação da gestão e do controle em escala global. Gottmann (1976) chama a atenção para a mesma questão, porém utilizando o termo “ocupações quaternárias” para se referir às funções de escritório e de gestão indispensáveis a uma cidade global.

Ao abordar as localizações gerenciais, administrativas e produtivas, Clark (1991, p. 162) descreve a preferência das funções de “tomada de decisão” em localizarem-se na “capital nacional, onde as companhias industriais, as instituições financeiras e seguradoras e o governo obtêm benefícios e vantagens mútuas devido à proximidade física”. Observa-se, atualmente, no advento da globalização e do meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 1994) um deslocamento das funções produtivo-administrativas e da manutenção da centralidade gerencial para os grandes centros.

1.1.2 Metropolização e Região

A palavra metropolização propicia a ideia de “ação” que, em realidade, é dada pela dinâmica territorial da “cidade-polo” para com um conjunto territorial mais amplo. Essa ação é o resultado do protagonismo das metrópoles em função dos atributos de centralidade e de gestão do território. Trata-se, na verdade, de categorias complementares, uma vez que o exercício da gestão do território se dá a partir da centralidade. Os estudos da rede urbana e as abordagens sobre o conceito de cidade-região são instrumentos metodológicos importantes para a presente proposta.

A centralidade de uma cidade relaciona-se com sua capacidade de concentrar e atrair. Goiânia, por exemplo, concentra o poder político e administrativo do estado de Goiás, bem como várias unidades de comércio (centros comerciais, concessionárias de veículos automotores, lojas de vestuário, etc.) e de serviços (agências de bancos, fórum, consultorias, cinemas, etc.), além de uma significativa rede de infraestrutura de circulação (rede de transporte e de informação). Goiânia concentra também um grande contingente populacional e, conseqüentemente, um grande mercado consumidor. Ligada a esses atributos de concentração, a cidade exerce também a função de atração e, nesse quesito, há de se considerar a questão regional. Uma cidade atrai pessoas em busca de mercadorias, serviços, empregos, educação, etc., atrai também mercadorias das mais diversas naturezas, bem como empresas, capital e investimentos. Contudo, uma cidade também dispersa, dispersa mercadorias, informações, capital, decisões empresariais e influência. Portanto, a centralidade de uma cidade pode ser avaliada pelos atributos de concentração, atração e dispersão. É óbvio que esses atributos não estão localizados homogeneamente pelo tecido urbano, tendendo a se fixar nas áreas centrais, que se constituem “no foco principal não apenas da cidade mas também de sua hinterlândia” (CORRÊA, 2005, p. 38).

Na perspectiva geoeconômica, “a centralidade de uma cidade [...] é função, acima de tudo, de sua capacidade de ofertar bens e serviços para outros centros urbanos” (SOUZA, 2010, p. 57). Essa relação é dada a partir do desenvolvimento da rede urbana, tratada aqui como um “conjunto funcionalmente articulado de centros,

que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação de valor excedente" (CORRÊA, 1994, p. 87).

As metrópoles são as principais "peças" da rede urbana, são os grandes centros de gestão e acumulação capitalistas. Como afirma Castells (1983, p. 58), "o que caracteriza uma metrópole é a influência que ela exerce, em termos funcionais, econômicos e sociais num dado conjunto territorial, isto implica que uma metrópole insere-se portanto numa rede urbana". Essa influência é compreendida como um conjunto de forças – econômicas, políticas, culturais, etc. – emitido pelas metrópoles e capaz de, em diferentes níveis, interferir na organização socioespacial de uma determinada porção do território. É o que acontece, por exemplo, em regiões metropolitanas.

A influência da metrópole está também relacionada com sua condição de centro de gestão do território. Esse encaminhamento se desenvolve principalmente no campo econômico – mais especificamente no campo da gestão empresarial e da produção. Segundo Spósito (1998, p. 29), a gestão do território ocorre "por meio das decisões tomadas por empresas, cuja dinâmica de gestão se delibera a partir dos grandes centros urbanos, mas inclui, em suas estratégias de atuação, decisões que se concretizam em outros centros urbanos". Em uma abordagem semelhante, porém mais ampla, Corrêa (1996, p. 25) argumenta que

[o] centro de gestão do território caracteriza-se, em realidade, por ser um centro onde tomam-se decisões e fazem-se investimentos de capital que afetam direta e indiretamente amplo espaço. Controlam assim a organização espacial de um dado espaço, influenciando a gênese e a dinâmica produtiva, o nível de empregos diretos e indiretos, os impostos, a mobilidade demográfica, as transformações demográficas, as transformações no uso do solo e na paisagem, assim como a política local e o modo de inserção no uso das cidades na rede urbana sob seu controle.

Esses encaminhamentos levantam duas questões importantes: primeiro, a realização da gestão do território por um centro urbano de nível metropolitano pressupõe a existência de um meio técnico superior, capaz de atender a uma variedade de funções e atividades desenvolvidas. O progresso técnico, como adverte Castells (1983, p. 54), é frequentemente tido como a base das metrópoles. Segundo, a gestão do território pode ser efetivada a partir de ações diretas – como as decisões empresariais ou político-administrativas, por exemplo – e indiretas, pela

própria dinâmica territorial da metrópole – fluxo de emprego, deslocamentos pendulares, dinâmica fundiária e imobiliária, etc. – que, de uma forma ou de outra, controlam ou influenciam, em algum aspecto, a formação territorial de outras localidades sobre seu campo de influência.

Portanto, centralidade é uma condição para a efetivação da gestão do território por uma metrópole. As metrópoles concentram atributos técnicos, políticos, econômicos e sociais essenciais para o desenvolvimento de inúmeras atividades e funções de alguns seguimentos. Essas atividades e funções são "espalhadas" pelas áreas de influência das cidades, em diferentes âmbitos, e, a partir desse "entrelaçamento", as metrópoles exercem a gestão do seu espaço de influência. O território, na perspectiva de Souza (1995), encarado como um "campo de força", fruto de relações sociais territorializadas, oferece a possibilidade de encarar o processo de metropolização enquanto um campo de força.

Assim, do ponto de vista regional, Kayser (1980, p. 283) argumenta que "o polo, ou o centro, é, antes de mais nada, um organismo concreto: uma cidade. O espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade é uma região". Por conseguinte, a metropolização é um processo orientado por um polo metropolitano e que se fragmenta, se espraia e se articula, formando uma região "coesa e difusa, expressada em áreas urbanas contínuas e descontínuas" (LENCIONI, 2003, p. 38). Por esses motivos, "viver em uma região, mais que numa cidade, revela a ideia de conjunto territorial" (LENCIONI, 2010, p. 9) que a metropolização, enquanto processo e conceito, exige.

1.1.3 O espaço intraurbano e o local na trama metropolitana

Para Corrêa (2005, p. 7), o espaço urbano é fragmentado e articulado e sua "organização espacial" constitui-se

[...] no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais em termo de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Em realidade, o autor chama a atenção para o espaço intraurbano da cidade que, segundo Villaça (2001, p. 17), é dado pela “articulação entre suas várias áreas funcionais”. Pensar, portanto, na organização interna dos espaços metropolitanos é pensar na fragmentação do espaço em diferentes usos e funções que dão vida à dinâmica metropolitana na sua multiescalaridade.

Grosso modo, o espaço metropolitano aparece como um mosaico, partido em peças que se encaixam e dão sentido à imagem. Essas “peças” são o resultado de inúmeros fatores que, juntos, cumprem o papel de dividir e articular. Esses fatores podem ser de ordem global (marketing urbano ou megaeventos como a Copa do Mundo, que reestruturam as cidades), regional (junção de comércio popular e hotelaria, como emerge na “região da rodoviária” em Goiânia), local (questões fundiárias e ambientais), legais (plano diretor), dentre outras.

Nos espaços metropolitanos, a estrutura interna é intensamente influenciada pela função regional, como chama a atenção Amorim Filho (2005), uma vez que alguns lugares da metrópole são verdadeiramente regionais, demonstrando a relação multiescalar do espaço. Um dos princípios fundamentais a se pensar é compreender como a metropolização – enquanto processo – age territorialmente, organizando as peças, fragmentando e articulando os lugares, definindo os objetos e as ações, criando hábitos, tendências que se verticalizam no espaço metropolitano. Ou seja, como se dá a ação da metropolização – fenômeno multiescalar – na perspectiva local?

Parte dessa resposta pode ser lida a partir do processo de segregação que, para Villaça (1997, p. 6), “é a alta concentração de camadas sociais em determinada parcela do espaço urbano. Isso significa que em nenhuma outra parte da cidade essa concentração é maior”. As áreas metropolitanas são o maior exemplo de ocorrência desse processo, uma vez que o atributo metropolitano concentra, nesse mesmo espaço, diferentes classes sociais, diferentes grupos de trabalhadores, desde os mais altos executivos até os trabalhadores braçais.

Portanto, é “através da segregação que a classe dominante controla a produção e consumo do espaço urbano, sujeitando-o a seus interesses” (VILLAÇA, 1997, p. 7). Villaça (1997) ainda complementa, argumentando que esse controle da classe dominante é efetivado em três esferas: a econômica, com o controle do mercado imobiliário; a política, com o controle do Estado e, conseqüentemente, da

localização de infraestrutura urbana, da localização dos aparelhos do Estado e na legislação do uso e ocupação do solo; e, por fim, na esfera ideológica.

Dessa forma, os espaços residenciais metropolitanos são marcados por grande diferenciação social e de infraestrutura urbana. Soma-se, ainda, a questão da localização, pois as classes dominantes buscam residência nos melhores lugares (próximo aos centros, com amenidades ambientais, mais espaço, etc.), em detrimento das classes de trabalhadores mais pobres, que, em geral, são deslocados, pela dinâmica imobiliária, para bairros cada vez mais longínquos dos locais de trabalho, como ressalta Arrais (2006).

Esse modelo contribui para a formação de uma metrópole “dual”: uma formal, assistida pelo Estado, e outra informal, irregular, carente de infraestrutura e assistência pública, que avança sobre a periferia em expansão (GROSTEIN, 2001), hoje alvo de disputa com a emergência de uma nova periferia, desconexa e polinucleada (DOMINGUES, 1994).

Nas grandes áreas metropolitanas, as periferias urbanas sofrem grandes pressões da metrópole. Davidovich (2003, p. 64) descreve que “são os Entornos que passam a abrigar a ‘migração’ de indústrias e de outras atividades, movidas, sobretudo, pelos elevados custos de reprodução na metrópole”. Questões sobre congestionamentos, preços dos terrenos, poluição, pressão sindical, dentre outras, fazem parte da pauta diária das empresas metropolitanas, já que a possibilidade de deslocamento para áreas periféricas pode significar benefícios financeiros.

Sobre os espaços periurbanos, deve ser destacada a esterilização da terra enquanto elemento de produção agrícola. Os usos são outros, os interesses fogem muito da problemática agrária. Mesmo que a paisagem dessas áreas ainda remeta a pensar na vida no campo, fazem parte da lógica metropolitana, estão inseridas no campo de força da metrópole. No que tange à produção agrícola, as principais atividades desenvolvidas nessas áreas buscam atender a uma demanda metropolitana, rápida e específica, destacando a produção de hortaliças, por exemplo.

Por fim, é preciso compreender o processo de metropolização a partir de suas múltiplas escalas. O global, o regional e o local se interagem, fazem parte de uma mesma realidade. Relembrando uma discussão sobre escalas levantada por Corrêa (2003, p. 136), “a dicotomia não é um dado do mundo real, mas de uma deformação

intelectual". Munido dessa concepção, este trabalho busca compreender a ação do processo de metropolização em "áreas rurais", com destaque para a região norte de Goiânia.

1.2 A DINÂMICA TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

O estado de Goiás, no início do século XX, apresentava como principal seguimento produtivo a atividade pecuária. A carne bovina, portanto, representava o mais importante produto de exportação, tendo como principal destino comercial o estado de São Paulo, confirmando, então, a via de integração de Goiás com o centro dinâmico do país (ESTEVAN, 1998, p. 108). Em sentido oposto, partia de São Paulo para Goiás grande parte das manufaturas presentes no estado. Percebe-se, nesse quadro, o desenvolvimento de uma rede de relações desiguais, uma vez que havia pouca agregação de valor à carne bovina goiana em relação às manufaturas paulistas. Esse exemplo corrobora com as definições elaboradas por Corrêa (1994) ao desenvolver o conceito dos "dois ciclos de exploração" da rede urbana. Nesse mesmo período, o triângulo mineiro também exercia grande influência no sul goiano.

Esse cenário começa a alterar-se a partir da construção da estrada de ferro no sudeste goiano e a respectiva extensão da linha até Leopoldo de Bulhões e Anápolis e, posteriormente, com os projetos de integração nacional que consolidaram a construção de Goiânia e Brasília. A expansão da fronteira agrícola também desempenhou significativo papel na transformação da rede urbana em Goiás, principalmente com a formação de "centros dinamizadores" da agricultura moderna, como explica Peixinho (2006) ao abordar o papel do município de Rio Verde no processo produtivo da soja.

Essa breve explanação tem por objetivo situar uma importante questão a respeito da formação territorial da rede urbana do estado de Goiás e os respectivos papéis desempenhados pelos centros urbanos: a construção de Goiânia e Brasília mudou significativamente a rede urbana goiana e interferiu na dinâmica econômica, demográfica e política do estado. No entanto, há de se considerar a manutenção de São Paulo como centro de influência externa na região. A urbanização incipiente que

se desdobrou sobre o Centro-Oeste colaborou para o desenvolvimento urbano desequilibrado, com a concentração de funções urbanas em números reduzidos de centros (LEME, 2003, p. 624). A ausência de outras centralidades de maior porte favoreceu a centralidade e a concentração de Goiânia e Brasília.

Goiânia concentra boa parte da produção industrial de Goiás, principalmente nas atividades de fabricação de alimentos, bebidas, químicos, farmoquímicos, farmacêuticos, artigos de vestuário, produtos de metal e equipamentos. Porém, como assinala Arriel (2010), a atividade industrial goiana ainda é pouco complementar, mantendo forte dependência de seguimentos industriais do Sudeste. Vale ressaltar, ademais, que boa parte das grandes indústrias e empresas instaladas em Goiânia e em Goiás possuem sedes e subsedes em outras cidades. A gestão do território, portanto, no âmbito empresarial, é desenvolvida por Goiânia apenas secundariamente, uma vez que grande parte das decisões gerenciais provém de outros centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. É o exemplo de algumas indústrias alimentícias, como a Unilever (São Paulo), e empresas varejistas, como o Pão de Açúcar (Rio de Janeiro), localizadas na capital goiana. Esse fato é, na verdade, fruto de um processo de ocupação urbano-industrial que historicamente se concentrou nas regiões litorâneas, principalmente nas regiões Sudeste e Sul do país.

Goiânia nasce como uma promessa política e econômica pautada no discurso de modernidade e prosperidade. O estado de Goiás, por sua vez, era guardado pela vida rústica do campo, das tradições e dos costumes rurais. A modernidade se choca com o novo, mas não a elimina, se junta a ela em um movimento dialético de construção de uma identidade de capital, uma capital do campo. Mas o estado de Goiás se transforma, se urbaniza, se moderniza, e a capital goiana acompanha esse movimento e entra em uma “travessia” socioespacial (CHAVEIRO, 2007) que a insere em um novo contexto territorial: globalização, industrialização, fragmentação, migração... metropolização.

A partir da década de 1980, a trama espacial que envolve Goiânia e o entorno se amplia. O tecido urbano da metrópole se expande, corrói a vida no campo e aciona territórios, que muitas vezes se localizam em outras unidades municipais. O crescimento demográfico do entorno de Goiânia relaciona-se, de acordo com Anjos (2009, p. 58), principalmente com os deslocamentos migratórios, uma vez que “o

migrante que chega a essas cidades é aquele que não encontrou formas de se manter na cidade de Goiânia”. Ou seja, o entorno funciona como uma alternativa de habitação à população que não consegue ter melhores condições de moradia na metrópole. Surge o que muitos autores chamam de “cidades dormitórios” e a relação entre trabalho e moradia toma proporções caóticas e crônicas no cotidiano da vida metropolitana.

A cidade – o tecido urbano construído – se fragmenta e se articula, verticaliza, especializa, a moradia se distribui de acordo com as rendas e as potencialidades do local. Não se trata mais de uma cidade, de um município, de uma rede, é muito mais que isso, trata-se de uma região coesa e funcional.

De acordo com as considerações de Arrais (2013a, p. 146),

A metrópole é transformada em sujeito que exerce uma força centrípeta, influenciando, quando não determinando, as relações econômicas e sociais sobre o território nacional – este compreendido a partir de uma rede hierárquica de cidades, não dos conflitos resultantes da produção do território. Todavia, é uma força relacional, pois existem complementaridades de trocas comerciais e de força de trabalho entre a metrópole e outras cidades inseridas na mesma rede urbana. Por tal motivo podemos definir metropolização como uma das forças de realização de um processo maior, que é a urbanização. A emergência da forma metropolitana não é apenas efeito do acaso da sociedade agrária, mas da modernização territorial, que não prescindiu da articulação entre campo e cidade.

É preciso, portanto, pensar o território metropolitano enquanto um “campo de força” na acepção defendida por Souza (1995). Esse campo age, ao mesmo tempo, na produção de diferentes territorialidades e, também, na composição destas em uma unidade maior. Emerge, dessa forma, a necessidade da criação de mecanismos institucionais para lidar com essa realidade espacial que desafia a gestão intermunicipal. A criação das Regiões Metropolitanas no Brasil é uma tentativa de ação nesse sentido.

A Região Metropolitana de Goiânia foi institucionalizada pela lei complementar n. 27, de 30 de dezembro de 1999. Um dos pontos importantes relativos à praticidade da lei foi a criação da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC), apontando um princípio de ação integrada, partilhada frente ao desafio da governabilidade de um processo territorial que extrapola os limites municipais. Após algumas mudanças no texto original, ficou definido que:

Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

A “integração polarizada” caracteriza o espaço metropolitano, que culmina na formação de um território coeso. É preciso compreender esse vasto território pela coesão de várias territorialidades, de várias funcionalidades, dinâmicas, contradições e lutas. Na maior parte, tanto a fragmentação como a união estão direcionadas à polaridade da metrópole, o grande centro de gestão do território metropolitano, que assume tamanha complexidade pela diferenciação de suas territorialidades. Assim, o “movimento” que anima o território metropolitano é fruto do balanço entre diferenças de renda, possibilidades de acesso à mobilidade, frentes de expansão urbana, ofertas de emprego e estudo, condições de moradias, interesses de classes, políticas urbanas, lutas sociais, etc. Esses elementos marcam a paisagem e o tecido urbano do espaço metropolitano, como indica a Figura 3.

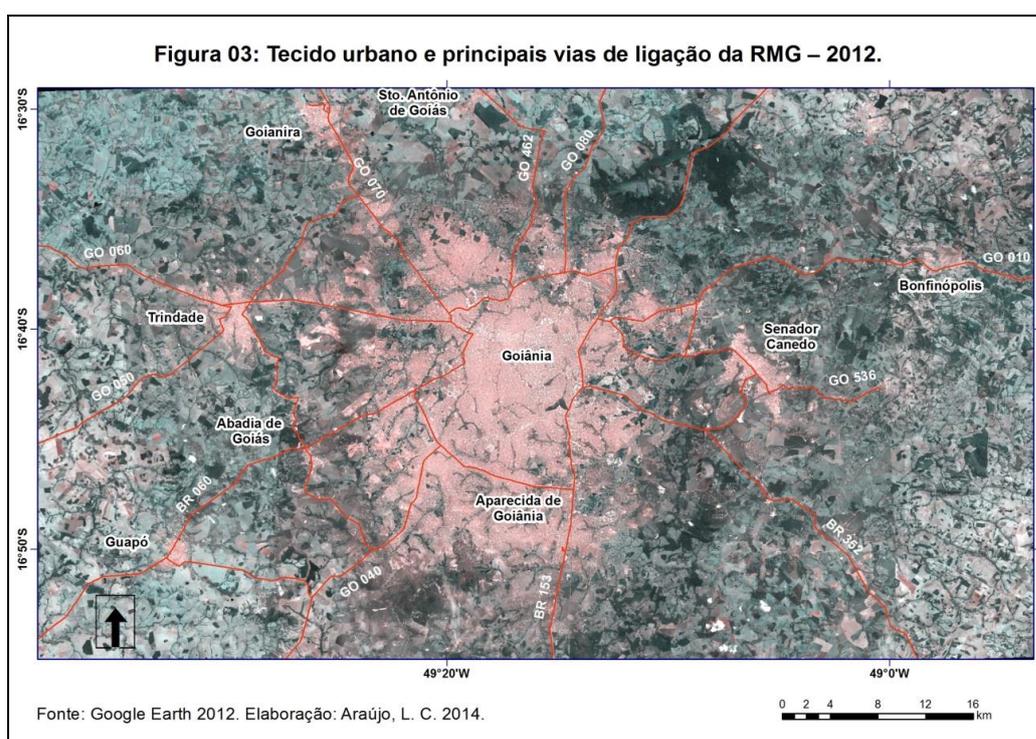


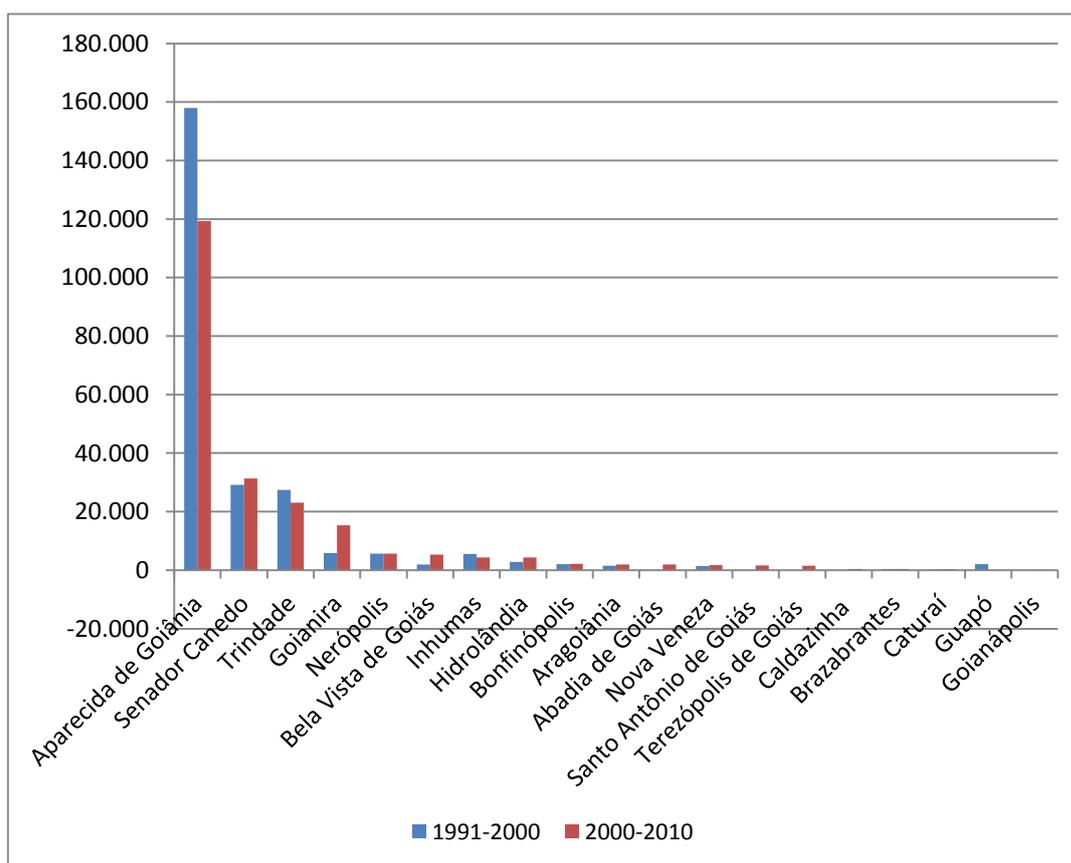
Figura 3 – Tecido urbano e principais vias de ligação da RMG – 2012.
Fonte: Google Earth, 2012. ARAÚJO, L. C. (2014).

Na Figura 3, optou-se pela não inserção dos limites municipais na intenção de potencializar uma visão orgânica e integrada do território, que permita observar, à primeira vista, a comunicação das partes e a formação de uma unidade territorial. É possível observar os espaços, os fragmentos, as funcionalidades, os contextos, as histórias... Goiânia assume posição central e, a partir de uma rede de infraestrutura técnica, aciona territórios na periferia. Aparecida de Goiânia é o exemplo mais expressivo, se encontra completamente integrada à metrópole via conurbação urbana. Outros municípios também chamam a atenção pelo rápido crescimento demográfico e pela indicação de um princípio de conurbação, como é o caso de Senador Canedo, Trindade, Abadia de Goiás e Goianira. A expansão territorial para esses municípios não ocorre por uma escassez de lotes e casas na metrópole, mas sim pelo contexto territorial que se forma entre o balanço fundiário (capital imobiliário), a renda (trabalhadores de baixa renda) e a legislação municipal (diretrizes municipais para a ação imobiliária), que resulta na formação de setores residenciais destinados à classe proletária da metrópole. No entanto, nesse jogo entre “polo e periferia” cabe ressaltar, também, a emergência de vários condomínios fechados no entorno da metrópole, servindo às classes mais abastadas.

O resultado desse processo é a ampliação do dinamismo demográfico desses municípios. De acordo com dados do Censo Demográfico, a participação da periferia metropolitana no total da população da RMG passou de 37,3%, em 2000, para 40,1%, em 2010. O Gráfico 1 informa a participação individual desses municípios a partir do acréscimo populacional no intervalo entre 1991 e 2010. Percebe-se que há uma grande discrepância entre os municípios em relação aos acréscimos, o que acompanha, ademais, o quadro da população total dos municípios. Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira são os municípios com mais participação. Aparecida de Goiânia é o principal “fornecedor” demográfico da periferia da RMG, mas se percebe uma desaceleração no acréscimo populacional, que passa de 157.909 habitantes, no primeiro intervalo, para 119.265 no segundo. O mesmo ocorre com Trindade, que passa de 27.385 habitantes para 23.031. Goianira chama a atenção principalmente pelos resultados do intervalo entre 2000 e 2010, pois o município foi rapidamente acionado pela dinâmica metropolitana na década de 2000, tornando-se uma via de expansão urbana na região noroeste.

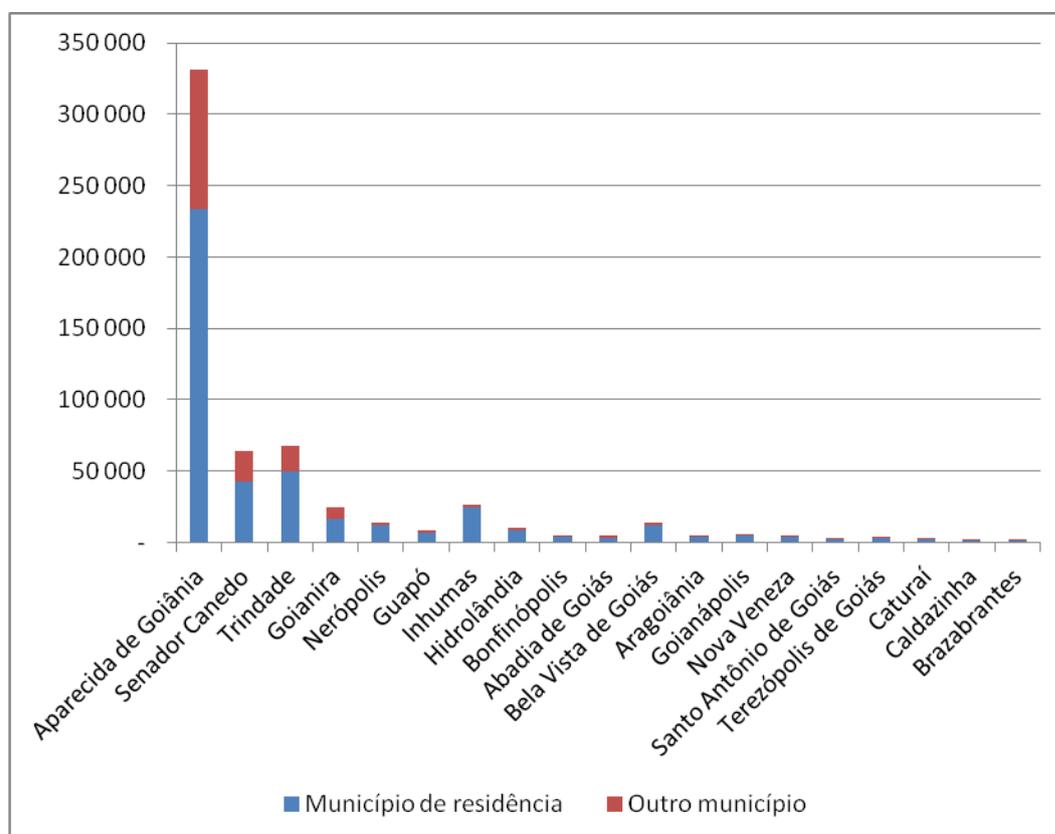
Os efeitos desse processo podem ser analisados por diferentes vieses: os impactos ambientais, a expansão sem infraestrutura urbana adequada, a segregação socioespacial, o aumento do preço da terra, os problemas de deslocamentos, o transporte público ineficiente, etc. Os deslocamentos, modalidade de fluxos, dão movimento e integração ao espaço metropolitano e são tidos como um dos principais problemas metropolitanos, como destaca Arrais (2006) ao abordar a relação moradia-trabalho-deslocamentos no município de Aparecida de Goiânia. O Gráfico 2 apresenta os valores absolutos da massa trabalhadora e o total de deslocamentos para trabalho para cada município da RMG.

GRÁFICO 1: Acréscimo demográfico em valores absolutos da periferia no total da população da RMG (1991-2010)



Fonte: Censos demográficos 1991, 2000, 2010.

GRÁFICO 2: Total de trabalhadores em atividade dentro e fora do município de residência na periferia da RMG – 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010.

Observa-se que tanto a maior massa de trabalhadores quanto o maior volume de deslocamento para trabalho são formados, obviamente, pelos municípios mais populosos. Os dados organizados em relações proporcionais permitiriam analisar o impacto desses deslocamentos para cada unidade territorial, no entanto, o objetivo foi apenas verificar a contribuição dos municípios para a região no que se refere ao volume de deslocamentos para trabalho. Inhumas se insere em um quadro à parte, já que é o quarto em número de trabalhadores, mas apresenta um índice de apenas 6,4% de deslocamento, na contramão de Aparecida de Goiânia (29,4%), Senador Canedo (34,5%), Trindade (25,6%) e Goianira (32,8%). Esse fato pode ser explicado pela dinâmica territorial de Inhumas estar fortemente ligada ao agronegócio canavieiro, que, segundo TEIXEIRA (2013, p. 102), a coloca no descompasso da metrópole, como pode ser observado no trecho a seguir:

Neste município há uma cadeia de elementos espaciais que muda a ideia de homogeneidade da expansão urbana do entorno induzida

pela metrópole. Os reflexos espaciais da exploração canvieira em Inhumas proporcionam uma resistência à polarização da capital e geram tensões de interesses e poder.

Um ponto que também merece destaque é observar a formação de centralidades importantes no conjunto da periferia metropolitana, rompendo com a ideia de “eterna” submissão centro-periferia. Ao analisar a “ação de forças dominantes nas relações instituídas e nas relações de comércio e serviço existentes nas cidades que compõe a Região do Entorno de Goiânia”, Nucada (2010, p. 26) estabelece uma relação entre fluxos e ofertas de serviços e mercadorias na periferia metropolitana. A autora admite a proeminência da metrópole, mas reitera a formação de centralidades que interferem na dinâmica do entorno. Ressaltam-se, nesse quadro, os papéis desempenhados pelas cidades de Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e Inhumas.

A metropolização é sempre um dado difícil de ser mensurado. Na RMG, é possível observar que tal processo vem expandindo-se demograficamente via periferia, produzindo tanto moradias destinadas à classe proletária como às populações mais ricas, mas cada uma em contextos diferenciados. A metropolização também vem contribuindo para a formação de centralidades no entorno, tendo em Aparecida de Goiânia um excelente exemplo, como destaca Pinto (2009). Mas os problemas da governabilidade não se encerram, se ampliam e tomam proporções maiores no decorrer do próprio crescimento do tecido urbano. Como adverte Villaça (2012), os desafios da gestão das metrópoles, seja com planos diretores ou leis orgânicas, é menos uma questão técnica e mais uma questão política.

1.3 O AVANÇO DA METRÓPOLE SOBRE OS ESPAÇOS “RURALS” E O PROCESSO DE PERIURBANIZAÇÃO NA REGIÃO NORTE DE GOIÂNIA

A questão inicial colocada a respeito do periurbano é refletir sobre seu significado. Em realidade, esse exercício vai orientar o desafio de se pensar a periurbanização em áreas metropolitanas. Portanto, o periurbano se apresenta como processo (periurbanização) ou enquanto mero recorte espacial (zonas periurbanas)?

Definiu-se, neste trabalho, o periurbano como processo. Desse modo, no sistema urbano emerge um processo chamado “periurbanização”, que, munido de sujeitos de ação, provocam significativas transformações contínuas em áreas rurais. Esse processo têm como base territorial os arrabaldes da cidade, uma área de contato, nesse caso específico a metrópole, sendo a base territorial seu entorno.

A periurbanização, nesse contexto, é, igualmente, um processo de metropolização, guardando em si suas especificidades. O rural e o urbano apresentam-se como forças de contato, mas não de forma dicotômica, como historicamente a questão vem sendo abordada, mas em uma unidade interativa que forma o periurbano. É preciso, no entanto, ter consciência de que nesse processo o urbano é o grande protagonista, sobressaindo-se no jogo de poder.

Algumas atividades oriundas da dinâmica urbana emergem nessas áreas, aproveitando os atributos espaciais oferecidos (amenidades ambientais, pouco trânsito de veículos, pouca poluição, amplas áreas, infraestrutura urbana, terras mais baratas, etc.). É o caso, por exemplo, da edificação de condomínios fechados, da expansão de bairros populares, dos deslocamentos de empresas e indústrias, do oferecimento de serviços de lazer e recreação, etc. Há também o desenvolvimento de atividades agrícolas que estão muito mais relacionadas com a dinâmica urbana, ou seja, com a demanda metropolitana, do que propriamente com a vida do campo. Portanto, a periurbanização é um processo que mescla paisagens e funções.

A urbanização, enquanto agente protagonista, adentra nesses espaços não apenas com objetos edificados, mas também com uma estrutura social. Lefebvre (1999, p. 17) destaca como a urbanização ganha força para além dos limites da cidade, impondo, sobre vasto território, sua dinâmica própria:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.

Os espaços periurbanos são caracterizados, de acordo com Urruela (1987, p. 440), pela generalização de novos usos urbanos, pela forma descontínua e de menor densidade, e pela “vinculación funcional con la ciudad, ya que los nuevos

usos van asociados a las necesidades y demandas urbanas”. É importante observar que o autor chama a atenção para a questão funcional, ou seja, os espaços periurbanos cumprem uma função que integram o sistema urbano.

Silva (2011, p. 34) refere-se aos espaços periurbanos como “franja urbana-rural” e os caracteriza como

[...] áreas que passam por intensos processos de transformações, onde se verifica o avanço crescente de atividades urbanas sobre um território rural. Dentre as transformações verificam-se mudanças econômicas (com a introdução de novas atividades produtivas e comerciais), sociais (com um incremento populacional de classe média mais também pobres), naturais (com a exploração dos recursos naturais, redução do solo verde e a revalorização da natureza) e profissionais (com a transformação das características de mão-de-obra local e a criação de novos postos de oportunidades a partir dos novos empreendimentos que ali se instalam).

Empregando um conceito semelhante, Souza (2010, p. 76) argumenta sobre o significado do periurbano e chama a atenção para a “falsa” aparência do rural:

A franja rural-urbana [...] são aqueles espaços preteritamente rurais, mas que, mais e mais, são tomados por uma lógica urbana de uso da terra (especulação fundiária, residência de fim-de-semana ou mesmo principais de famílias de classe média, algumas favelas, atividades de lazer, restaurante etc.), sendo a agricultura algo puramente residual, ou um verniz, uma aparência que esconde a essência mais profunda.

De acordo com Vale (2005, p. 90-91), a dinâmica do periurbano é dada pela “desvalorização das atividades agrícolas”, pela “grande demanda de solo exigida pela expansão urbana”, pela “grande capacidade técnica para a transformação, principalmente em termos de infra-estrutura”, pela “intensa produção de objetos” dentre outros. Silva (2011, p. 25) destaca também a questão técnica para o processo de periurbanização, principalmente com “a oferta de água, telefonia, rede elétrica e mobilidade favorecida pela abertura de grandes vias, tornaram-se convites para a classe média que podia pagar pela nova cidade”.

É fundamental destacar que os meios técnicos não são atributos apenas para o uso residencial. De acordo com Silva (2011), o setor empresarial se beneficia muito dessa nova condição. O avanço do meio técnico e a proximidade com a metrópole contribuem para o deslocamento de vários empreendimentos para essas

áreas. As metrópoles são as principais centralidades da rede técnica e concentram uma série de elementos fundamentais para o ambiente empresarial, principalmente no que se refere aos centros de pesquisa, aos centros financeiros, às assessorias técnicas e jurídicas, ao quadro de profissionais qualificados e prontos para atender a uma rápida demanda, etc.

O avanço do meio técnico e o crescente deslocamento de usos urbanos nas regiões periurbanas contribuirão para a valorização fundiária. Corrêa (2005, p. 16) afirma que

[a] propriedade fundiária da periferia urbana, sobretudo aquela da grande cidade, constitui-se no alvo de atenção dos proprietários de terras. Isto se deve ao fato de estar ela diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano. As possibilidades dessa transformação são, entretanto, dependentes de um confronto entre as rendas a serem obtidas com a produção agrícola e com a venda de terras para fins urbanos. Mais cedo ou mais tarde, graças ao diferencial de renda, o uso agrícola da periferia é substituído por urbano, passando, em muitos casos, por uma etapa de esterilização da terra. Há então um processo de valorização fundiária.

É comum encontrar, no entorno da metrópole, grandes glebas de terras “vazias”, ou, em alguns casos, com a presença de agricultura e pecuária incipientes, fragmentadas e dispersas sobre o espaço periurbano. Esse fato, retomando Souza (2010), apresenta-se na paisagem enquanto uma “maquiagem” para sua real função, que é a de espaço de valorização fundiária. Ou seja, essas áreas são “espaços latentes” à espera de oportuna valorização em áreas urbanas.

Vale a pena ressaltar também que, no processo de periurbanização, alguns elementos urbanos se comunicam melhor com os atributos ambientais, utilizados nas atribuições de suas funções. É o caso, por exemplo, da divisão de chácaras destinadas à classe média, de clubes, pousadas, condomínios fechados, etc. Na contramão, alguns elementos parecem alheios ao ambiente com características “rurais”. Na verdade, para esses segmentos os atributos ambientais não são determinantes como outros atributos. É o exemplo de empresas, indústrias, loteamentos populares, que se assemelham a “ilhas” desconectadas e espalhadas nos limites da cidade.

Para identificar o processo de periurbanização na região norte do município de Goiânia, serão analisados os usos das áreas rurais adjacentes (Figura 4).

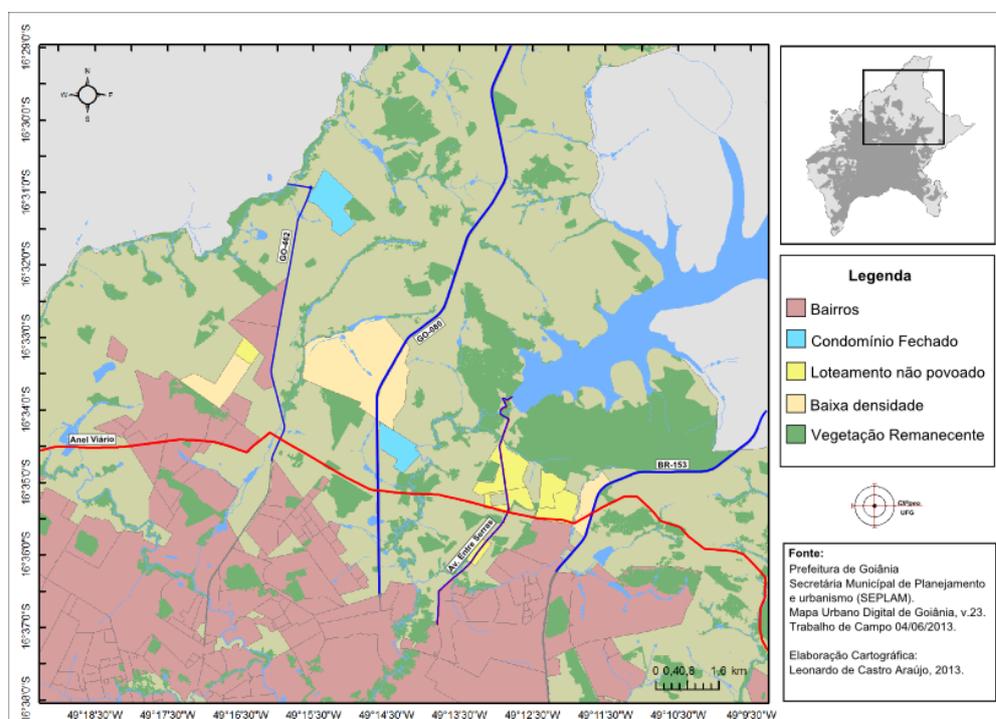


Figura 4 – Região Norte do município de Goiânia e suas principais vias.
Fonte: MUBDG, v.23. Trabalho de campo, 2013. ARAÚJO, L.C. (2013)

A análise se concentrará nas principais vias que ligam o norte da cidade com as áreas rurais, nos seus primeiros quilômetros após o perímetro urbano. Para isso, foram selecionadas a GO-462 (saída para Santo Antônio de Goiás), a GO-080 (saída para Nerópolis), a Avenida Entre Serras (via de acesso à Barragem do João Leite) e a BR-153 (Figura 4). É importante frisar que a dinâmica urbana da região norte é muito distinta das demais regiões, se destacando por um ritmo mais lento, que, nos últimos anos, vem apresentando sinais de mudanças.

Dentre os elementos da dinâmica periurbana dessa região, pode-se destacar a construção de alguns condomínios fechados, como o Paraíso Tropical, na GO-462, e o Parque dos Cisnes, na GO-080 (Figura 5). Sobre o primeiro, trata-se de um empreendimento recente e, por isso mesmo, com baixa densidade, fruto de um processo de expansão da cidade via GO-462. Já o segundo foi fundado na década de 1970, se encontra mais ocupado, mas, no entanto, ainda é possível encontrar lotes vagos. De acordo com Silva (2011, p. 24), esse tipo de moradia atende a uma

demanda da classe média em um “movimento de fuga”, produzindo “alternativas habitacionais”.



Figura 5 – Condomínios Paraíso Tropical e Parque dos Cisnes.

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.

Está em fase de construção um condomínio no km 02 da GO-080, em uma área em que antes era uma chácara residencial (Figura 6). O condomínio é pequeno (aproximadamente 8.000 m²), com lotes e casas pequenas, sendo seu público-alvo a classe média.



Figura 06 – Condomínio Canto do Pássaros, em construção às margens da GO-080, próximo ao Jardim Pompeia e ao Setor São Judas Tadeu.

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.

Constatou-se, também, a produção de novos loteamentos ao longo da GO-462, da BR-153 e da Avenida Entre Serras. Uma característica comum entre essas

moradias é o público-alvo, destinado a populações de baixa renda, como é o caso do bairro Vale os Sonhos (BR-153) e dos bairros Orlando de Moraes e Antônio Carlos Pires (GO-462). Sobre esses últimos, a distância física (e social) da metrópole chama a atenção, dando a impressão da formação de um “bairro ilha”. Os bairros foram rapidamente ocupados e a paisagem do lugar descreve um ambiente ainda em construção.

Outros loteamentos também estão em implantação entre a BR-153 e a Avenida Entre Serras, no entanto, ainda não foram ocupados. É o caso do loteamento Bela Goiânia (Figura 7), Flores do Parque, Portal da Mata e Frei Galvão. No local já existem alguns elementos de infraestrutura urbana, como energia e iluminação, mas não há asfalto, sendo, inclusive, a própria avenida de ligação – a Entre Serras – não asfaltada. Os loteamentos são bem afastados e isolados, em uma região do município que ainda preserva algumas áreas verdes, inclusive próximas à barragem do Rio João Leite.



Figura 7 – Loteamento Bela Goiânia.

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.

Do ponto de vista especulativo, pode-se deduzir que os agentes imobiliários possuem forte interesse na localidade, uma vez que o projeto de conclusão do anel viário de Goiânia prevê que a via passe às margens dos loteamentos, o que potencializaria uma futura valorização fundiária e a possibilidade de novos empreendimentos na região. Sobre o papel dos “eixos de comunicação” no processo de expansão da cidade, Beaujeu-Garnier (1980, p. 132) argumenta que

[n]uma primeira fase, domina o crescimento segundo os eixos de comunicação; depois, constroem-se vias de acesso transversais que se tornam também áreas de urbanização. Finalmente, os terrenos agrícolas intercalares são, por sua vez,

mais ou menos rapidamente conquistados pela maré invasora das construções urbanas.

Existem também alguns loteamentos de baixa densidade, formados principalmente por chácaras. É o caso da Estância Vista Alegre (BR-153) e das Chácaras Bom Retiro (GO-080). Sobre este último, objeto de estudo da presente dissertação, é possível encontrar alguns núcleos urbanos às margens da rodovia. Também se desenvolve uma variedade de usos abordados nos próximos capítulos.

A GO-080, saída para Nerópolis, vem apresentando algumas transformações significativas nos últimos anos, impulsionada pela duplicação da rodovia. É notório o deslocamento de algumas empresas para a região, principalmente aquelas interessadas em “espaço” e facilidade de circulação. As Figuras 8, 9, 10 e 11 ilustram o perfil das principais empresas. Os primeiros quilômetros também são servidos por ofertas de serviços, como telefonia, internet, coleta de lixo, transporte coletivo integrado, dentre outras, que funcionam como fatores motivacionais.



Figura 8 – Transportadora em Construção na GO-080.

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.



Figura 9 – Empresa de venda e aluguel de máquinas agrícolas (km 03).
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.



Figura 10 – Viveiro de árvores destinadas ao reflorestamento (km 04). A proximidade com a metrópole facilita os negócios no âmbito ambiental.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.



Figura 11 – Empresa de venda de eucaliptos tratados (km 4).
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.

É possível encontrar também, na região, muitas chácaras de lazer para a realização de eventos. A atividade visa atender a uma demanda urbana, apoiando-se nas qualidades ambientais – ar puro, áreas verdes, tranquilidade, espaço, segurança, etc. – enquanto atributo local convertido em uma potencialidade econômica. A Figura 12 destaca a chácara Talismã, utilizada principalmente para a prática esportiva de “Jetski”.



Figura 12 – Chácara Talismã (km 3).
Fonte: Guia Mais. Disponível em: <<http://www.guiamais.com.br/busca/chacaras+aluguel-goiania-go>>.
Acesso em: 06/06/2013.

Nos quilômetros iniciais existem dois leilões de gado. A proximidade com a metrópole justifica-se pela presença de “empresários do gado” que, na lógica contemporânea, habitam as grandes cidades. Em ambas as vias é possível identificar muitas terras ociosas, algumas criações de poucas cabeças de gado, criações de galinha, plantações de mandioca e algumas hortas. Essas atividades funcionam ou como atividades temporárias à espera de valorização fundiária a partir da expansão da cidade ou como atividades complementares urbanas, para atender ao consumo urbano. A forte presença das hortas no entorno de grandes cidades é um exemplo de atividade complementar, sua proximidade facilita o transporte e diminui as perdas econômicas. As “hortas urbanas”, localizadas no tecido urbano, em geral tendem a atender ao consumo doméstico; já as hortas em áreas periurbanas (Figura 13) são atividades estritamente comerciais.



Figura 13 – Hortas localizadas no início das GO-462 e GO-080. São atividades que se beneficiam da proximidade com o mercado consumidor.

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.

A dificuldade de delimitar o espaço periurbano está justamente em lidar com o encontro conceitual do rural e do urbano, como coloca Arruela (1987, p. 439). Essa dificuldade fica mais evidente ao analisar o deslocamento de uma empresa agrícola – se é que ainda é possível chamá-las assim – de tomates especiais nas Chácaras Bom Retiro. A estrutura produtiva rompe com todas as formas tradicionais de cultura usualmente empregadas na região, mingando, dessa forma, a dicotomia entre urbano e rural e se aproximando de uma perspectiva mais uniforme, questão a ser abordada com mais precisão no Capítulo 3.

Diante do já exposto, algumas considerações sobre metropolização e periurbanização podem ser construídas. O significado de metropolização pode ser

lido, em parte, pela própria morfologia da palavra “metrópole + ação”, ou seja, ação da metrópole, metrópole em movimento. Assim, a ação territorial da metrópole, multiescalar, é a própria metropolização. Mas qual a relação da metropolização com os espaços periurbanos, em especial na região norte? Os resultados apresentados sobre os usos das vias da região norte (GO-462, GO-080, BR-153 e Avenidas Entre Serras), como a formação de condomínios fechados, a produção de loteamentos populares, o deslocamento de empresas pesadas, etc., são frutos justamente da dinâmica metropolitana.

Portanto, os espaços periurbanos são frutos do sistema urbano metropolitano, que impõem a essas localidades novas determinações, de acordo com suas funções, sejam elas em escalas locais, regionais ou globais. Dessa forma, tais determinações dão ao local “uma paisagem arquitetônica particular”, ou seja, “o local diz, assim, respeito a frações da metrópole que se ajustam ao ‘tempo único’, ditado pelo mercado e que se diferencia de outras partes da cidade” (DAVIDOVICH, 2003, p. 59). Logo, os espaços periurbanos sofrem fortes pressões da metrópole, ou seja, de atores sociais da metrópole, com intensos interesses “camuflados” por essas áreas. Aí emerge a preocupação coletiva para os cuidados na elaboração de um plano diretor legítimo, coerente e compromissado com o bem-estar social e ambiental, algo que em muito escapa da realidade brasileira.

O Plano Diretor de Goiânia (2007) regionaliza o município em macrozonas: “[p]ara fins de planejamento, o modelo espacial divide o território em Macrozonas, definidas como frações do território demarcadas segundo critérios de ordem físico-ambiental e conforme sua natureza de agenciamento espacial” (art. 76). A divisão e a organização das macrozonas podem ser observadas na Figura 14:

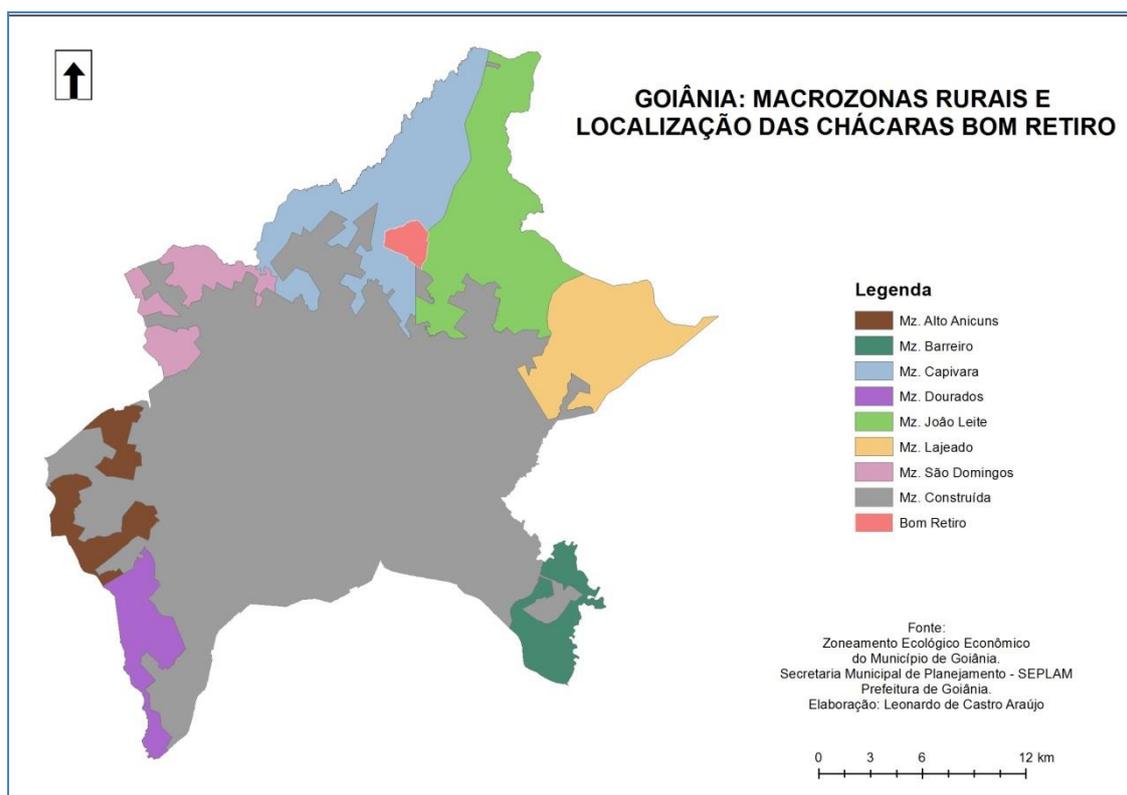


Figura 14 – Goiânia: macrozonas e localização das Chácaras Bom Retiro.

De acordo com esses critérios, definidos no Plano Diretor, foram criadas uma macrozona que coincide com os limites de expansão da cidade e sete macrozonas rurais, definidas a partir das suas respectivas bacias hidrográficas:

- Macrozona Rural do Barreiro, constituída pelas áreas integrantes da sub-bacia do Córrego Barreiro, situada a sudeste do território (art. 77, § 2º);
- Macrozona Rural do Lajeado, constituída pelas áreas integrantes da sub-bacia do Córrego Lajeado, situada a leste do território (art. 77, § 3º);
- Macrozona Rural do João Leite, constituída pelas áreas integrantes da sub-bacia do Ribeirão João Leite, situada a norte do território (art. 77, § 4º);
- Macrozona Rural do Capivara, constituída pelas áreas integrantes da sub-bacia do Córrego Capivara, situada a norte do território (art. 77, § 5º);
- Macrozona Rural do São Domingos, constituída pelas áreas integrantes da sub-bacia do Córrego São Domingos, situada a noroeste do território (art. 77, § 6º);
- Macrozona Rural do Alto Anicuns, situada a oeste e constituída pelas áreas integrantes da sub-bacia do Ribeirão Anicuns (art. 77, § 7º);

- Macrozona Rural do Alto Dourados, constituída pelas áreas integrantes da sub-bacia do Ribeirão Dourados, situada a sudoeste do território (art. 77, § 8º).

O bairro Chácaras Bom Retiro está situado justamente no encontro entre as macrozonas João Leite e Capivara, separadas pela GO-080. São as duas macrozonas rurais com maior área territorial, com mais cobertura vegetal e que possuem o maior percentual de população rural do município de Goiânia. As considerações do Plano Diretor a respeito das macrozonas rurais são pobres, estipulando apenas princípios gerais de conservação e uso agropecuário: “[c]onsidera-se Área Rural do Município o restante do território, destinado ao uso agropecuário e à instalação de atividades incompatíveis com o meio urbano, observadas as condições ambientais” (art. 73, § 2º).

O “Zoneamento Ecológico Econômico do município de Goiânia” (2008) demonstra preocupação quanto às macrozonas do João Leite e Capivara, devido às fortes pressões advindas da expansão urbana. O relatório dá destaque especial à Macrozona Rural do João Leite, a qual “representa a área de maior relevância do ponto de vista da proteção ambiental para o município de Goiânia, em especial dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite” (idem, p. 38). O relatório também destaca, para a Macrozona Rural do João Leite, o avanço da urbanização e a mudança no uso do solo:

No entorno imediato encontramos também pequenas aglomerações urbanas – Distrito Vila Rica, Chácara Bom Retiro e Condomínio Parque dos Cisnes –, onde é notória a influência no sentido de tornar cada vez mais urbano o uso e ocupação nas proximidades destas áreas.

É comum observar, em períodos eleitorais, que as propostas de campanha estão direcionadas ao espaço construído, à aglomeração urbana, não contemplando a unidade do município, como se o “futuro prefeito” fosse administrar apenas a cidade, e não o município como um todo. O debate ambiental e/ou socioeconômico se restringe, em grande parte, ao espaço construído. Na pauta do discurso político, as questões ambientais se restringem à arborização de ruas, construção de parques, rumo a uma “cidade sustentável”. Poderíamos, aqui, suspeitar de uma intencionalidade, uma vez que existe um forte jogo de interesse nessas respectivas

áreas. Uma legislação mais rígida sobre os espaços rurais, inclusive contemplando os futuros projetos de expansão urbana, traria à tona alguns conflitos políticos e fundiários.

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS CHÁCARAS BOM RETIRO

Este capítulo pretende pontuar os elementos mais relevantes na formação territorial das Chácaras Bom Retiro e de seus respectivos efeitos na organização territorial atual. A produção do espaço como um conjunto de objetos e ações que se materializam no espaço geográfico, de acordo com as atribuições de Santos, oferece a possibilidade de se pensar as ações e os objetos em um contexto temporal e espacial que não se encerra em si, mas faz parte de um movimento contínuo de reprodução. Por isso a historicidade dos fatos, das ações e dos objetos é tão importante para a compreensão do espaço e, conseqüentemente, para a formação territorial de determinado lugar. Na presente pesquisa há três elementos fundamentais ao entendimento de tal processo: a) a gênese do lugar, dada pela migração e pelo parcelamento das Chácaras Bom Retiro, que inseriu na localidade os costumes do campo e o trabalho agrícola; b) a organização territorial atual, resultante de tais “trajetórias” socioespaciais; e c) a decadência da atividade agrícola. Tais observações serão mais bem tratadas a seguir.

2.1 MIGRAÇÕES, PARCELAMENTO DE TERRAS E TRABALHO AGRÍCOLA

A ocupação do bairro Chácaras Bom Retiro está fortemente relacionada com o processo migratório, principalmente com o deslocamento de famílias nordestinas para o município de Goiânia. Há de se destacar, nesse quadro, a participação de famílias oriundas do município de Portalegre, Rio Grande do Norte (Figura 15), que se deslocaram para o trabalho agrícola na zona rural de Goiânia, região em que se localizam as CBR. Vale ressaltar que tal evento se encontra com inúmeros outros de mesma natureza, que marcaram igualmente a década de 1960 pelo grande fluxo

migratório de famílias nordestinas para outras regiões do país, principalmente para a região Sudeste.

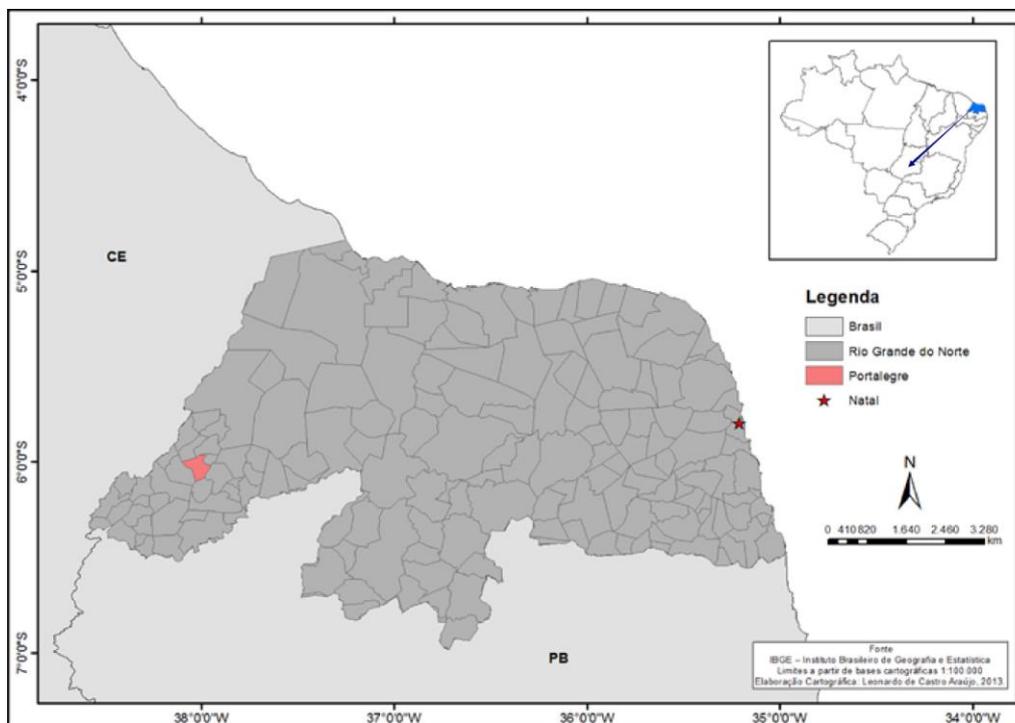


Figura 15 – Município de Portalegre, Rio Grande do Norte.

De acordo com Little (1994, p. 4), a união de memória e migração “fornece a base para o esboço de uma teoria da reterritorialização”. A memória, na abrangência do termo, pode ser entendida, ainda, no campo afetivo, carregado pelo sujeito, impregnado pela dor e pelo amor ao lugar. Trata-se de sua origem, da sua identidade, de sua trajetória, mantida e carregada pela memória. Essa mesma memória também migra, é desterritorializada e, no ato de reterritorializar, insere no novo um pouco do velho. Portanto, há um pouco de Portalegre em Goiânia, em um “lugarzinho” pequeno, no norte do município, que contribui, à sua maneira, para a produção dessa metrópole.

Há muitos relatos sobre tais processos nas CBR, alguns divergentes, outros duvidosos. A verdade é que se passou muito tempo e a história nunca foi registrada. Muitos pioneiros já faleceram, outros veem sucumbir a memória ao tempo. Para a reconstrução histórica dessa trajetória, foram utilizadas entrevistas feitas com moradores antigos, alguns dos quais nascidos em Portalegre, que vivenciaram tal trajetória.

Para reconstruir os primeiros momentos, utilizou-se o depoimento de um dos pioneiros, o senhor F. X. (62 anos), filho de Patrocínio Viana e Joana Marinho, alguns dos primeiros portalegrenses a chegar à região. O trecho narra a gênese do processo e as motivações iniciais:

Veio um homem trabalhar no Goiás que se chamava Seu Nonato e ele trabalhava na fazenda Motta. Ele foi no nordeste visitar a mulher dele. E os fazendeiros pediram para ele trazer um pessoal para trabalhar nas fazendas que tinha muita colheita de café. Isso foi bem numa seca de 1957. Ai Seu Nonato chegou pro meu pai e disse: “Ô Seu Patrocínio, o Goiás é muito bom, o Goiás chove, todo mundo produz, produz milho, arroz, feijão, muita mandioca, lá chove mesmo, as terras são boas, aonde planta dá”, e realmente é impressionante como as terras mudaram tanto. Aí meu pai chegou lá em casa, só tinha uma lata de feijão de corda velho, de dois anos guardado, tava nas últimas, aí Fátima (filha do casal, com aproximadamente 4 anos de idade) chegou e disse assim: “Papai, a hora que esse feijão vai acabar que nós vamos comer?”. Aí meu pai encheu os olhos d’água e falou assim: “Minha filha, nós vamos comer maxixe”, de brincadeira, só pra tapear. “Uai, e a hora que o maxixe acabar, meu pai, o que vamos comer?” [Perguntou novamente Fátima]. Aí meu pai disse “Ô, nós vamos comer feijão, arroz, mandioca, carne no Goiás, é no Goiás que nós vamos!”. Ele tinha ouvido a conversa aquela semana e incentivou ele. Essa frase de Fátima que motivou ele vim pra cá.

Percebe-se, portanto, que a vinda de migrantes não foi aleatória. Havia um conterrâneo na região que noticiou a possibilidade de melhores condições de vida em terras goianas. Frente às adversidades naturais do município de Portalegre e as poucas oportunidades da região, a mudança para Goiânia representava, então, a esperança de uma vida melhor. Tal movimento nunca cessou, é comum ainda nos dias de hoje a chegada de migrantes oriundos do Rio Grande do Norte.

A trajetória para Goiás, no entanto, não foi fácil:

Aí meu pai vendeu a terra, umas terneirinha velha, um jumento pra pagar o transporte, e falou “Nóis vamo” e viemos. A vinda foi nesse caminhãozinho Chevrolet, Marta Rocha, ano 1957, gastou onze dias. Parava nos córregos para fazer uma comidinha rápida, trazia um bode velho, carne de bode seca, tinha que cozinhar aquela carne naquela beira de córrego, e o prazo era muito pouco, era uma hora e pouca para fazer comida e tomar banho naqueles “corguinhos”. Minha mãe coitada ia cozinhar, aí aquelas coisas só fermentava, ficava um couro cru, junto com arroz, era uma delícia, a fome era muito grande. Daí quando chegou em Belo Horizonte, já se passava da metade da viagem, meu pai chegou em uma pensão e mandou arrumar uma comida pra todo mundo. Arroz, feijão, carne, macarrão. Lá no nordeste eles ensinaram a como se comportar por aqui, o que não podia falar, a ter educação. [...] Aí estávamos chegando no Goiás, passamos por Uberlândia, “Tá chegando, tá chegando”, chegamos na Vila Nova.

É interessante observar a preocupação com o comportamento, esse encontro cultural. Talvez exista um sentimento de inferioridade guardado na humildade do nordestino que migrava para uma região desconhecida, de onde ouvia histórias enaltecidas. A trajetória era longa e penosa, mas não era tão diferente das dificuldades encontradas no município de Portalegre, com suas serras e solo pedregoso. Já em Goiânia, essas pessoas foram deslocadas para as fazendas, nas quais trabalhariam e viveriam:

No outro dia o caminhão veio trazer todo mundo pra onde a gente ia ficar, que é aqui. [...] Pro lado da fazenda do Ontoniel Machado, tinha um galpão alto de telha francesa, de guardar trator, café, sem parede, só telhado. Aí o povo foi tudo pra lá. Eram umas quatro famílias, umas quarenta pessoas. Depois de umas semanas foram se organizando em uma cabaninhas, choupanas feitas de sapê, cada um ganhou uma pra morar, mas era pequeninha, tinha uns 3 metros. Daí minha mãe se enfiou em uma com esse catorze filhos. [...] Foram trabalhar braçal, por diária para outras pessoas. Um fazendeiro tinha muito arroz e arrumou para as famílias para serem devolvidos na proporção de dois sacos para cada saco emprestado na próxima colheita. Meu pai pegou uns doze sacos e devolveu uns 24 sacos. A terra produzia, foram plantando nas beiras do João Leite, nessas baixadas, do São Judas pra cá, pro rumo do Zé Eneias. Aí meu pai meteu o pau trabalhando, e botou nós na enxada, de seis da manhã às sete da noite, todo dia, comendo só o almoço mais nada. Meu pai muito animado, trabalhava muito, como diarista e meeiro. Se plantava arroz, milho, mandioca, quiabo, abóbora, as terras produziam muito e chovia muito, os pés de milhos eram altos e tampava tudo, as espigas era enormes, sentia o cheiro de longe. Agora a terra é fraca.

A realidade ambiental era bem distinta da encontrada em Portalegre no que tange às potencialidades agrícolas. Esse fato corrobora a ideia de que “o movimento demográfico introduz um novo domínio de experiências para grupos humanos no que se refere à sua relação com o espaço geográfico” (LITTLE, 1994, p. 8), o que no caso, era de fato esperado e desejado. As terras da região norte de Goiânia sempre foram muito boas, como em geral são as áreas inseridas no Matogrosso Goiano. Em um importante estudo sobre essa região, Faissol (1949) afirma que

[o] fato central, no entanto, aquele que constitui por assim dizer, o motivo de atração da atual grande massa imigratória, foi a existência do “Mato Grosso de Goiás”, com as suas grandes áreas florestais disponíveis e com os seus solos de boa qualidade.

Esse mesmo autor identificou, na região norte de Goiânia, em áreas entre Inhumas e Nerópolis, a predominância de plantações de arroz e café. Os pioneiros

do bairro, ao chegarem à Goiânia, trabalharam justamente com lavouras de arroz e café.

A Figura 16 apresenta algumas informações sobre a pedologia e a altimetria do bairro. É possível observar, por exemplo, a predominância de Latossolo Roxo Distrófico, que, em geral, guarda muitas propriedades que dão fertilidade ao solo. Há, também, a presença do Córrego Canavial, que corre do centro para o noroeste, onde se encontra com o Córrego Samambaia. Além do mais, boa parte da área apresenta relevo plano a ondulado, mas as ondulações não prejudicam o manejo da agricultura familiar. Há, ainda, outros fatores, encontrados nas fazendas vizinhas, que aqui não serão considerados. Esses predicados, de certa forma, funcionaram como uma grande ruptura aos padrões ambientais com os quais estavam habituados a lidar, visto que todos os atributos agrícolas que faltavam em Portalegre (água, solo fértil, relevo plano) foram encontrados nas CBR. E a isso se deve o deslumbramento inicial.

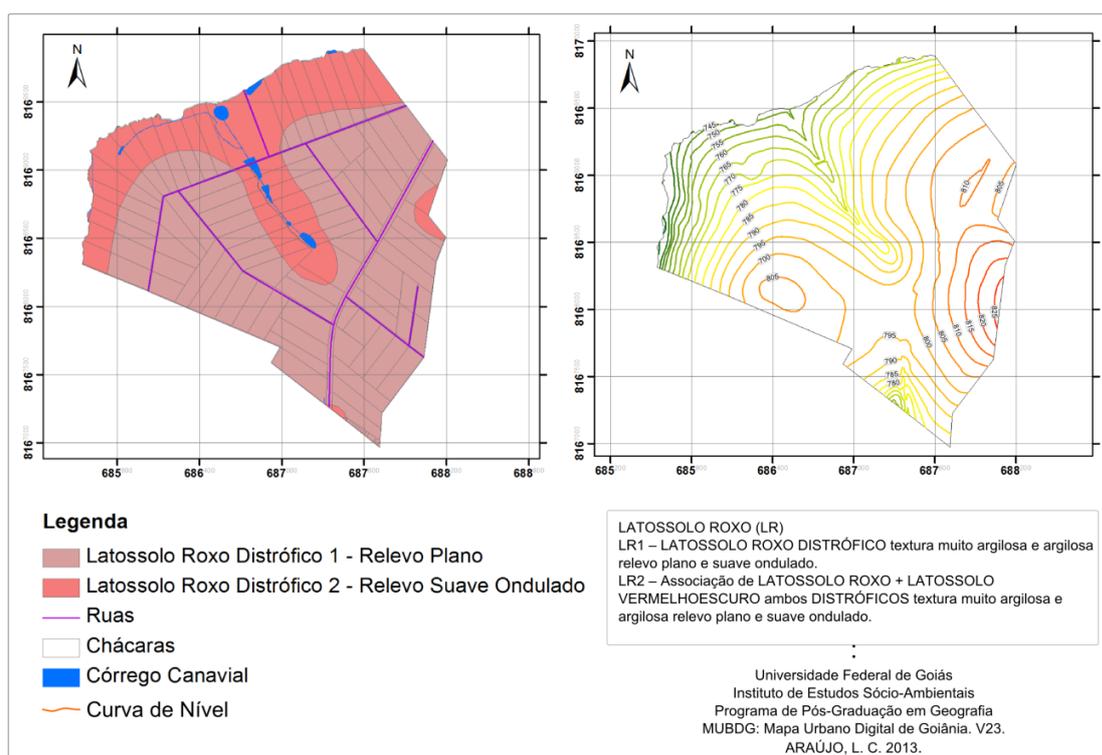


Figura 16 – Pedologia e altimetria do bairro Chácaras Bom Retiro.

O bairro Chácaras Bom Retiro é resultado do parcelamento de uma fazenda, em 28 de junho de 1960, conforme Anexo I, tendo sido esta parcelada em 86

módulos rurais, tendo como loteador o senhor Enéas Gomes dos Santos. Por mais baratas que fossem à época, a compra por parte dos migrantes ainda era difícil. No entanto, aos poucos tal possibilidade foi se consolidando, conforme narra o senhor F. X.,

Aí veio a venda do loteamento. Aqui era uma fazendona. Lotearam chácaras em alqueire. E o povo veio comprando, cercando, vendeu muito rápido. Era muito baratinho as chácaras. Mas meu pai nem sonhava em comprar uma, ele não tinha nem planos de comprar. Essa nossa chacara aqui era de um senhor que morava na Fama, se chamava José dos Reis, era dele e dos irmãos. Seu José dos Reis ofereceu a chacara para meu pai, que não tinha muitas condições de adquirir. Nessa época meu pai já começava a fazer farinha em um forinho de dois metros. Fizeram umas contas para se pagar, por exemplo, uns duzentos reais por mês durante um ano e meio nos valores de hoje. O seu José dos Reis aceitou, e logo meu pai e minha mãe pagaram tudo, brincando.

Outras famílias também adquiriram terras na região. A família do Senhor Eustáquio e da Senhora Aniceta, também de Portalegre, comprou uma chacara para montar uma fábrica de farinha. Posteriormente, esta foi dividida em duas partes, sendo uma parcelada em pequenos lotes, que deram origem à nucleação conhecida como “Vila” ou “Vilinha”, e a outra metade foi vendida para a construção de uma transportadora (tal processo não seguiu uma ordem temporal definida, sendo a construção da transportadora o último evento). A Família do Senhor Herculano, originária do interior de Goiás, recebeu uma chacara de doação de uma fazendeira da região, que posteriormente veio a constituir o núcleo chamado “Aldeia”.

Sempre houve uma variação na cultura agrícola nas Chácaras Bom Retiro. Plantava-se desde arroz, feijão, milho, abóbora, quiabo, melancia. Ainda, havia criação de galinhas, porcos, gado leiteiro, etc. No entanto, é impressionante a força que a cultura da mandioca para a fabricação de farinha tomou na região. O senhor F. X. narra como foi a montagem da fábrica de farinha da família:

Aí meu pai começou a montar as coisas aqui, ampliou um barracão que tinha. Fez a casinha, fez a ‘fabricazinha’ de farinha. Aí com a fábrica embalou, montou a feira. Seu Marinho, que veio de Buriti Alegre, que deu a iniciativa de fazer farinha e enricou rápido e ficou incentivando meu pai, nessa época quase não se fazia farinha em Goiânia. Ele ajudou a montar o forno, comprar o motor. E o serviço era pesado, não sei como Niníco (Irmão) não morreu, ele pegava cedo, ia até seis da tarde, depois ia pro forno até meia-noite quando meu pai pegava e ia até quatro da manhã. E no outro dia começava tudo de novo, não parava. Essa luta toda pra produzir vinte sacos de farinha, porque não tinha ferramenta, hoje se faz isso em um dia. Ele começou a vender essa farinha em litro lá em Goiânia. Se vendia muito bem. Uma

feira era na Vila Nova e outra era em frente ao palácio na Praça Cívica no chão. Eu fiz uns cálculos, acho que meu pai vendia de seis a nove mil reais por semana nos valores de hoje, aí ele enricou rapidinho.

A seguir é possível observar a fábrica de farinha de mandioca da família do senhor Patrocínio Viana, conforme Figura 17.



Figura 17 – Fábrica de farinha da família Patrocínio Viana. Foto da década de 1970.
Fonte: Acervo pessoal da família.

A atividade de fabricação de farinha e polvilho de mandioca foi, portanto, a primeira e a principal atividade econômica de destaque das CBR. O sucesso da atividade se deve a vários fatores, por exemplo, os hábitos alimentares da população de Goiânia, que incentivava a procura, a proximidade com o mercado consumidor, a força de trabalho familiar, a alta produtividade da terra, dentre outros. No entanto, tal atividade, assim como as demais, se esvaece aos poucos, ocasionando uma crise no local e uma mudança no padrão produtivo e do trabalho.

2.2 FALÊNCIA DA ATIVIDADE AGRÍCOLA NOS MOLDES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nos álbuns de fotos antigas das famílias é comum encontrar uma foto ou outra apresentando o campo como cenário (Figura 18): uma foto da família e, ao fundo, algumas cabeças de gado ou algumas crianças frente a uma plantação de arroz, por exemplo. Há, nesse fato, a ideia de mostrar o sucesso das plantações, um sentimento de fartura. Os tempos mudaram, os cenários também, os hábitos vão se transformando. O campo, o trabalho rural, antes o “motor” de desenvolvimento local, perde potência.



Figura 18 – Pai e Filho à frente de plantação de mandioca – década de 1970.

Fonte: N.V.M (moradora das Chácaras Bom Retiro).

Há vários fatores e hipóteses que podem ser utilizadas para explicar tal processo. Contudo, uma questão central deve ser enfatizada, pois, de fato, é o fator substancial para as atuais transformações socioespaciais pelas quais passam as CBR: a dificuldade de extrair da terra renda suficiente para o sustento familiar.

A partir da década de 1970, discussões sobre a modernização da agricultura e da urbanização do meio rural passaram a ocorrer no meio acadêmico, como resultado da expansão da agricultura moderna sobre o território brasileiro. Nesse quadro, emergiam questões sobre o futuro do campesinato no Brasil. Fugindo às

polêmicas e às contradições, parece sensato dizer que era/é necessário promover, igualmente, a modernização também dos envolvidos no campesinato, no que alguns autores chamam de “agricultura familiar moderna”. Trata-se de uma estratégia de “sobrevivência” ou de “desenvolvimento” da agricultura familiar no território moderno. Algumas medidas governamentais foram criadas nesse sentido, como, por exemplo, a criação do Pronaf².

Segundo Wanderley (2003 p. 45-46), o campesinato pode ser entendido como

uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc.

Tal perspectiva parece responder bem à realidade social das CBR, principalmente em relação à organização da produção em núcleos familiares, à divisão do trabalho, à transmissão sucessória, etc. O caráter familiar, a vida no campo, os hábitos culturais, o trabalho, são elementos que foram trazidos na “bagagem” pelo processo migratório e se materializaram em novos territórios.

Ainda segundo Wanderley (2003 p. 47), sobre a modernização do campo, “mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar ‘moderno’, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais”. Dessa forma, a modernização da agricultura representou um processo de transição formado por descontinuidades e continuidades, e não necessariamente apenas por rupturas brutas.

Contudo, nas CBR as rupturas foram muito mais evidentes do que as continuidades. Em realidade, frente aos problemas do trabalho e dos desafios da

² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996. Objetiva o financiamento de projetos individuais ou coletivos de cunho familiar, que visam o desenvolvimento de atividades agrícolas.

economia locais, em vez de alternativas agrícolas, como o uso de novas técnicas de manejo, incentivo governamental à produção, busca de novas atividades, etc., foram adotadas e inseridas alternativas urbanas, fruto da influência metropolitana. Já se adianta que uma das razões se deve ao tamanho reduzido das propriedades, principalmente aquelas que já haviam sido parceladas e doadas aos herdeiros. Há, assim, uma grande dificuldade de se extrair renda suficiente para o sustento familiar em propriedades pequenas, como mencionado. Dessa forma, existem poucas experiências agrícolas que tentam compensar o tamanho da propriedade com o uso de técnicas modernas e que investem na produção de novos segmentos, diferentes da mandioca, como é o caso da produção de mamão e tomate.

As fábricas de farinha, um marco na região, entram em declínio. A fábrica apresentada na Figura 17, por exemplo, com aproximadamente cinquenta anos, teve, em seus anos iniciais, grande movimentação. Atualmente, o trabalho na fábrica já não ocupa todos os dias da semana, sendo a farinha de mandioca destinada para feiras e restaurantes de Goiânia. O proprietário relata que a fábrica – herança familiar – provavelmente será fechada, uma vez que os filhos – capital humano – não optaram pela vida no campo e o mercado é cada vez mais difícil. O mesmo proprietário faz pequenos investimentos imobiliários na região, a fim de extrair dos aluguéis o complemento da renda, já que apenas a renda do trabalho no campo não é mais suficiente. Há várias justificativas para a crise na fabricação de farinha de mandioca e polvilho na região, desde a perda da produtividade do solo até a concorrência com outros fabricantes de Bela Vista, queda no preço da mercadoria, alteração dos hábitos alimentares da própria população em geral, etc.

Cabe destacar, também, que, de forma geral, houve uma redução na atividade agrícola na região norte do município de Goiânia, que, por sua vez, ocasionou uma diminuição na oferta de empregos rurais nas CBR. O resultado disso foi o deslocamento de trabalhadores das CBR para a metrópole, em busca de emprego, agora no setor “urbano”. Concomitantemente, houve também o deslocamento de atividades ditas “urbanas” para as CBR, o que contribuiu para drenar parte da força de trabalho, antes utilizada no campo. Em ambos os casos, se destaca a oferta de emprego de caráter urbano, tanto no local como na metrópole.

Além disso a urbanidade oriunda da metrópole adentra na comunidade com muita força, mudando os modos de vida e, conseqüentemente, os interesses

peçoais. As pessoas se interessam muito mais, hoje, por práticas sociais ditas urbanas em detrimento das oriundas do campo, que persistem enquanto resistência e elemento do processo contínuo de mudança. Os jovens, por exemplo, almejam outras carreiras, diferentes das de seus pais, profissões estas que estão vinculadas a uma vida urbana, na cidade, e resultam, em muitos casos, inclusive em mudança da moradia para a “cidade”. O conjunto de transformações apontadas até o momento contribui para a formação e a organização espacial das Chácaras Bom Retiro, resultando em um plano estrutural que será apresentado no próximo tópico.

2.3 A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS CHÁCARAS BOM RETIRO

A maior parte do espaço territorial das CBR é constituída por áreas ditas “rurais”. Nesse espaço encontra-se algumas plantações de mandioca, mamão, tomate, milho, assim com algumas criações de gado, porco e frango. Todas essas atividades em uma escala de produção pequena, uma vez que as divisões territoriais são dadas por espaços de 40.000 m² aproximadamente. Na Figura 19 é possível identificar o limite de algumas chácaras. Notam-se diferentes usos para o espaço: algumas propriedades são destinadas para o uso agrícola ou residencial, outras áreas constituem “espaços vazios”. Percebe-se, também, a presença do Córrego Canavial e de áreas verdes remanescentes.

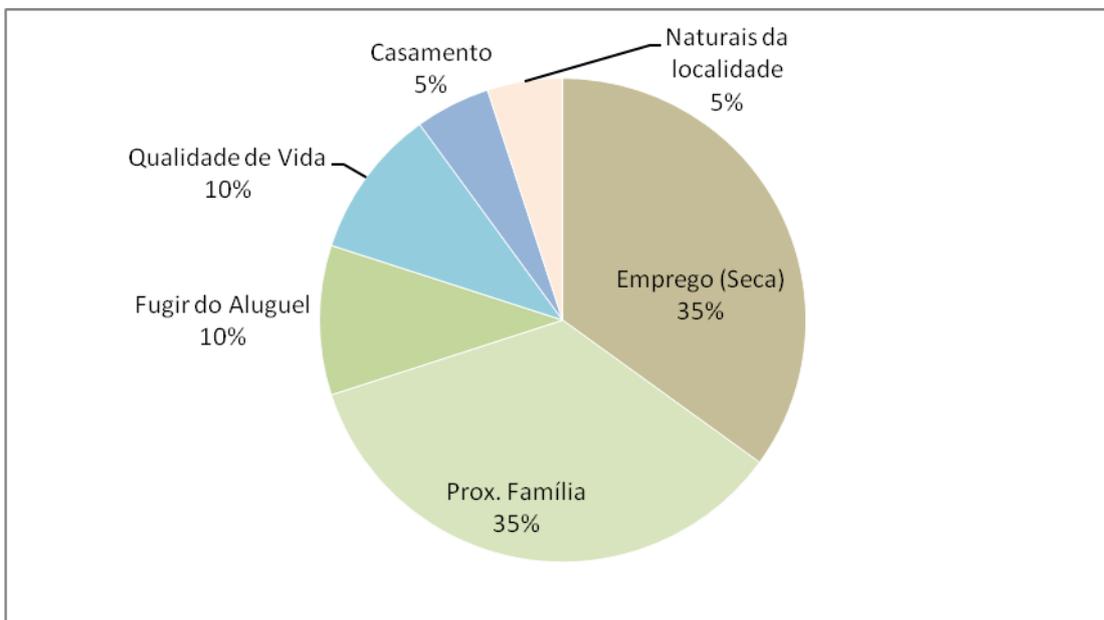


Figura 19 – Vista aérea do espaço rural das Chácaras Bom Retiro.
Fonte: Ortofoto de Goiânia, 2011. Prefeitura de Goiânia.

Além da migração, outros fatores também contribuíram para a ocupação das Chácaras Bom Retiro. O Gráfico 3 indica as principais motivações que levaram as pessoas a morarem nas CBR. As informações foram tomadas em uma escala temporal longa, desde pessoas que vivem no local há muitos anos a moradores recentes. No conjunto das informações, é notória a predominância das categorias “emprego” e “proximidade da família”. A busca por emprego remete ao processo pioneiro, da fuga da “seca” e da migração para o município de Goiânia à procura de emprego no campo. Também remete ao momento atual, com a geração de empregos na localidade pelas empresas implantadas na região, que ofertam oportunidades de trabalho para pessoas da “cidade” e de outros municípios.

A proximidade com a família já retoma a atualidade. A melhoria na infraestrutura urbana local é um atrativo para o retorno de familiares, principalmente aqueles que possuem direitos sobre a terra. Com a valorização do preço do solo urbano, torna-se mais viável o investimento do dinheiro da compra de um lote urbano na construção de uma residência nas Chácaras Bom Retiro. O mesmo vale para a “fuga do aluguel”, um investimento sem retorno. Este balanço entre a necessidade de habitação e a questão fundiária urbana, observado nas Chácaras Bom Retiro, é um dos grandes fatores explicativos para o crescimento populacional dos municípios periféricos, como Senador Canedo e Goianira.

GRÁFICO 3 – Elementos motivadores para a moradia nas Chácaras Bom Retiro.



Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2012.

No intuito de focalizar a análise nos núcleos populacionais, será tomado como referência empírica o setor censitário definido pelo IBGE que organiza tais aglomerações em uma unidade. Trata-se, portanto, da área mais dinâmica da região, que dá “vida” ao bairro, berço do processo migratório em que as transformações urbanas são mais evidentes. Esses núcleos são formados pela unidade familiar, mas não somente, e, dessa forma, a origem e a expansão ocorrem de forma irregular, muitas vezes até precária. Contudo, ressalte-se que, apesar de sua formação não ser apenas familiar, a origem e a homogeneidade são compostas pelos laços de família.

Para melhor explicar a formação e o conteúdo presente nos núcleos familiares e também compreender a organização e a paisagem das Chácaras Bom Retiro, serão apresentadas algumas fotografias, bem como a explicação das imagens captadas e percebidas pela dimensão da “rua”. Esse procedimento permite mais clareza sobre o significado do espaço urbano, como argumenta Ferrara (1993, p. 41:

A percepção urbana é uma prática cultural que concretiza certa compreensão da cidade e se apoia, de um lado, no uso urbano e, de outro, na imagem física da cidade, da praça, do quarteirão, da rua entendidos como fragmentos habituais da cidade. Uso e hábito, reunidos, criam a imagem perceptiva da cidade que se sobrepõe ao

projeto urbano e constitui o elemento de manifestação concreta do espaço.

Uso e imagem são elementos que possibilitam decifrar os signos da paisagem urbana e, dessa forma, decifrar as particularidades dos lugares frente à homogeneidade da cidade. Sobre as Chácaras Bom Retiro, a territorialidade das famílias imprime um traço e um significado diferente ao lugar. Tais configurações podem ser observadas na Figura 20:



Figura 20 – Territorialização de famílias nas Chácaras Bom Retiro, 2013.

Fonte: Google Earth, 2013. Trabalho de campo, 2012. ARAÚJO, L. C (2013)

Há uma grande diferença socioeconômica entre as áreas, que pode ser percebida na própria paisagem. O núcleo formado pela família Pereira Valverde – conhecido como “Aldeia” – caracteriza-se por famílias de baixa renda. As Figuras 21 e 22 ilustram a entrada do núcleo e a ausência de infraestrutura. Na entrada da localidade existe uma “barraquinha” de coco, demarcando uma característica importante do lugar: o trabalho informal.



Figura 21 – Entrada do núcleo “Aldeia”, à margem da GO-080.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

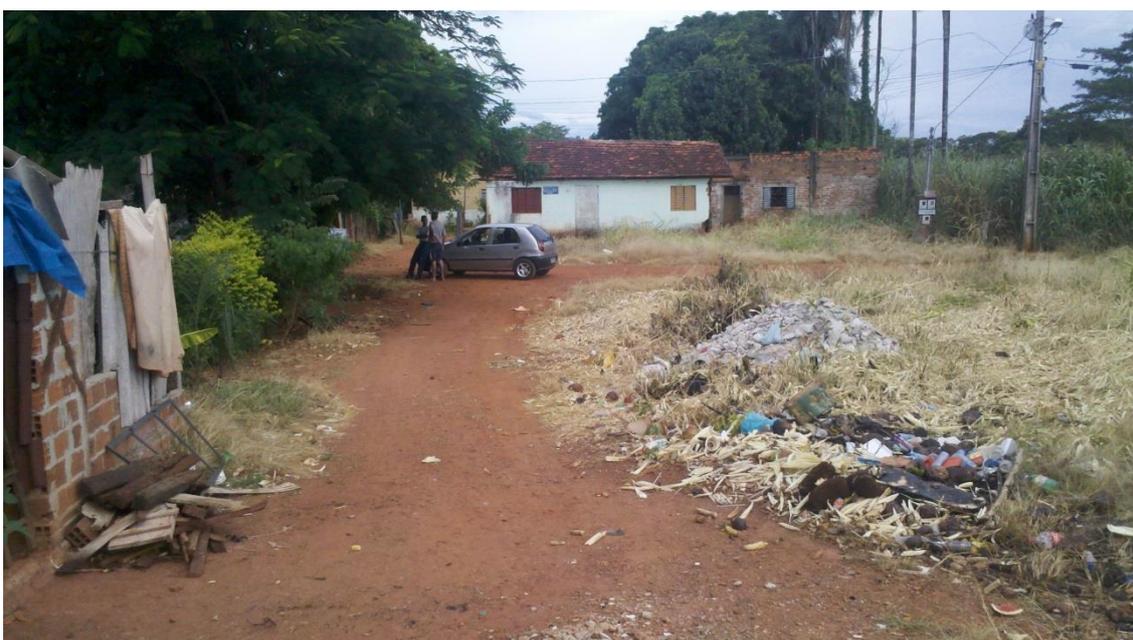


Figura 22 – Fotografia frontal do núcleo “Aldeia”.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

O núcleo é fruto da doação de uma parte da Chácara 85 – que deu origem à Chácara 85 A – ao senhor Herculano, que, junto com sua família, formou na localidade a respectiva nucleação populacional. No local existe apenas uma estrada (Figura 23), não asfaltada, que corta a Chácara 85 A ao meio. Nota-se um problema comum nas Chácaras Bom Retiro: esse tipo de ocupação é formado pela criação de uma estrada que corta uma chácara ou mais para dar acesso aos lotes. Mas, em

geral, é destinada uma área muito pequena para a construção de estradas e ruas. Observa-se que a estrada da “Aldeia” é bem estreita e não existem calçadas. O padrão de construção também não é elevado, predominando, em muitos casos, a autoconstrução. Recentemente, após reivindicação da Associação dos Moradores, foi implantada iluminação pública na frente da localidade e até o meio da respectiva estrada.



Figura 23 – Estrada no núcleo familiar “Aldeia”.

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

O núcleo da família Pereira Ramos é conhecido como “Vilinha”, ou simplesmente “Vila”. Localiza-se em um fragmento da Chácara 40, às margens da GO-080. O parcelamento do solo produziu lotes pequenos e uma única rua estreita (Figura 24), asfaltada, mas não possui meio-fio, nem galeria pluvial.



Figura 24 – Rua do núcleo “Vilinha” formado pela família Pereira Ramos.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

A rua permite a passagem de apenas um veículo e a ocupação chegou ao seu limite de expansão – todos os lotes foram ocupados. Os moradores reclamam bastante da “falta de espaço”, do barulho e da rua estreita. Um comerciante local relata prejuízos por conta da rua, uma vez que esta não permite que motoristas manobrem os veículos. Existem dois mercados nessa localidade – pequenos e com pouca variedade –, ambos com raio de atuação muito limitado. Também há uma Igreja Evangélica, que funciona, às segundas-feiras como ponto de atendimento do Programa Saúde da Família (PSF), vinculado ao posto de saúde do distrito de Vila Rica, no km 20 da GO-080. Ainda, está presente o único restaurante da região, que atende à demanda das Chácaras Bom Retiro e das fazendas e empreendimentos nos arredores. Um problema que vem chamando a atenção é a concentração de fossas sépticas e cisternas em um espaço reduzido, que poderia comprometer o abastecimento e o consumo de água.

O núcleo formado pela família Viana Marinho (Figura 25) é constituído tanto por pessoas de baixa renda, como por pessoas de classe média (grupo econômico). A principal origem do núcleo está no parcelamento das chácaras 78 e 79 entre os dezesseis filhos do casal Patrocínio Viana e Joana Marinho, pioneiros do bairro. Há, nesse espaço, a maior oferta de áreas disponíveis para a expansão do setor, que são “informalmente” vendidas. Essa expansão se dá, de um lado, pela necessidade

da própria família de se expandir e construir, ou pela venda de lotes para outras pessoas – que possuem vínculos afetivos ou não com o bairro.



Figura 25 – Rua Patrocínio Viana e a constituição do núcleo urbano.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

Essa área, antes destinada à atividade agrícola e à criação de gado, foi totalmente convertida para uso urbano, mesmo que ainda restem espaços “vazios” que, em realidade, funcionam como elementos especulativos, uma vez que nos últimos anos a procura por lotes na região aumentou. Em termos de infraestrutura urbana, a iluminação pública não é de boa qualidade, o equipamento possui pouca potência de iluminação, as ruas são asfaltadas, mas já apresentam, em alguns trechos, rachaduras e buracos. A Rua Patrocínio Viana não recebeu obras complementares, como meio-fio, como pode ser observado na Figura 25.

Mas uma vez, a expansão informal cria formas de ocupação que em um futuro próximo podem representar problemas como os apresentados na “Aldeia” e na “Vila”. A Figura 26 destaca a formação de uma estrada na chácara 79 D, que dá acesso a lotes parcelados e a casas recentemente construídas. Como pode ser observado, a estrada é bem estreita, dando acesso apenas a um veículo, e não há espaço destinado a calçadas. No lado esquerdo da fotografia é possível identificar uma plantação de milho, o que indica o aproveitamento de áreas vazias de construção com plantações temporárias, como o milho e o feijão.



Figura 26 – Estrada aberta na Chácara 79 para dar acesso a lotes parcelados na propriedade.
Fonte: Leonardo de Castro Araújo, 2014.

Esse núcleo é formado também pela Estrada D, que conta com asfalto e meio-fio. Assim como a Rua Patrocínio Viana, a Estrada D apresenta largura satisfatória e espaço para calçada que, em geral, é constituída por gramados, como pode ser observado na Figura 27. Os lotes da Estrada D possuem maiores áreas territoriais que os demais núcleos.



Figura 27 – Estrada D nas Chácaras Bom Retiro.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

Há, também, núcleos formados pela união de famílias por meio de casamentos. É o caso do núcleo formado pela família Viana Marinho (origem da terra) e pela família Pereira Ramos (Figura 28). Nessa área não há asfaltamento das ruas e alguns pontos não possuem iluminação pública. Nesse núcleo se localiza a Igreja Santa Terezinha e a Escola Municipal Santa Terezinha, nomenclaturas dadas pela tradição católica dos pioneiros e, principalmente, pela devoção da senhora Joana Marinho pela Santa. A escola foi construída em uma propriedade doada pela família à prefeitura e a igreja também existe por iniciativa da família.



Figura 28 – Núcleo formado pelas famílias Patrocínio Viana e Pereira Ramos.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

A área, caracterizada como “mista”, é formada por famílias que não possuem laços familiares em comum, principalmente por pessoas de alto poder aquisitivo, uma vez que o padrão de moradia e o tamanho das áreas (8.000 m² em média) contribuem para a concentração de um grupo de renda específica. Há, por exemplo, uma chácara à venda na Estrada D, cujo valor de mercado está cotado em 1,7 milhões de reais (valor dado pelo próprio morador em entrevista), valores que contrastam bastante com o restante do bairro. Esse grupo é formado por empresários, médicos e políticos, aliás, a “influência social e política” desse grupo potencializou a concretização inicial de obras de infraestrutura urbana no bairro, como o asfalto da Estrada D e da Estrada Bom Retiro (Figura 29), vias de circulação do mesmo grupo.



Figura 29 – Estrada Bom Retiro.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

Dessa forma, o bairro cresce, a concepção de espaço rural se desconstrói para a reconstrução da consciência urbana, de bairro. Assim, emergem várias reivindicações de melhorias no bairro, fruto dessa nova exigência. Existem alguns problemas crônicos difíceis de solucionar, como, por exemplo, o fato de o bairro não contar com rede de esgoto nem de água tratada, bem como a proximidade entre muitas residências, e, conseqüentemente, entre muitas fossas sépticas, que pode, ao longo do tempo, contaminar o lençol freático e comprometer o consumo humano. Uma obra de saneamento básico se torna, nos princípios do poder público de cunho capitalista, inviável, uma vez que a localidade está distante da rede mais próxima, o que exigiria grande empenho financeiro. Como se trata de um bairro pequeno, uma comunidade pequena, a participação política, ou melhor, o peso político da localidade é reduzido, diminuindo a possibilidade de realização das citadas melhorias. Por ironia, ou por esperança, a Barragem do João Leite e sua respectiva estação de tratamento de água estão localizadas na região Norte, perto das Chácaras Bom Retiro e do Condomínio Parque dos Cisnes, que também não possui infraestrutura de saneamento.

Grande parte da implantação de infraestrutura urbana no bairro se deve à articulação e à participação política da Associação de Moradores frente ao poder público. De acordo com Costa (1997, p. 3), “as AMs se tornaram, na prática, porta-

vozes competentes e reconhecidas para conduzir às agências públicas municipais pleitos e questões de interesse dos seus bairros”. Existem muitas reivindicações na pauta atual do bairro, muitas delas já foram repassadas aos órgãos competentes e estão à espera de respostas. É importante pontuar que alguns anos atrás, ainda no governo do prefeito Pedro Wilson, parte da pauta do bairro era de cunho agrícola, como, por exemplo, com os pedidos de calcário e tratores para o trabalho nas terras da região. Atualmente as pautas são outras, como se pode observar no quadro a seguir:

QUADRO 1 – Pautas atuais da comunidade das Chácaras Bom Retiro.

Esgoto e água tratada (mesmo com consciência da dificuldade de realização, é uma pauta necessária à localidade).
Galerias Pluviais.
Meio-fio na Rua Patrocínio Viana e na Rua C-2.
Melhoria no transporte coletivo, uma reivindicação antiga (a proposta é uma linha alimentadora para a região).
Implantação de iluminação pública em alguns pontos do bairro, assim como melhoria do serviço, que é pouco eficiente (equipamento com pouca potência de iluminação).
A construção de duas praças públicas, uma em frente à igreja Santa Terezinha e à Escola Santa Terezinha, e outra entre a GO-080 e o início da Rua D e da Estrada D.
Mudança no sistema de endereço do bairro, principalmente para facilitar o trabalho dos Correios, que, em geral, concentram boa parte das correspondências em uma única residência.
Implantação de uma unidade de Saúde permanente e independente do distrito de Vila Rica.
Melhoria no sinal de telefonia móvel, que é ineficiente, e, também, na melhoria do serviço de banda larga.

Fonte: Associação dos Moradores das Chácaras Bom Retiro, 2013.

Outra reivindicação levantada pela Associação de Moradores diz respeito a um projeto realizado junto à Câmara de Vereadores e à AGETOP (Anexo II), que visa integrar parte dos núcleos urbanos, pavimentar alguns trechos e aumentar a segurança rodoviária, uma vez que a GO-080 é caracterizada como de trânsito rápido (média de 110 km/h). A proposta da respectiva agência foi o bloqueio aos acessos irregulares e a construção de uma via marginal paralela à rodovia, utilizando como acesso a entrada do antigo posto de gasolina, onde hoje funciona uma empresa de máquinas pesadas (tratores, retroescavadeiras, etc.). A obra é importante do ponto de vista da segurança, pois retira da rodovia o fluxo de veículos e de pedestres que circulam internamente, principalmente crianças, que se deslocam diariamente para a Escola Municipal Santa Terezinha. Além do mais, o

projeto implanta um princípio de integração entre os núcleos urbanos. Uma sugestão da Associação de Moradores foi a mudança da faixa de pedestre para um eixo de ligação entre a rua C-2 e a via marginal.

É importante destacar a participação coletiva do bairro, principalmente por meio da Associação de Moradores. Existe, por meio dessas representações, uma preocupação em se pensar na melhoria do bairro, ao mesmo tempo planejando o futuro, o que é algo digno de nota. O presidente do bairro (F. A. T.) demonstra sua preocupação com o futuro da região norte de Goiânia e, principalmente, com as Chácaras Bom Retiro e a respectiva inépcia da prefeitura para com a região: “a prefeitura não nos conhece, ela nunca vem aqui”. No campo da prática, pode-se citar a iniciativa da Associação em adquirir mapas do bairro para fins de estudo, pesquisa, planejamento, etc.

No campo político, um episódio chama a atenção: membros da Secretaria Municipal de Educação anunciaram o fechamento da Escola Municipal Santa Terezinha (escola rural), alegando que ela possui poucos alunos e que os gastos financeiros não justificavam sua manutenção. A educação básica não pode ser vista como um investimento financeiro, e tal episódio reforça a dificuldade que as minorias enfrentam frente ao estado. Nessa lógica, os bairros rurais, os bairros da periferia, os distritos, os povoados, as pequenas cidades, estão muitas vezes à margem do protagonismo político e econômico do estado. A escola foi construída na década de 1970, em um terreno doado pelo senhor Patrocínio Viana, pioneiro do bairro. As primeiras professoras da escola eram suas filhas e algumas das professoras ainda vivem no bairro. Toda a comunidade tem uma grande preocupação e reconhece a importância da escola, assim como pontuam como principais características positivas do bairro a educação, fruto justamente da presença da escola.

Diante da insatisfação e da manifestação de moradores, a Secretaria Municipal de Educação reconsiderou e manteve a escola aberta. Desde então, principalmente após a mudança de direção, a escola recebeu vários investimentos em infraestrutura, em equipamentos didáticos e diversos, rompendo com o princípio de que “pequenas comunidades” não podem receber investimentos sociais diante do seu quadro quantitativo. Portanto, diante dessa dificuldade posta pela escola, nota-se que a organização e a mobilização política e social são fundamentais para se lutar por melhores condições e direitos para a cidade. Souza (2010, p. 163) atenta

para a necessidade de colher bons resultados a partir da conjunção de “saber local” (a experiência daqueles que vivem e trabalham nos lugares) “com a experiência e o conhecimento dos estudiosos e planejadores”. Há, no entanto, inúmeras barreiras que dificultam tal realização, mas a resposta para boa parte dos problemas urbanos locais está justamente nessa junção.

CAPÍTULO 3

AS CHÁCARAS BOM RETIRO NO ENTORNO DA METRÓPOLE

Ao longo do trabalho, realizou-se, primeiramente, uma contextualização do objeto localizado à região norte de Goiânia, por entender que essa região apresenta uma dinâmica diferencial no que diz respeito à produção do espaço urbano em comparação à região sul da metrópole, conforme atesta Chaveiro (2007). Em seguida, foram levantados os fatores motivacionais para a formação territorial das CBR, como a migração e o parcelamento do solo. Neste capítulo final, pretende-se analisar o avanço da metrópole e a produção de um espaço periurbano a partir da dinâmica territorial das Chácara Bom Retiro, como será apresentado nos tópicos a seguir.

3.1 O AVANÇO DA METRÓPOLE E A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO PERIURBANO NAS CHÁCARAS BOM RETIRO

Inicia-se este diálogo a partir da seguinte prerrogativa: a produção do espaço – adjetivado aqui de periurbano, conforme Capítulo 1 – que dá sentido ao bairro Chácara Bom Retiro é fruto de um processo de “mão dupla”, uma vez que o “movimento transformador” parte tanto da metrópole para o local como do local para a metrópole. Essa questão fica mais clara se compararmos com outras áreas urbanas, como, por exemplo, os recém-construídos Vale dos sonhos ou Orlando de Moraes, também na porção norte de Goiânia. Tais localidades fazem parte de um processo complexo e extenso que não será explicitado neste capítulo, no entanto, é válido dizer, mesmo que grosso modo, que suas produções foram orientadas por agentes imobiliários, frutos de uma lógica fundiária frente a uma demanda social por habitação. Tais processos – comumente encontrados na dinâmica dos espaços periurbanos – culminaram na utilização de espaços “rurais” para a produção de

novas moradias urbanas. Nesse contexto, os novos habitantes quase não apresentam vínculos – culturais, afetivos, de identidade, etc. – com os novos espaços. É, portanto, um movimento que parte primordialmente da metrópole para o local.

Diferente dessa realidade, nas Chácaras Bom Retiro nenhum projeto nos moldes dos citados anteriormente foi implantado. Os movimentos de transformação, como já comentado, não foram de natureza de um empreendimento imobiliário, mas sim resultado de vários fatores, de pequenos detalhes, de particularidades muito locais. Há de se destacar que o processo de transição aqui estudado se dá em uma comunidade já consolidada há mais de cinquenta anos, o que, em um espaço metropolitano tão novo como o da Grande Goiânia, é muito significativo. Por isso dizemos que as transformações vivenciadas nas Chácaras Bom Retiro são fruto de uma “relação”, não tão arbitrária como a construção de um novo bairro ou de um condomínio fechado, mas sim de uma experiência relacional entre o local e a metrópole, construída de forma gradativa, muitas vezes produzindo conflitos.

Uma advertência se faz necessária neste ponto da análise: poderíamos aceitar a tese de que o avanço da urbanização ou da metropolização na escala local se dá por conta da falência da atividade agrícola nas CBR, no entanto, isso seria um reducionismo. Seria o mesmo que considerar que apenas devido à atividade agrícola as Chácaras Bom Retiro experimentaram práticas oriundas da urbanização. Ademais, isso representaria uma visão ultrapassada da velha dicotomia urbano-rural, que considera para ambos limites bem definidos e fechados, cada um em seu território. Em verdade, a cidade sempre esteve presente na localidade, desde a representação simbólica do “vamos embora pra Goiás, vamos pra Goiânia”, até a própria formação territorial, com o parcelamento da área em chácaras, já atendendo a uma demanda fundiária específica da década de 1960.

A preocupação se faz, portanto, em analisar as relações que contribuem para a produção de um espaço periurbano, cujo resultado é chamado, aqui, de “avanço da metrópole”, uma vez que as consequências territoriais de tal processo resultam na extensão territorial desta, no fortalecimento do elo que une e aproxima essas duas unidades. Para isso, foram levantados alguns elementos importantes para o entendimento desse “elo territorial”, que serão tratados no decorrer do texto.

Nas grandes regiões metropolitanas, a questão da expansão e da fragmentação do tecido urbano é unânime, o que se traduz em um desafio no âmbito da gestão administrativa. Trata-se de uma realidade oriunda de uma nova experiência urbana colocada pela cidade contemporânea, no advento da industrialização. Sobarzo (2010, p. 59) sintetiza essa ideia ao dizer que:

A sociedade urbana deve ser entendida no contexto de um processo que nasce da industrialização e que é anunciado por ela como uma nova fase em constituição. A industrialização invade a realidade urbana anterior e a transforma, fazendo com que perca os traços que a caracterizavam: “totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecedora, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais” (LEFEBVRE, 2002, p. 26). Mas ao mesmo tempo que a industrialização corrói a cidade, a coloca num novo patamar, fazendo-a explodir. A metáfora da implosão-explosão retrata esse processo, no qual a cidade, em função da industrialização, concentra (pessoas, atividades, riquezas, coisas, objetos, instrumentos, meios, ideias) e projeta fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.). A cidade leva tudo para ela e o explode numa dimensão nunca vista: junto à concentração urbana e ao êxodo rural se produz a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano.

Para Beujeu-Garnier (1980, p. 130), o crescimento das cidades se dá “por acumulação ou projeção para o exterior”. No entanto, percebe-se que a cidade sincroniza tais movimentos, “concentra” ao mesmo tempo em que “projeta” para “fora”, ou seja, o espaço urbano passa a ser ao mesmo tempo fragmentado e articulado (CORRÊA, 1994). Dessa forma, como aborda Panerai (2003, p. 13-14), a cidade abandona o modelo compacto em direção a um modelo cada vez mais heterogêneo, consumidor de espaço, constituído por grandes zonas não construídas marcadas por rupturas em grande escala, formadas por “áreas naturais, plataformas logísticas, setores de estocagem, terrenos baldios, trevos viários”.

Esse processo cria, a todo o momento, novas áreas funcionais nos arrabaldes da cidade, ora aproveitando vetores já existentes, ora criando novos vetores. Sobre esse ponto, Souza (2010, p. 86) levanta uma crítica a esse modelo, muito presente nas cidades brasileiras:

A expansão urbana, em vez de acompanhar eixos bem definidos, que são aqueles determinados pelos corredores ferroviários, avança em todas as direções como uma mancha de óleo, embora, ao

mesmo tempo, avance aos “saltos”, devido à presença dos “vazios urbanos” a serem debitados na conta da especulação imobiliária.

A expansão da cidade, orientada principalmente por fatores fundiários, tendo no capital imobiliário seu maior agente, torna a produção do espaço urbano, com destaque para o tecido urbano, pouco democrática. O solo rural, convertido em urbano, gera dividendos aos seus especuladores. Contudo, os problemas sociais e os gastos na gestão dos problemas acabam depositados na conta pública dos cidadãos. Além do mais, a produção de bairros fragmentados e desconexos com o tecido urbano, como coloca Souza (2010), trata-se de uma estratégia de mercado, uma vez que a extensão de infraestrutura urbana para essas áreas beneficia estoques de terras localizados no “caminho”, assegurando significativa valorização. No contexto da pesquisa, se observam grandes porções de terras “vazias” na região norte de Goiânia.

A fragmentação da cidade contribui para a formação de uma “região coesa” (conforme Capítulo 1), formada por áreas construídas e não construídas, funcionais e orientadas pela dinâmica metropolitana. Beujeu Garnier (1980, p. 126) afirma que, a partir de 1931, Londres já se definia “não como uma cidade, mas como uma região”. Para Panerai (2003, p. 17), surge uma inquietação baseada nos primeiros efeitos da globalização em relação à forma urbana que, segundo o autor, reflete diretamente na perda do modelo radioconcêntrico de cidade: “em países cuja história seja diferente, ela assume outras configurações, mas em todos lugares as mudanças são profundas, desorientadoras, inquietantes”. Na realidade brasileira, é notória a dificuldade em tratar sobre essa temática, principalmente na perspectiva da gestão urbana, como, por exemplo, o transporte público nas regiões metropolitanas e a dificuldade em se “encontrar” soluções.

Segundo Arrais (2013, p. 9-10), a morfologia urbana é influenciada por dois processos simultâneos: pela integração do mercado, manifestada “pela intensificação das trocas comerciais”, que fazem da “metrópole espaço privilegiado para a territorialização do capital”, e pela fragmentação, que se “manifesta no espaço a partir dos distintos usos do solo urbano”. Esses processos moldarão a cidade, darão sentido aos lugares, organizarão o território como um verdadeiro mosaico, um quebra-cabeça, passivo de mudanças, mas que segue uma lógica própria. Clark (1991, p. 181) esclarece melhor essa ideia ao dizer que

[u]m dos traços mais característicos das cidades modernas é o seu alto nível de diferenciação interna. Os conjuntos de zonas, comunidades ou bairros são frequentemente distinguíveis em termos de aparência física, composição da população e aspectos relacionados com as características e problemas sociais, que se repetem de uma cidade para outra. A existência de padrões sociais e residenciais similares sugere que a estrutura urbana está determinada por um número de princípios gerais de uso do solo e de localização. Isso indica o funcionamento do poder social subjacente e das forças econômicas que propiciam usos semelhantes, se não idênticos, de parcelas adjacentes na cidade.

Dentro da heterogeneidade da cidade, algumas porções do território metropolitano assumem feições que lhes dão um sentido próprio, um princípio de “homogeneidade”. Em se tratando de áreas periurbanas, na franja da cidade, algumas assumem papéis bem particulares: áreas residenciais, industriais, pequenas propriedades agrícolas, etc. Pode-se esclarecer, a partir da reflexão dos autores citados neste capítulo, que a produção de espaços periurbanos é o resultado da fragmentação urbana associada à refuncionalização local de tais espaços, em uma lógica locacional própria do ambiente urbano em questão.

Sobre a fragmentação, pode-se elucidar que nas Chácaras Bom Retiro alguns elementos contribuíram para que a localidade e sua dinâmica territorial se ampliassem para a metrópole, consolidando-se, assim, como uma extensão da própria metrópole. Neste trabalho, se atentará para as questões que envolvem equipamentos urbanos ou técnicos e aos serviços públicos. Nos últimos anos, mais precisamente na década de 2000 até o presente momento, uma série de equipamentos urbanos e serviços públicos foram implantados na localidade, sendo os principais:

- Duplicação da GO-080 no trecho que liga Goiânia a Nerópolis (Figura 30);
- Pavimentação das ruas do bairro e cadastro dos respectivos CEP's;
- Implantação de rede elétrica no modelo correto, seguindo o traçado das ruas – antes a rede cortava fazendas e chácaras e não atendia a toda a comunidade;
- Implantação de iluminação pública;
- Aumento no número de pontos de internet suficientemente para atender a demanda local e melhoria no sinal e na velocidade de internet banda larga;

- Implantação da coleta de lixo, inclusive seletiva. Antes o lixo doméstico era descartado de forma incorreta;
- Integração do transporte coletivo com padronização do preço da passagem da linha Nerópolis-Goiânia.



Figura 30 – Duplicação da GO-080 no trecho Goiânia-Nerópolis.

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

Esses elementos dotaram a localidade de meios que lhe possibilitaram ampliar sua relação com a metrópole. Um fator também importante é que a partir dessas transformações as Chácaras Bom Retiro assumem uma característica de bairro, que até então não era percebida e compartilhada pelos próprios moradores. Segundo o presidente da associação do bairro (F. A. T.), de início foi difícil criar essa ideia de bairro, devido à própria herança rural e à imagem de “campo” estabelecida na memória das pessoas, mas era importante para poder lutar por reivindicações geradas por essa nova realidade do lugar.

A questão da pavimentação das ruas e a duplicação da GO-080 foi um marco importante para o bairro. As vias de comunicação são elementos cruciais ao processo de fragmentação urbana, conforme atesta Beujeu-Garnier (1980, p. 131):

É raro que a aglutinação se expanda sob uma forma puramente circular. Cresce rapidamente a partir de pontos excêntricos, podendo ocasionar o nascimento de uma aglomeração de tipo linear, em forma de estrela ou em orla. Isso dependendo das direções privilegiadas pela rede de comunicações. É este o tipo de

crescimento actualmente generalizado. Estas metástases cresceram tão rapidamente e para tão longe porque já não era necessário ir a pé de casa para o trabalho. O crescimento depende, pois, dos meios de transporte que as diversas classes sociais têm à sua disposição.

Sobre a questão da “metástase urbana”, a Figura 31 traz algumas considerações a respeito da Região Metropolitana de Goiânia:

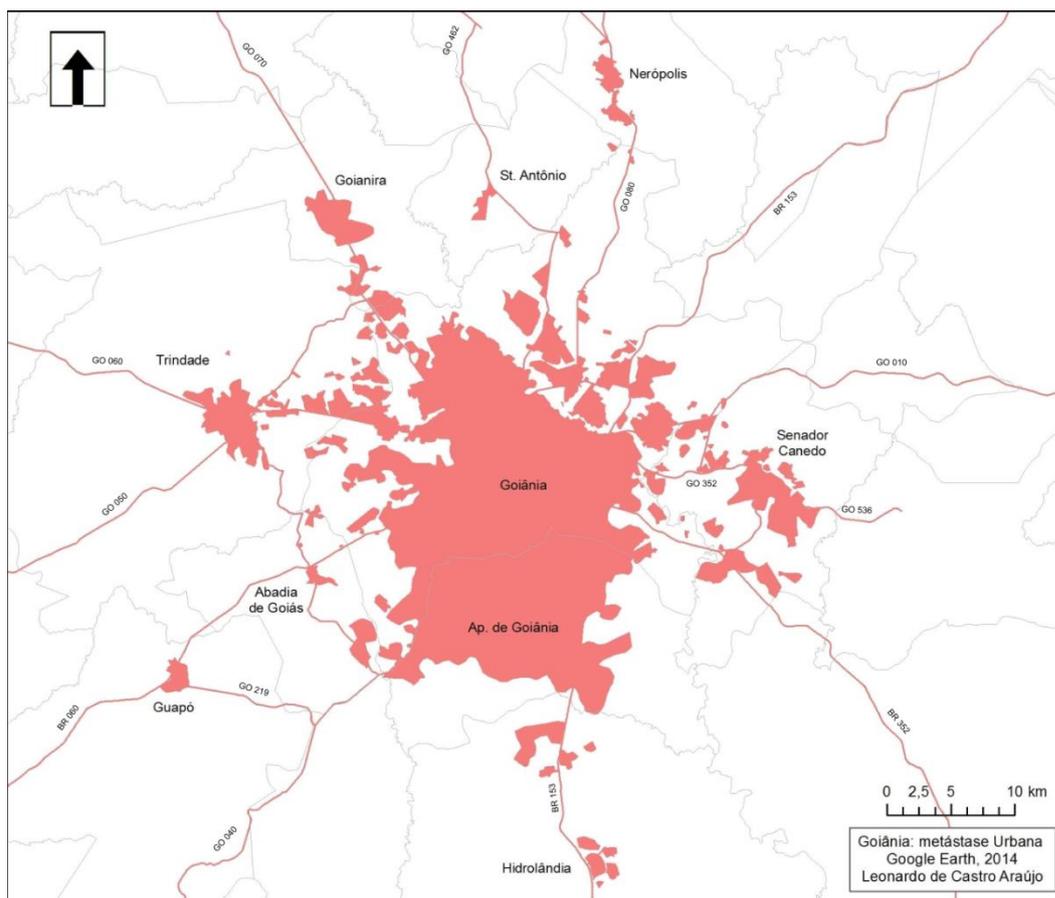


Figura 31 – Região Metropolitana de Goiânia: metástase Urbana.

Fonte: Google Earth, 2014. ARAÚJO, L.C. (2014)

A palavra metástase é um termo usualmente empregado na medicina para referir-se ao mecanismo celular que permite a disseminação do câncer de um órgão para outro. A metáfora “metástase urbana” se refere justamente à propriedade de a cidade se expandir seguindo uma ordem territorial que se assemelha à ação da metástase no corpo humano. A cidade, ao se expandir, fragmenta-se em diversas partes (condomínios, bairros, loteamento de chácaras, etc.), projetadas para “fora” por meio de um sistema de circulação e comunicação. Na imagem é possível observar o “corpo” principal da metrópole e uma série de fragmentos nos arrabaldes.

No entanto, os fragmentos não estão isolados e nem o poderiam, estão conectados com a metrópole por uma rede de circulação que permite a existência da fragmentação, da “metástase urbana”. A fragmentação invade outros “órgãos”, outros sistemas de circulação, outras cidades. Os limites municipais dizem onde um termina e o outro começa, mas a percepção da dinâmica territorial e da vida urbana em regiões metropolitanas não reconhece com tanta clareza tais limites. Do ponto de vista funcional, é difícil dizer onde começa e onde termina qualquer das cidades integradas nesse complexo.

Do mesmo modo, Villaça (2001, p. 80) contribui para melhor clarificar a importância dos meios de comunicação na dinâmica urbana:

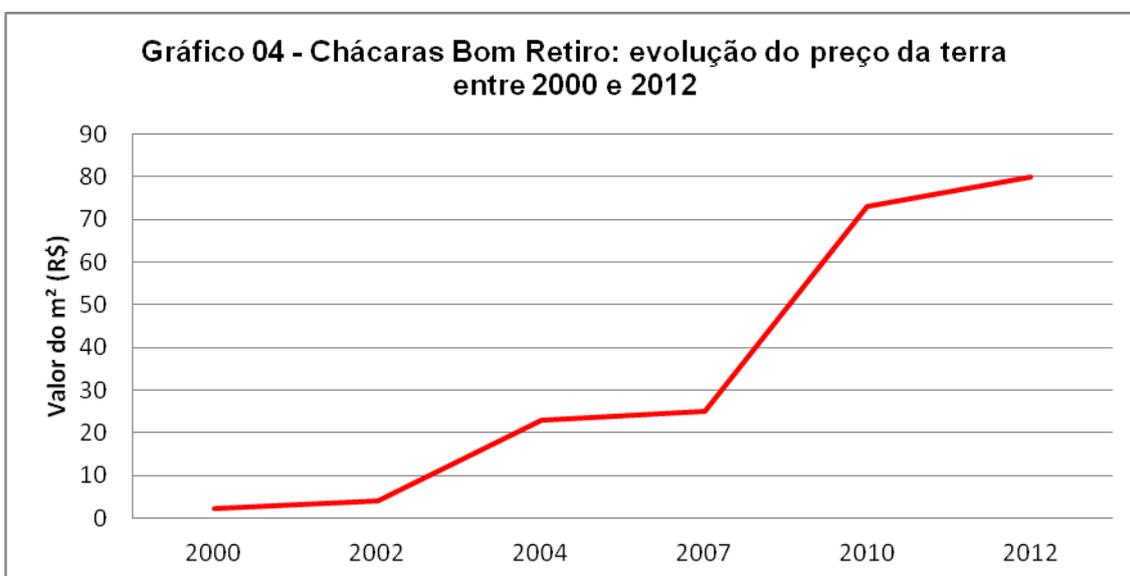
A simples proximidade física de um terreno rural à cidade não o torna potencialmente urbano. É necessário haver acessibilidade, isto é, um sistema de transporte de passageiros a preços compatíveis com os que podem ser pagos pela demanda. Nesse sistema cabe um destaque às vias, aos terminais e aos pontos de parada dos veículos, que são os elementos onde se concretiza ou pode se concretizar a acessibilidade.

Portanto, as vias de comunicação são importantes tanto como vetor de crescimento como de possibilidade de acessibilidade. Esses fatores, somados, influenciam também a valorização do solo, uma vez que “o primeiro efeito que uma via regional ou terminal de transporte urbano provoca nos terrenos adjacentes é a melhoria de sua acessibilidade e, daí, sua valorização” (VILLAÇA, 2001, p. 80). No entanto, não são apenas os efeitos da acessibilidade que influenciam o preço do solo, vários fatores estão relacionados, como, por exemplo, as já citadas benfeitorias na infraestrutura urbana do setor. Villaça (idem, p. 72) traz um posicionamento interessante, que contribui para o entendimento do que o autor vem chamando de “preço da terra-localização”, que pode ser observado a seguir:

Há consenso atualmente de que o espaço urbano é produzido - todo espaço social o é, mas vamos nos limitar ao espaço urbano. É produzido pelo trabalho social dispendido na produção de algo socialmente útil. Logo, esse trabalho produz um valor. Uma pergunta fundamental que poucos fazem: qual é o produto desse trabalho? Há aí dois valores a considerar. O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infra-estruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela localização dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na

aglomeração. A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessária para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte.

Pode-se observar a repercussão da reflexão posta por Villaça (2001) de forma empírica no Gráfico 4, que traz dados sobre a evolução do preço da terra nas Chácaras Bom Retiro entre os anos 2000 e 2012. Para a elaboração dos dados foram coletadas informações de pessoas que venderam ou compraram qualquer lote (sem construção) no intervalo apresentado.



Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2012.

Em 2012, o preço da terra estava estipulado, em média, a oitenta reais o m², um valor considerável, mas que, no contexto metropolitano, não representa muito. É interessante, de fato, observar o crescimento, ou seja, a valorização produzida nesse intervalo, pois, no ano 2000, o preço médio da terra estava cotado em 2,4 reais o m². Ou seja, uma área de 300m², comercializada em 2000 por um valor de 720 reais, passa, em 2012, a valer 24 mil reais.

A valorização que se visualiza no gráfico é compatível com o “trabalho socialmente necessário para” produzir a infraestrutura e os serviços já mencionados. Somam-se a isso, também, os efeitos da aglomeração, do trabalho social acumulado, das construções, dos edifícios, das ruas, etc., nos quais emerge a

importância do conceito de “localização” na teoria urbana de Villaça (2001). Assim, “na determinação dos preços influencia não só a proximidade do centro e dos principais eixos de circulação que a ele conduzem, mas também o sítio e a qualidade dos equipamentos” (BEUJEU-GARNIER, 1980, p. 156). Há, ainda, um fator interessante, objeto de valorização, que deve ser levado em consideração: a possibilidade futura de valorização fundiária (Figura 32).



Figura 32 – Pesquisa de solo no km 07 da GO-080 para a complementação do projeto do anel viário de Goiânia.

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.

No segundo semestre de 2013, algumas pesquisas técnicas foram realizadas na região a respeito do projeto de finalização do anel viário de Goiânia. No projeto inicial, a obra está definida para cortar a GO-080 no km 4, no entanto, as pesquisas estavam sendo realizadas em uma linha perpendicular ao km 7. Além de pesquisa de solo nas imediações da GO, foram feitas marcações nas chácaras e matas presentes no traçado do projeto da pesquisa. Esse fato já levanta alguns conflitos sobre o uso do solo, pois alguns proprietários, que terão suas propriedades cortadas pelo anel viário, caso de fato o projeto inicial seja alterado, veem tal possibilidade de forma negativa; já outros encaram a situação como uma boa oportunidade de valorização fundiária. O fato é que, se a obra vier a ser concluída, certamente a região experimentará um novo ciclo de valorização e mudanças na dinâmica territorial.

Essa possibilidade de valorização e a existência de muita “terra vazia” nessa porção do município pode ser clarificada a partir da argumentação de Corrêa (1986, p. 72):

Tanto Clawson como Sinclair argumentam que a terra agrícola na periferia urbana, sobretudo da grande cidade, apresenta um preço que não é função de sua fertilidade ou da proximidade ao mercado consumidor. O preço da terra agrícola periurbana é influenciado pela expectativa da demanda para fins de urbanização. Neste sentido pode ser conveniente aos proprietários de terra não fazer ali nenhum investimento e utilizar a terra extensivamente ou mesmo deixá-la esterilizada, em “pouso social”, à espera de urbanização.

Ainda sobre a imagem anteriormente citada, cabe destacar a visão do sujeito que parte das CBR para a “cidade”, para “Goiânia”, uma visão carregada de simbolismo. O bairro situa-se em uma região alta do município de Goiânia que permite ter uma boa visualização da cidade, que parte de “campo e matas” ainda preservados rumo à “cidade construída” e seus setores verticalizados, com prédios que se destacam na paisagem. Cria-se uma imagem de proximidade e distância ao mesmo tempo.

Aqui é possível fazer um paralelo entre localização, preço do solo e questão fundiária. De acordo com Arrais (2013b, p. 10):

A relação inequívoca entre a metropolização e a urbanização, e a manifestação mais clara dessa relação, está na questão fundiária. Na medida em que as cidades, especialmente as metrópoles, passaram a concentrar parte significativa da população e das atividades econômicas, a demanda por solo aumentou, assim como o potencial de conflito fundiário. Por tal motivo, a cidade, como lembrou Topolov (1979), é uma forma de socialização das forças produtivas. A análise da conversão de terras rurais em terras urbanas, do adensamento diferencial em função das centralidades e da morfologia dos sítios urbanos, da distribuição desigual da infraestrutura metropolitana, assim como da dispersão/concentração do setor industrial é suficiente, em diferentes contextos regionais, para demonstrar o vínculo entre a metropolização e a questão fundiária, pois todas essas atividades dependem da disponibilidade fundiária.

Dessa forma, cresce a demanda fundiária por terra no espaço metropolitano para o desenvolvimento de determinadas atividades, como, por exemplo, as atividades industriais, de lazer, de produção agrícola urbana, etc. Observa-se, nos

últimos anos, o deslocamento de determinadas atividades urbanas para as CBR e para a região adjacente, motivado principalmente por:

- grandes glebas de terra à disposição;
- implantação de infraestrutura e serviços básicos. A duplicação da GO-080 teve um papel fundamental;
- preço do solo atrativo se comparado a outras áreas mais centrais;
- mão de obra;
- proximidade com a metrópole, o que confere acesso à mão de obra especializada, recursos técnicos, acesso a atividades complementares, etc.;
- mercado de consumo próximo.

Destacam-se, nesse processo, a implantação de transportadoras de atuação nacional, usina de eucalipto, viveiro de árvores, indústria de barcos de alumínio, empresa de máquinas pesadas, empresa de máquinas agrícolas, etc. Outra atividade que vem ganhando destaque na região diz respeito à produção de tomates especiais por meio de estufas (Figura 33). A atividade é desenvolvida pela empresa “Tomate Bam” e imprime à região uma nova forma de atividade agrícola, diretamente relacionada à demanda metropolitana.



Figura 33 – Estufa de tomates nas Chácaras Bom Retiro.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2013.

De acordo com o técnico agrícola da empresa, os principais destinos de seus produtos são os grandes hipermercados de Goiânia, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Há um grande investimento em técnica e tecnologia de produção, com a contratação de pessoas especializadas para o trabalho. A empresa conta com uma estrutura física e material que lhe proporciona exercer suas atividades com competitividade, como câmaras frias, caminhões, carros, depósitos, escritório, etc. Uma nova estufa em construção na empresa contará com vinte mil mudas de tomates, o que representa um grande investimento. O trabalho é todo dividido: um grupo cuida da irrigação, outro da adubação, outro da colheita. A maior parte dos trabalhadores vive na cidade, alguns em outro município – Santo Antônio de Goiás. É uma realidade completamente à parte da agricultura que foi e é empregada na região, que se destacou quase sempre com baixos investimentos e baixo aparato técnico em razão de ser praticada por famílias que não possuem capacidade de investimento.

Dentro do campo das novas atividades deslocadas para a região, podemos citar também as chácaras de lazer (Figura 34) e de segunda residência. Em grandes cidades como Goiânia, distante do litoral, é comum o desenvolvimento de tal atividade nas áreas periféricas.



Figura 34 – Chácara de lazer nas Chácaras Bom Retiro.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

Os problemas urbanos, muitas vezes ampliados de forma intencional, contribuem para o desenvolvimento dessa atividade nas franjas das grandes cidades. Devido à proximidade das CBR com a metrópole, o acesso fácil e rápido e a garantia de infraestrutura e serviços básicos na região fazem da localidade um espaço privilegiado ao desenvolvimento dessa prática econômica. Além disso, a paisagem presente ainda remete ao campo, ao natural, à “paz” e à “tranquilidade”, que contrasta exatamente com a negatividade da cidade. Arrais (2013b, p. 73) descreve tal processo e esclarece sobre a proliferação desse fenômeno na região metropolitana, como se observa a seguir:

Os dois aspectos formaram o pano de fundo para o surgimento de uma prática de negatização da experiência urbana que motivou, em parte, a fragmentação espacial das áreas periféricas para habitação de segunda residência, o que é divulgado pelo mercado imobiliário como uma espécie de retorno ao campo. Na ausência de praias, montanhas, balneários termais, o retorno ao campo, como um discurso genérico e alternativo para práticas de lazer, foi apropriado com pertinência pelo mercado imobiliário.

Em Goiânia, continua o autor (2013b, p.73), “esse tipo de lazer começou a ganhar centralidade nas práticas urbanas da população que reside na capital a partir do final da década de 1980”. Trata-se, na verdade, de uma opção a mais das famílias goianienses para o acesso ao lazer, principalmente se observar que a cidade de Goiânia não conta com muitas opções, o que acaba concentrando tais práticas sócias nos Shopping Centers, os novos centros de sociabilidade.

Atualmente, uma chácara nas CBR (Figura 35), localizada em uma área mais tranquila e arborizada, está sendo construída e equipada para atender a uma demanda bem particular: eventos, encontros e retiros religiosos. Há um investimento considerável nesse empreendimento, que vislumbra na localidade e no mercado específico uma oportunidade de bons negócios. Para isso, o novo empreendimento contará com ampla estrutura física, inclusive alojamentos. A construção de espaços para eventos religiosos em chácaras é um fenômeno que vem crescendo na Região Metropolitana, não só no município de Goiânia, mas também nos municípios periféricos.



Figura 35 – Chácara para eventos religiosos em construção nas CBR.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

Privilegiamos, até o momento, os aspetos relacionados à influência do “espaço-construído” – ruas, empresas, chácaras, etc. – nas transformações aqui discutidas. Vimos que tais elementos contribuíram para ampliar a integração metropolitana do lugar. No entanto, precisamos destacar, também, as questões que envolvem o conteúdo social das transformações, visto que apenas assim é possível desvendar o conteúdo e o sentido dos lugares.

Um elemento interessante a se considerar diz respeito aos fluxos, compreendidos aqui como articulação material ou não entre diferentes lugares. A natureza e a intensidade dos fluxos dependem da escala do fenômeno. Em se tratando de regiões metropolitanas, o fluxo entre lugares pode obedecer a diferentes escalas – veja o exemplo da atividade das empresas de transporte e de produção de tomates nas Chácaras Bom Retiro, como já citado. Dentro dos fluxos em uma escala “interna” ao espaço metropolitano há uma multiplicidade de fluxos de diferentes naturezas:

Estão associados às operações de carga e descarga de mercadorias diversas, aos deslocamentos cotidianos entre áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos para compra no centro da cidade ou nas lojas de bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parque, entre outros. A articulação manifesta-se também de modo menos visível. No capitalismo manifesta-se através de relações espaciais

envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia em sua dimensão espacial. (CORRÊA, 2005, p. 147)

Observa-se, nos últimos anos, um aumento no número e na natureza dos fluxos entre a localidade e a metrópole. Quando a matriz agrícola ainda era forte, a natureza e o volume dos fluxos limitava-se ao cumprimento de algumas demandas básicas, como saúde, estudo ou compra de mercadorias diversas. Com a diminuição da atividade agrícola e, conseqüentemente, da oferta de emprego nesse setor, a alternativa foi buscar outras oportunidades de emprego na “cidade”. Soma-se o fato de que grande parte dos jovens não se interessa por empregos no campo, desenvolvendo outras atividades. Esse quadro ampliou a relação entre os moradores locais e o ritmo metropolitano.

Beujeu-Garnier (1980, p. 126) argumenta que “a existência de migrações cotidianas (pendulares): podem ser consideradas como materialização das ligações econômicas que unem o centro e a periferia”, e isso é facilmente reconhecido na CBR. Um dos principais pontos que unem a localidade com a cidade é uma forte dependência econômica, dependência em matéria de emprego, de acesso a mercadorias e a serviços, que se materializa em deslocamentos diários.

Anjos (2009, p. 116), ao abordar a dinâmica territorial recente de Goianira, elabora um argumento bem conveniente com a realidade que acontece também nas Chácaras Bom Retiro:

O mais sensato seja dizer que o transporte coletivo de massa com tarifa única traçou previamente o futuro de Goianira e de todos os outros municípios da RMG, colocando-os como extensões residenciais da metrópole e como dependentes do mercado de trabalho, produtos e serviços, mas também de serviços públicos sediados em Goiânia.

A fraca centralidade do bairro não consegue oferecer acesso a mercadorias, serviços e emprego em número e com a qualidade que seus habitantes necessitam. É preciso acionar outros territórios. A unificação da tarifa do transporte coletivo ampliou ainda mais a relação de dependência desses lugares com a metrópole.

Dessa forma, os moradores das CBR passam a vivenciar novas temporalidades: uma do tempo da metrópole e uma do próprio lugar. Contudo, o

tempo da metrópole invade o tempo lento do lugar, que ainda guarda certa herança rural, mas que tende a se aproximar do tempo da metrópole. Santos (1994, p. 91) afirma que “a simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole”, o que lhe confere uma característica onipresente.

O tempo da metrópole impregna as práticas cotidianas dos moradores das CBR. De que forma? Pela própria vivência e pelo cotidiano das pessoas que precisam trabalhar, estudar, adquirir qualquer tipo de bem ou serviço, ou acionar qualquer outro território que tem na metrópole o lugar de oferta. O cotidiano desse sujeito que mora nessas áreas periurbanas/periféricas da região metropolitana está constantemente emergido na temporalidade da metrópole. Ao mesmo tempo, a metrópole, em sua ação de avançar sobre os territórios periféricos a partir dos meios técnicos, da instalação de novas atividades, da oferta de novas modalidades de trabalho, de produtos e serviços, insere também novas formas de pensar, de viver e agir, modifica, paulatinamente, a lógica e a temporalidade dos lugares.

Qualquer sujeito que vive em uma área metropolitana, independente do lugar, experimenta diferentes temporalidades em seu trajeto cotidiano. Geralmente, as distâncias, que também são sociais, tendem a ser maiores, de acordo com a condição social e financeira dos usuários. Um sujeito que vive na periferia, em áreas periurbanas, precisa enfrentar um tempo longo e desgastante, em um transporte público problemático e violento, da sua residência ao seu local de trabalho. Nesse trajeto, tal sujeito constrói sua própria cidade a partir das marcas deixadas por ele nela e vice-versa. Todavia, independente da modalidade de deslocamento, a experiência metropolitana se reflete em todos os lugares.

É possível perceber o movimento de transformação engendrado pela experiência urbana e metropolitana a partir da redefinição das práticas socioespaciais:

As novas condições de existência se realizam desigualmente através da criação de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana, transformando radicalmente a sociabilidade uma vez que produz transformações nos usos do espaço. O empobrecimento da vida acontece à medida que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. O tempo, por sua vez, se acelera em função do desenvolvimento da técnica

modificando, as relações dos habitantes com o lugar e também no lugar. [...] O choque entre o que existe e o que se impõe como novo constitui a base das transformações da metrópole onde os lugares vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica que aprofunda as contradições entre o centro e a periferia. São esses os processos que redefinem a prática sócio-espacial. (CARLOS, 2007, p. 26)

Algumas práticas sociais são substituídas, outras valorizadas. A relação do habitante com seu lugar de convívio se altera. O lugar abriga novos usos e práticas; como a caminhada no começo da manhã e no final de tarde, territorializada na Estrada D, momento em que é possível o encontro e a sociabilidade entre os vizinhos; na prática de hidroginástica por senhoras preocupadas com a saúde; nas aulas de dança em um espaço de festas realizadas no fim de semana; no trabalhador que larga a enxada e o arado pra lidar com carga e descarga de caminhões; na festa de Santa Terezinha, realizada na comunidade, que atrai muitas pessoas, principalmente da região norte de Goiânia; na agitação dos jovens frente às poucas oportunidades de lazer nos Shopping Centers da cidade.

A compreensão das práticas sociais permite a compreensão do sentido e dos significados dos lugares, conforme argumenta Carlos (2007, p. 104):

[...] a compreensão de que cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidos, sendo que estas relações, atualmente, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que explica, por exemplo, o desenvolvimento do que vem se chamando de pluralidades.

São, portanto, as práticas sociais que definem o conteúdo do espaço. A dificuldade conceitual que envolve a cidade e o campo é superada justamente com a compreensão das relações sociais neles contidos. Carlos (2007) nos oferece uma pista para as respostas às questões levantadas sobre as Chácaras Bom Retiro: de que se trata esse espaço? Cidade? Campo?

Para captar teoricamente esse movimento de transformação que ocorre nas áreas periurbanas e, conseqüentemente, na área de estudo deste trabalho, Gama (1987, p. 34) sintetiza os elementos de formação e transformação das áreas periurbanas:

A formação e transformação das áreas periurbanas são consequência dos processos de urbanização [...]. Estas manifestam-se particularmente na interrelação entre a dimensão espacial (concentração e extensão), a dimensão funcional (mudança do uso – intensidade e funcionalidade) e a dimensão social (as mudanças sociais, as práticas sociais e as atitudes culturais das populações).

Considerando, desse modo, as dimensões sugeridas por Gama (1987) (espacial, funcional e social), é possível compreender a realidade das CBR, tanto no âmbito da paisagem como das práticas sociais, como um espaço em transição. Tal transição parte da produção de um espaço agrícola para a de um espaço urbano. A questão fundamental colocada é que essa transição não completou sua travessia, ou seja, trata-se de um processo ainda em movimento, que não se completou em sua plenitude.

Como a produção da “urbanidade” ainda não está completa, mescla elementos do passado, do presente e do futuro. O passado é representado aqui pelo campo, mas este já não consegue proporcionar respostas significativas à realidade emergente, pois está presente apenas como resquício, enquanto marca na paisagem e nas pessoas. Atualmente é a realidade urbana que se encontra mais aparente, é o território metropolitano o agente da transformação, é ele que encabeça e gesta as transformações aqui colocadas.

Portanto, se trata de um espaço em transição, e é essa a leitura que se faz hoje sobre as Chácaras Bom Retiro. De fato, é essa mesma situação que caracteriza os espaços periurbanos, “zonas em travessia”. Esse reconhecimento possibilita melhor clareza na análise dos problemas que emergem dessa nova realidade e que serão mais bem tratados no item a seguir. Como é viver em um espaço de transição, como se consolida o cotidiano e os desafios frente aos problemas que emergem dessa nova realidade?

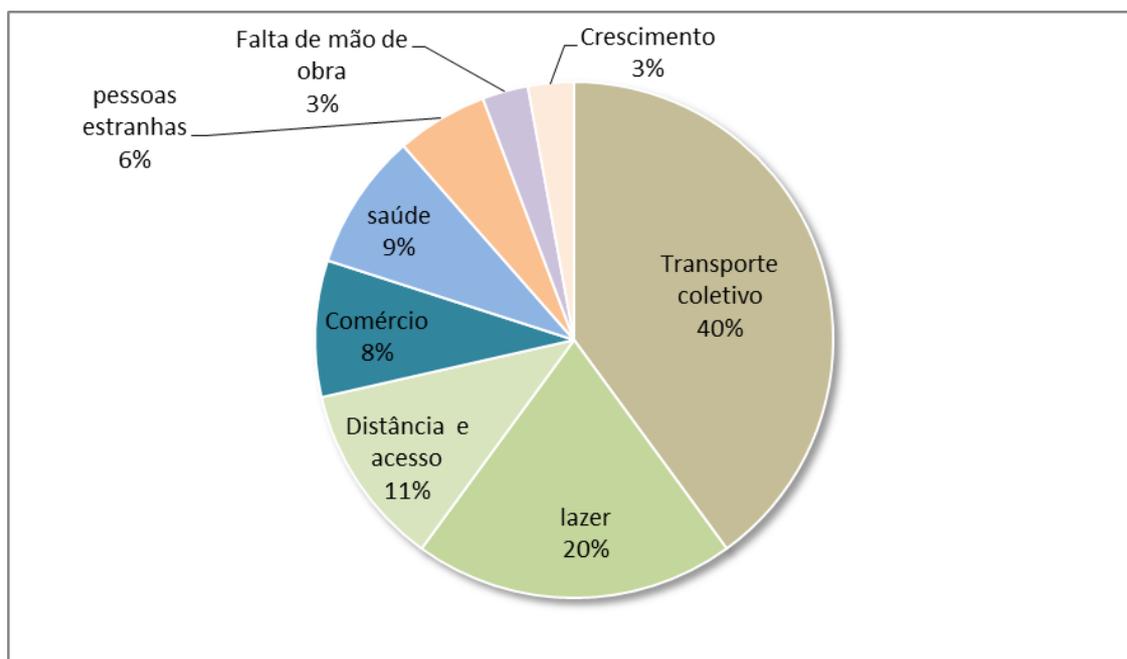
3.2 “TÃO PERTO E TÃO LONGE” – MORAR EM UM ESPAÇO EM TRANSIÇÃO

Qual o significado de se morar em um espaço em transição, apartado do tecido urbano da metrópole? Há muitas implicações nessa situação. O significado

está contido na perspectiva individual de cada habitante, construído a partir da trajetória territorial do sujeito, da sua relação com o lugar e com o espaço mais abrangente que é a própria metrópole. Contudo, algumas noções podem ser levantadas a partir da experiência coletiva, do reconhecimento de elementos que dão homogeneidade ao lugar. Este tópico, em especial, tratará de algumas questões problemáticas que surgem justamente dessa relação de transição e da distância da relação entre o lugar e a metrópole.

Uma questão unânime para os moradores das Chácaras Bom Retiro, independente da situação social e/ou financeira, é a questão da distância e do acesso a realizações de necessidades mais básicas, como comprar um medicamento, por exemplo. A localidade conta com algumas mercearias, mas, devido à fraca centralidade do bairro, estas não oferecem grande variedade de mercadorias. A situação fica ainda pior em se tratando de serviços como cortar o cabelo ou pagar uma fatura. Dentro desse quadro emerge um problema crônico na localidade: o transporte coletivo. Essas questões podem ser observadas no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 – Elementos negativos das CBR segundo seus moradores.



Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

A soma das categorias transporte coletivo e distância e acesso representa metade das queixas da comunidade a respeito do bairro. A ausência de comércio

diversificado e equipamentos de lazer também são reclamações recorrentes, que se agravam também pela dificuldade de acesso a um sistema de transporte coletivo de qualidade. Uma moradora, questionada sobre os pontos negativos do bairro, diz que “aqui não tem nada de lazer, podia ter uma praça, mas não têm”. Essa mesma moradora conta que costuma ir de automóvel ao shopping Passeio das Águas, novo empreendimento na Avenida Perimetral Norte, com o filho de nove anos. O acesso ao shopping é rápido, cerca de quinze minutos para onze quilômetros de distância. O trajeto é praticamente todo em linha reta – linha reta do km 8 da GO-080 até o cruzamento da Perimetral Norte, vira-se à direita, linha reta até o shopping. Tal facilidade, no entanto, é acessível apenas para pessoas que possuem automóvel, caso contrário é inviável o deslocamento, uma vez que o transporte coletivo na região norte de Goiânia foi pensado para atender a um sistema centro-periferia, não há comunicação periferia-periferia, ou seja, linhas que circulam no sentido perpendicular, que contemplaria o trajeto da Perimetral, por exemplo.

A todo o momento é preciso acionar outros territórios para cumprir necessidades elementares no cotidiano dos moradores. Nesse aspecto, o centro de bairro mais próximo e também o mais importante para as Chácaras Bom Retiro é o do bairro São Judas Tadeu, localizado a seis quilômetros de distância e conectado a ele pela linha 581 (Nerópolis-Goiânia) do transporte coletivo. A partir dessa relação entre essas duas localidades, o morador das Chácaras Bom Retiro tem acesso a casas lotéricas, açougues, verdureiros, mercados, lojas de móveis e eletrodomésticos, posto de saúde, creches, laboratório, farmácias, panificadoras, autoescola, pizzarias, lojas de materiais de construção, enfim, uma série de ofertas de bens e serviços fundamentais para o suprimento básico das necessidades da comunidade.

Surge, também, dessa relação, uma proximidade entre cliente e empresa. Por exemplo, em muitos casos, quando se compra algum produto, como material de construção, é cobrada uma taxa extra para entrega, devido ao fato de o setor estar fora do perímetro urbano, em local afastado. Mas quando se trata de um depósito localizado no setor São Judas esta taxa não é cobrada e, em muitos casos, é realizada a compra pela prática do “fiado”.

Na medida em que o bairro vai crescendo, as experiências urbanas vão se expandindo, ampliam-se também as necessidades da comunidade (de trabalho,

estudo, compras, etc.), não supridas pela localidade por causa da fraca centralidade. As pessoas precisam, portanto, acionar outros territórios. O problema está justamente nesse deslocamento, na possibilidade e na qualidade de efetuar tal mobilidade. Essa questão é o resultado do balanço entre a disponibilidade de meios de mobilidade com a possibilidade de acesso a eles. Nas Chácaras Bom Retiro essa questão é mais visível, a experiência de se viver na localidade é mais fácil e cômoda para as pessoas que possuem veículos automotivos, o que praticamente anula as “distâncias físicas” do bairro.

Já para as pessoas que dependem de transporte coletivo, por sua condição social e financeira, a experiência urbana dentro da relação entre o local e a metrópole é completamente outra. Lévy (2000, p. 2) esclarece um pouco essa questão ao dizer que

quando se pergunta aos usuários do automóvel e dos transportes públicos, fica claro que os adeptos de um e do outro não definem o tempo da mesma maneira, simplesmente porque, sabemos-lo desde Leibniz, o tempo (assim como o espaço) não se pode dissociar de seu “conteúdo”, que também é seu continente.

As distâncias são bem distintas para a grande massa de pessoas que dependem de transporte coletivo. Ainda complementando a argumentação de Lévy, Villaça (2001, p. 225) descreve o sentido do “longe” para as populações mais pobres:

O “longe” para elas é produzido por vários processos: pela dificuldade de acesso, inclusive econômico, a um sistema de transporte satisfatório (a eles é oferecido, por exemplo, o pior sistema de transporte de nossas metrópoles, que é o sistema ferroviário suburbano); pelas crescentes distâncias, em tempo e em quilômetros, a que são impelidas suas casas e, finalmente, pelo deslocamento dos centros de emprego e subemprego terciário para a direção oposta à de seus bairros residenciais.

As distâncias físicas nas Chácaras Bom Retiro, o “afastamento”, não são tão significativas e são facilmente vencidas pelos veículos de transporte, como carros e ônibus. No entanto, a precariedade do serviço público de transporte coletivo, que vem descaradamente assolando os usuários na Região Metropolitana de Goiânia, muda completamente a percepção individual do significado de “longe”. Cabe

ressaltar, mais uma vez que, em se tratando de Regiões Metropolitanas, as distâncias são muito mais sociais e políticas do que meramente físicas. Por isso a metáfora, “tão perto, tão longe”, uma vez que as distâncias são “relativizadas” pelas contradições da cidade.

A demanda por transporte público na comunidade das Chácaras Bom Retiro é atendida pela linha 581 (Nerópolis-Goiânia), ou seja, pelo transporte intermunicipal. Essa linha é carregada de problemas e já foi objeto de inúmeras reportagens nos meios de comunicação locais, bem como de vários protestos por parte dos usuários. Os principais problemas dessa linha são o número reduzido de ônibus e sua alta lotação. Há alguns intervalos que duram mais de uma hora até o próximo ônibus. Um caso interessante é o intervalo das 21h às 23h, quando passa o último ônibus do dia, no sentido Goiânia-Nerópolis. Caso o usuário perca o ônibus das 21h (chegue ao terminal da Praça da Bíblia às 21h05, por exemplo) terá que esperar duas horas até o próximo ônibus, que sai às 23h, e somar aproximadamente mais quarenta minutos (mais de uma hora para quem vive em Nerópolis) de trajeto até sua residência.

Antes da unificação das tarifas do transporte coletivo da RMG, a população das Chácaras Bom Retiro, pertencente ao município de Goiânia, pagava o preço da passagem intermunicipal pra deslocar-se em seu próprio município. Atualmente, mesmo com a unificação, o usuário precisa pagar um complemento dentro do terminal Praça da Bíblia para ter acesso à linha. A integração da tarifa beneficiou muitos usuários que dela dependem diariamente, mas, como reação, houve um aumento considerável de passageiros em todos os horários. Um morador da região relata que no último horário (às 23h), há alguns anos atrás, era comum ter apenas de cinco a dez passageiros e que atualmente, nesse mesmo horário, o ônibus fica completamente cheio. No último semestre de 2013, a companhia responsável pela linha, em retaliação à decisão que revogou o aumento das passagens do transporte coletivo da Grande Goiânia, reduziu o número de ônibus e retirou alguns horários da linha, piorando ainda mais a situação dos usuários que dela necessitam.

O principal problema nas Chácaras Bom Retiro quanto ao transporte coletivo se manifesta no período da manhã, quando os ônibus vindos de Nerópolis em direção a Goiânia passam direto, sem parar, completamente cheios. Esse problema é antigo, talvez inclusive faça parte da própria história do setor. No período da

manhã é o horário em que as pessoas estão se dirigindo para o trabalho ou para o estudo e ficam reféns da precariedade do transporte. Para esses usuários a sorte se divide em dois: ou os ônibus não param, ou, quando param, é preciso ter ânimo para enfrentar o ônibus lotado.

O problema citado já foi motivo de muitas reivindicações ao poder público por parte dos moradores, mas sem sucesso. A Associação de Moradores já fez inúmeros pedidos e tentativas de negociação com os responsáveis das diferentes escalas do poder administrativo, mas nenhuma resposta foi dada até o momento. Esse problema acaba funcionando também como um “trunfo eleitoral” para candidatos em períodos de campanha eleitoral, que se aproveitam do problema da comunidade para fazerem promessas de campanha que até o momento não vingaram. A falta de solução está calcada nos princípios do sistema de transporte público da RGM, que não é democrático e não visa atender a uma necessidade fundamental da população: o direito à mobilidade.

A imobilidade do poder público frente ao desafio de garantir o funcionamento de sistema de circulação nas Regiões Metropolitanas do Brasil pode ser lida a partir das relações de poder, de setores econômicos já há muitos anos consolidados, que possuem o monopólio da atividade e influenciam as decisões políticas que poderiam trazer novas experiências de mobilidade urbana. Le Goff (1998, p. 149) reflete:

Como, hoje, ligar os espaços urbanos entre si e ligar os espaços urbanos com os rurais? É preciso fazer que o metrô e o ônibus saiam da cidade e que essa rede de transporte se entrelace com a rede urbana. É essencialmente uma rede de subúrbio, mas onde ela começa e onde termina? Penso na conturbação do Ruhr, no espaço indefinido situado entre Kyoto e Tóquio. São espaços de formas urbanas, não se pode mais dizer cidades, mescladas também de campo. Fui de trem para Hiroshima: é preciso chegar aos arrabaldes de Hiroshima para encontrar um pouco mais de espaços verdes, e ir para o oeste do Japão, para a montanha, para estar realmente nas zonas rurais. Os campos são submersos e as cidades, como que inundadas: não se sabe mais muito bem quais deles invadem os outros.

É preciso encarar os argumentos de Le Goff (1998) como um paradigma a ser considerado na realidade brasileira, que até o momento não se vê emergir. Expandir uma rede de circulação para além dos grandes centros, que abranja a extensão das “regiões coesas”, pois estas exigem a oferta de meios de mobilidade por suas

razões funcionais, e não por conta da paisagem. A fragmentação territorial é um fenômeno que ganha importância nas metrópoles brasileiras, mas que não se faz acompanhar pela oferta de serviços que poderia ampliar sua relação com os espaços da metrópole. O problema não é a produção de moradias “distantes”, pois, como já dito, a distância é um conceito muito mais “social e político” do que físico.

Diante da dimensão do problema local das Chácaras Bom Retiro, sugere-se um modelo de intervenção simples, que daria bons resultados à comunidade e não exigiria muitos recursos dos seus responsáveis. Tal modelo pode ser observado na Figura 36.

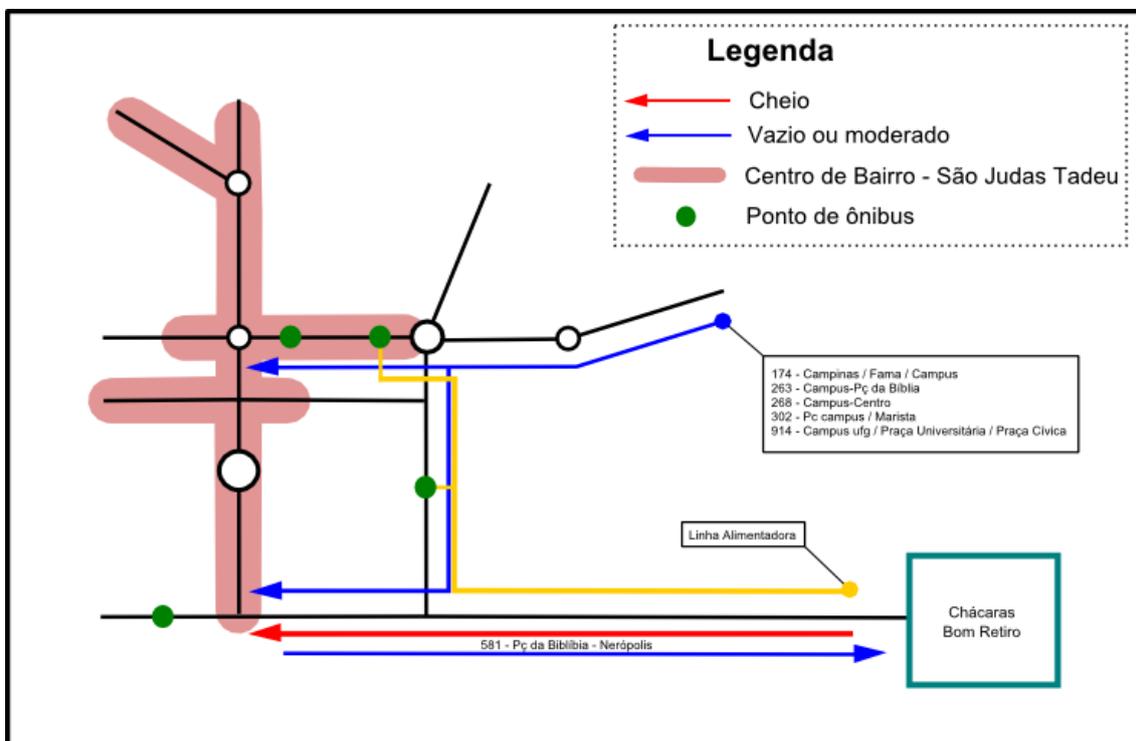


Figura 36 – Modelo de linha alimentadora no Bairro Chácaras Bom Retiro, projetada para o período matutino (das 7h às 9h).

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

O modelo foi desenvolvido para atender a dois princípios básicos: dar acesso ao centro do bairro São Judas Tadeu, já descrito anteriormente, e a outras rotas do transporte coletivo que passam pelo São Judas e pelo Pompéia. Sobre o período matutino, se justifica por ser o momento mais caótico para o acesso ao transporte coletivo no bairro, além de ser o horário que mais usuários se deslocam nas Chácaras Bom Retiro. Observa-se que a linha 581 parte para Goiânia cheia (em vermelho) e retorna para Nerópolis vazia (azul). A sugestão é uma linha

alimentadora (em amarelo) que fará um trajeto de aproximadamente sete quilômetros das 7h às 9h apenas.

Essa linha alimentadora dará acesso ao morador ao centro do bairro São Judas, no qual este poderá desenvolver inúmeras atividades, como já esclarecido. O retorno poderá ser realizado na própria linha 581, de forma tranquila, no período matutino, uma vez que o trajeto desta para Nerópolis é considerado de vazio a moderado. A mesma linha alimentadora dará ingresso ao usuário a cinco outras linhas, o que lhe garantirá acesso direto e indireto a toda a cidade, o que aumenta a autonomia do usuário quanto à escolha do trajeto que melhor lhe convém, além de proporcionar economia de tempo. Cabe ressaltar também, como mostra a imagem, que as linhas que partem rumo ao centro da cidade, no período, saem do setor Itatiaia com lotação vazia a moderada.

O modelo não foi desenvolvido para outros períodos devido à inversão dos níveis de lotação. A tarde é mais fácil o usuário se deslocar rumo à metrópole e mais difícil retornar a sua residência, ou seja, o sistema não teria a necessidade de “levar” o usuário, mas possibilitar seu retorno. No entanto, não seria eficiente para garanti-lo, uma vez que os usuários estariam dissipados no território da metrópole, o que exigiria o deslocamento para a linha alimentadora e representaria perda de tempo e eficiência.

Trata-se na verdade, apenas de um modelo que ajuda a compreender a problemática do lugar e também a pensar em uma possível alternativa. A sugestão apresentada aqui visa melhorar a autonomia de escolha do usuário e diminuir os transtornos nos deslocamentos, uma vez que a “redução dessas distâncias e tempos de circulação é fator determinante de bem-estar social, de ampliação do acesso a recursos e serviços e do tempo do não trabalho. Os percursos casa-trabalho são percebidos como tempo de trabalho e a redução das distâncias, como ganho para o trabalhador” (LAGO, 2010, p. 2). Dessa forma, “cada um pode inventar a sua cidade, escolhendo os lugares que lhe interessam e eliminando outros. Pode-se habitar num subúrbio e sentir-se do centro” (LÉVY, 2000, p. 5), esse deveria ser o princípio de uma região metropolitana.

Outra questão que vem chamando a atenção na localidade é a forma de ocupação empregada no lugar. Atualmente, a ocupação da parte nucleada das Chácaras Bom Retiro ocorre de forma irregular e se dá pela fragmentação das

chácaras em lotes, cujo parcelamento não obedece a uma lógica específica. As chácaras vão sendo divididas de acordo com o interesse do proprietário, seja para fins comerciais ou para herança familiar. A disposição dos lotes acaba por assumir um desenho desordenado, variando muito em tamanho de uma área para outra.

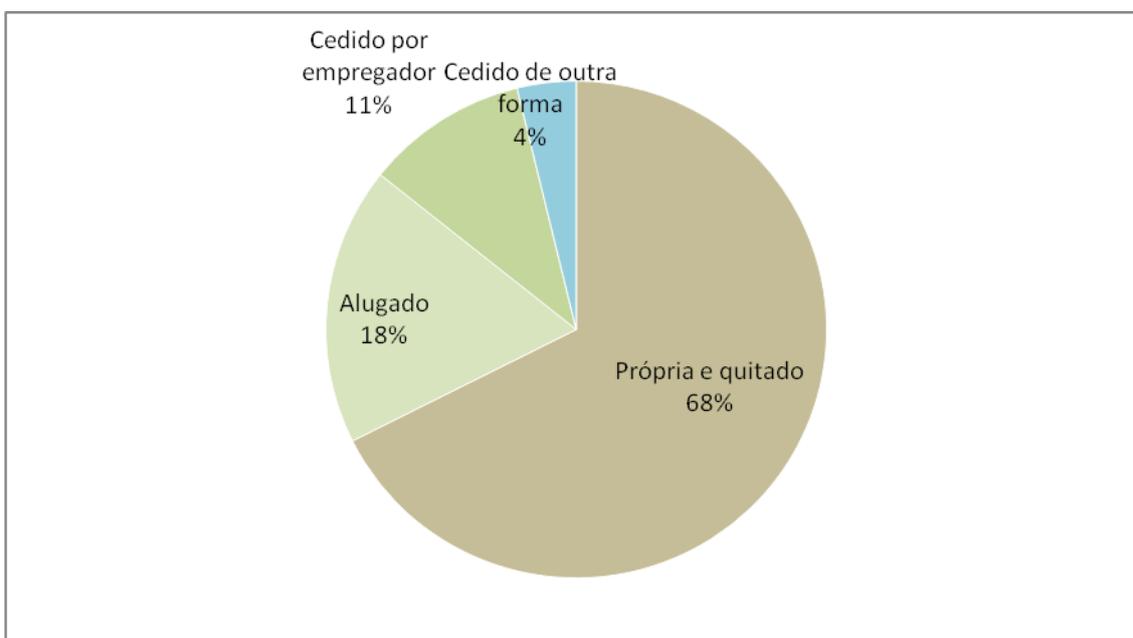
Como o parcelamento é irregular, não há escrituras dos novos lotes, o acordo é firmado pela confiança entre a pessoa que compra e a que vende. Alguns compradores elaboram um documento de participação referente à parcela dada em tamanho (m²) e porcentagem (%) do tamanho total da chácara. A valorização da terra dificultou o processo de parcelamento e a venda de lotes, e, como não há documentação, a única forma de aquisição é à vista, devido à impossibilidade de financiamento, por exemplo. Esse é o grande fator inibidor de crescimento do bairro, pois, caso houvesse uma forma de parcelar as chácaras em lotes e regularizar as escrituras, sem dúvida a realidade das Chácaras Bom Retiro seria outra.

Essa situação gera uma incoerência dentro da própria administração municipal. A região é considerada, para efeitos administrativos, um bairro, inclusive está representada no mapa de bairros da prefeitura de Goiânia. No entanto, situa-se fora do perímetro urbano do município, da zona de expansão urbana. Por essa razão se cobra imposto rural. Pessoas que não têm qualquer vínculo produtivo com a terra e vivem em lotes de quinhentos, quatrocentos ou trezentos metros quadrados pagam imposto rural. Contudo, existem prós e contras para essa situação. Um ponto positivo está no baixo valor do imposto rural (INCRA), interessante tanto para proprietários de grandes áreas como para os de lotes pequenos. A cobrança do imposto é feita segundo o tamanho das chácaras e, caso a propriedade tenha sido fragmentada em lotes, cobra-se uma taxa referente ao valor do imposto dividido pelo número de lotes. Em geral, os lotes pequenos pagam aproximadamente três reais de imposto anual. O ponto negativo está na dificuldade de acesso a alguns benefícios e direitos que poderiam ser adquiridos pelo proprietário, principalmente de baixa renda. O problema está, na verdade, tanto no tipo de tributo como na falta de escritura dos lotes. Alguns benefícios, como, por exemplo, linhas de crédito para construção ou reforma de imóvel, só são liberados comprovando a propriedade do lote e, em alguns casos, se exige a documentação do IPTU.

O Gráfico 6 destaca as atuais condições de moradia das famílias nas CBR. Os valores indicam que 68% das famílias possuem residência própria e quitada, esta

última condição adquirida por ausência de outras formas de aquisição, como já dito. A informalidade na divisão das terras inviabiliza outras formas de aquisição, como um financiamento. Resta, então, aos desprovidos de recursos e terras, o aluguel, que totaliza 18%. Outra informação interessante diz respeito às residências cedidas, que, juntas, totalizam 15% e, em sua grande maioria, são de caseiros de chácaras.

GRÁFICO 6. Chácaras Bom Retiro: Domicílios Particulares Permanentes – condição de ocupação, 2010.

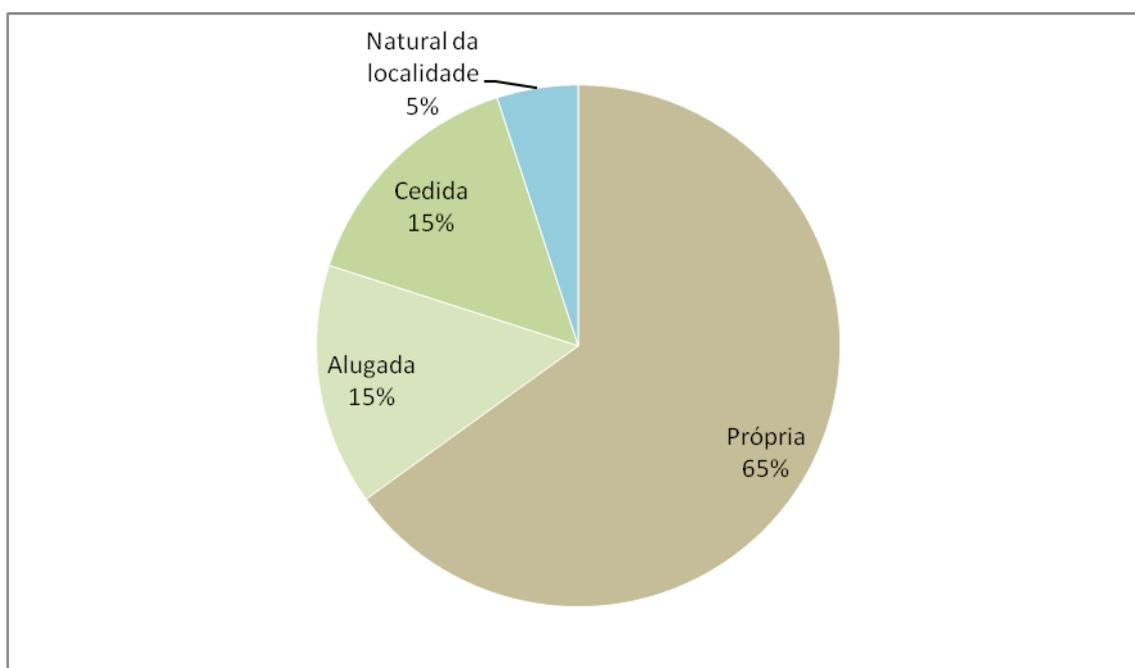


Fonte: Censo demográfico, 2010. IBGE.

O conjunto de moradias do bairro é bem diversificado, reflexo também da diversificação social e financeira da população local. Há a proliferação de muitas moradias do tipo “barraco” ou “barracão”, com a finalidade de aluguel, em geral em péssimas condições de habitação, pequenos e mal construídos. É interessante destacar uma característica comum da maioria dos moradores desse tipo de moradia: famílias pobres; não possuem laços familiares com a propriedade da terra (com os pioneiros); são relativamente novos na região; em grande parte são migrantes do Nordeste. Mesmo assim, atualmente há uma procura maior do que a oferta de moradia na região, até mesmo por esse tipo. Um dos fatores relaciona-se à multifuncionalidade do bairro e à mudança no uso do solo, que vem gerando empregos variados na região.

O Gráfico 7 complementa o anterior. Questionou-se ao grupo de moradores que residiam em outra localidade qual a situação de moradia anterior (própria, alugada, cedida). Percebe-se que grande parte das famílias possuía moradia própria antes de se mudarem para as CBR. Os dados traduzem um processo recente, que é o retorno de familiares ao bairro, motivados por diferentes fatores, como a busca por segurança, o estreitamento dos laços familiares e até mesmo a influência da lógica imobiliária, uma vez que se torna rentável a venda de imóveis em zonas mais valorizadas para a construção de residências nas CBR para quem já dispõe de direitos sobre a terra-família. Vale lembrar, também, o deslocamento de famílias sem vínculos afetivos com a região, motivadas por diferentes fatores, como por questões empregatícias, procura por tranquilidade, interesse por amenidades ambientais, etc.

GRÁFICO 7 – Chácaras Bom Retiro: Domicílios Particulares Permanentes – condição de ocupação anterior, 2012.



Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2012.

A formação dessa “área urbana” se desenvolve por meio de um modelo do qual estão ausentes alguns elementos importante para o pleno desenvolvimento urbano. As casas não possuem acesso a saneamento básico, rede de água e esgoto. O acesso à água se dá por meio de cisternas ou minipoços artesianos. E o esgoto doméstico é depositado em fossas sépticas. Não há um controle mínimo

quanto à qualidade desses instrumentos. As fossas e as cisternas são construídas sem o cuidado técnico que poderia garantir melhor qualidade e segurança quanto à saúde humana. Questões como a profundidade do lençol freático, a drenagem do solo, a declividade do relevo, a proximidade física das fossas sépticas com as cisternas e os poços não são levadas em consideração no processo de ocupação. Esse quadro vem levantando preocupação no que diz respeito ao núcleo chamado “vila”, às margens da GO-080, posicionado na declividade formada pela ação do Córrego Samambaia. Esse núcleo é formado por um forte adensamento de casas e, conseqüentemente, as cisternas podem estar sendo contaminadas pelas fossas sépticas próximas.

As ruas também não possuem sistema de drenagem, não há bueiros e nem meio-fio, como pode ser observado na Figura 37.



Figura 37 – Chácara Bom Retiro: enxurrada na Rua Patrocínio Viana, 2014.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

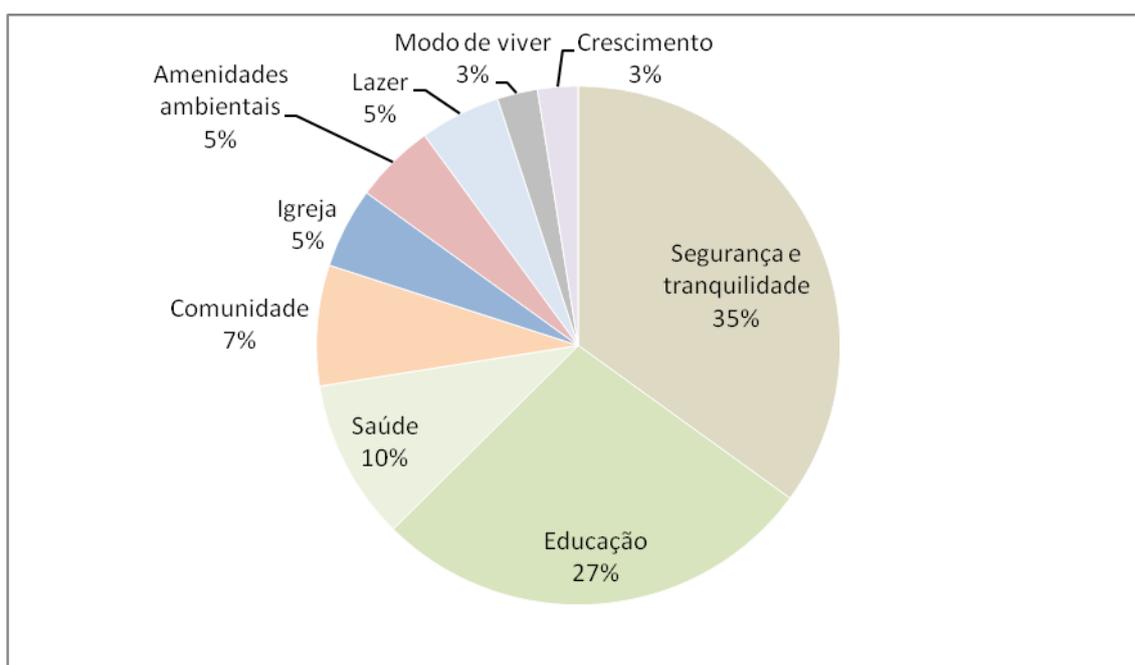
A imagem ilustra a Rua Patrocínio Viana e retrata uma situação corriqueira quando há chuvas fortes na região. A água da chuva “lava” o solo das chácaras ainda não construídas, que possuem pouca cobertura vegetal do tipo gramínea. Como não há meio-fio, a água invade a rua e deposita sedimentos por onde passa. Como tampouco há sistema de bueiros, a água se acumula na rua.

Existem, ainda, outras questões que marcam “o viver em um espaço em transição”. As relações pessoais entre os habitantes são mais próximas, não só pelo

grau de parentesco, mas por um arranjo social bem particular do lugar. Aquela velha frase “aqui todo mundo se conhece” faz muito sentido nesse bairro, favorecendo a formação de uma ideologia do “de dentro” e “de fora”. Os laços de afetividade, as relações de vizinhança e de confiança se aproximam aos estereótipos de “se viver em uma cidade do interior”.

O Gráfico 8 traz uma série de informações sobre os pontos positivos das Chácaras Bom Retiro segundo seus moradores, que reforçam a proximidade das relações pessoais. No conjunto das informações, 35% dos pontos positivos levantados pelos entrevistados se relacionavam à segurança e tranquilidade. “Saio de casa e esqueço as portas abertas. [...] Lá em Goiânia tá muito perigoso, aqui ainda tá tranquilo”, relata um dos entrevistados, demonstrando um contraste sentido por ele entre a localidade e a metrópole. A tranquilidade e o sentimento de segurança são reforçados pelos laços de família e de amizade já consolidados há muitos anos, o sujeito de “fora” é visto, ademais, com certo receio. Uma entrevistada relata certa preocupação com a vinda de moradores desconhecidos ao ser perguntada sobre o futuro do bairro: “Tá chegando muita gente diferente, a segurança vai acabando”.

GRÁFICO 8 – Elementos positivos das CBR segundo seus moradores.



Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

As relações sociais materializadas no bairro contribuem para a formação do sentido de pertencimento e de identidade com o lugar. Cria-se também uma atmosfera de segurança e tranquilidade, uma vez que “todos se conhecem” e a “cidade”, palco de violência urbana, está distante. Essa ideia é reforçada a todo o momento pelos meios de comunicação com a divulgação de notícias sobre como a cidade é violenta e brutal, favorecendo a construção negativa da imagem de metrópole. Outras categorias colocadas como positivas para o bairro, como a comunidade, a igreja e o modo de vida, reforçam a ideia de proximidade entre seus moradores. Contudo, mesmo com a prevalência de relações interpessoais próximas e consolidadas, a invasão da temporalidade da metrópole, o tempo formal, repercute nas práticas sociais e nas relações pessoais.

A educação também recebeu um destaque expressivo, mostrando, na verdade, o significado que a Escola Municipal Santa Terezinha tem para a comunidade. Em reportagem da TV Anhanguera³ sobre os problemas das Chácaras Bom Retiro, o repórter chega a se referir à escola como “a menina dos olhos de ouro” da população do bairro.

Questionou-se, ademais, como as pessoas visualizam o futuro do bairro, sendo possível organizar as respostas obtidas em dois grupos. O primeiro, formado pelas pessoas que não esperam muitas transformações: “vai mudar muito não”, “vai ficar a mesma coisa”; o segundo por aquelas que visualizam transformações mais significativas, orientadas pela metrópole: “vai aumentar”, “vai melhorar, tá construindo muitas casas”, “vai progredir, tá vindo empresas e vão construir o anel viário”, “muito bom, vão construir condomínio fechado pra cá”, “vai virar um setor de Goiânia”. Para esse grupo de pessoas, os problemas do bairro serão sanados apenas com a expansão da cidade em direção ao bairro e com o crescimento da própria localidade.

As questões ambientais foram apontadas também como ponto positivo das Chácaras Bom Retiro, em contraste com a imagem negativa da grande cidade. No local é possível ter um maior contato com a natureza (fauna e flora), com o silêncio, respirar um ar mais puro. O trajeto que marca o deslocamento do local de trabalho para o local de residência de quem vive no Bairro é marcado por um contraste na

³ Reportagem: “Moradores reclamam do descaso no Setor Chácara Bom Retiro, em Goiânia”. Disponível em: <http://globotv.globo.com/tv-anhanguera-go/ja-1a-edicao/v/moradores-reclamam-do-descaso-no-setor-chacara-bom-retiro-em-goiania/2318431/>,

paisagem, um corte. O trecho que liga o espaço construído da cidade com o lugar é marcado pela presença de matas, represas e corpos d'água, pastos, algumas vacas pelo caminho, uma mudança na sensibilidade da temperatura, do som. O sujeito chega a sua residência, pisa no gramado (muitas casas são gramadas), observa a paisagem, alguns “pés” de manga, goiaba, caju (hábito de se plantar árvores frutíferas no quintal). De fato, são elementos promotores de bem-estar social e que remetem ao campo.

A questão do campo ainda é muito presente no lugar, a herança rural está impregnada nas práticas sociais das pessoas. A prática de plantar e manter uma “roça” no pequeno pedaço de terra que ainda resta é um costume corriqueiro no lugar. Criar galinha, fazer horta, plantar ervas medicinais e chás são práticas carregadas pela memória, principalmente dos mais velhos. A paisagem do lugar discrimina esse fato, mesclando “espaço construído” com pequenas plantações nas descontinuidades, como pode ser observado na Figura 38.



Figura 38 – Chácara Bom Retiro: plantação de milho em contraste com a concentração de casas ao fundo.

Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

Infelizmente, a qualidade da foto não permitiu melhor clareza e percepção dos detalhes, mas, ao fundo, com uma roupa branca, é possível identificar uma senhora, proprietária da propriedade e da casa em destaque central, capinando a plantação

de milho. Ao fundo, observa-se uma concentração de casas, resultado da conversão da terra agrícola para urbana.

A Figura 39 também é importante para compreender a dimensão do campo na localidade. Trata-se da última fábrica de farinha de mandioca da região, persistindo após anos de transformações, conforme abordado no Capítulo 2. A plantação de mandioca e a produção de farinha e polvilho tem um valor simbólico muito forte no local.



Figura 39 – Fábrica de farinha de mandioca nas Chácaras Bom Retiro.
Fonte: ARAÚJO, Leonardo de Castro, 2014.

Atualmente, a prática agrícola desempenhada na comunidade é de uma agricultura de subsistência. Salvo algumas exceções, o interesse é a complementação alimentar ou de renda, não se trata mais da renda absoluta das famílias. No ano de 2004 foi implantado, nas Chácaras Bom Retiro, um programa de agricultura familiar por parte da Prefeitura Municipal de Goiânia. O projeto durou apenas um ano, mas produziu, nesse intervalo, bons resultados, demonstrando o potencial que a região teria.

O programa era bem simples, não havia grandes ambições, tratava apenas de questões básicas. Os princípios eram o fornecimento de calcário, a

disponibilização de um trator da prefeitura para o arado das terras e apoio técnico, dado por uma parceria entre a Prefeitura de Goiânia e a Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás. Segundo informações do presidente do bairro, nesse ano muitas áreas foram plantadas, com diferentes culturas, tendo o manejo adequado da terra proporcionado excelentes colheitas.

A seguir, são apresentadas algumas imagens, cedidas pela Associação de Moradores, que ilustram o projeto de agricultura familiar nas Chácaras Bom Retiro e seus respectivos resultados.



Figura 40 – Agricultura familiar: Chácaras Bom Retiro - plantação de mandioca.
Fonte: Associação de Moradores das Chácaras Bom Retiro, 2004.

A plantação de mandioca, como era de se esperar destinava-se à produção de farinha e polvilho. O milho sempre é plantado em época de chuva, muitas vezes intercalado com a plantação de mandioca, visto que o ciclo do milho é mais curto e não a prejudica.



Figura 41 – Agricultura familiar: Chácaras Bom Retiro – colheita de mandioca.
Fonte: Associação de Moradores das Chácaras Bom Retiro, 2004.



Figura 42 – Agricultura familiar: Chácaras Bom Retiro-plantação de milho.
Fonte: Associação de Moradores das Chácaras Bom Retiro, 2004.



Figura 43 – Agricultura familiar: Chácaras Bom Retiro – plantação de arroz.
Fonte: Associação de Moradores das Chácaras Bom Retiro, 2004.

Algumas famílias desenvolvem, nas Chácaras Bom Retiro, atividades econômicas com base na sua própria situação espacial – habitantes de um espaço periurbano. São pequenos negócios, mas que ajudam a complementar a renda familiar. Podemos citar, por exemplo, a fabricação de polvilho, a criação de galinha caipira, a produção de mel de abelha, a fabricação de polpas de frutas, aproveitando o próprio potencial da região como elemento produtivo. Lago (2010, p. 2) considera o “mercado de trabalho urbano como um campo de possibilidades para o trabalho manual e a casa na periferia, espaço de reprodução familiar, como espaço produtivo”. Essa questão é relevante se consideradas as particularidades dos espaços periurbanos, como das CBR, que apresentam grande potencial para a produção de novas alternativas econômicas, baseadas na perspectiva da unidade familiar com princípio produtivo.

Como já visto, muitas empresas enxergam a organização territorial das Chácaras Bom Retiro como um trunfo, um fator motivacional ao investimento, ao deslocamento de suas unidades. A mesma situação deveria acontecer com a própria comunidade, a situação espacial do bairro deveria funcionar como um fator potencializador de oportunidades econômicas e sociais, não como um estorvo. Neste capítulo foram mostrados vários exemplos de como a situação periurbana é

hoje importantíssima para muitos seguimentos: setor imobiliário, empresas de logística de transporte, produtores de tomate, pequenos agricultores e suas inúmeras hortas ao redor da cidade, todos eles inseridos em uma lógica metropolitana que exige novas articulações, possíveis apenas no contexto dos espaços periurbanos. O projeto da agricultura familiar é um exemplo do potencial da região e de como o espaço poderia ser mais bem aproveitado com um pouco de iniciativa do governo municipal. Os resultados dariam mais autonomia ao bairro, diminuiriam os problemas sociais, fixariam emprego e renda no local.

É necessário, portanto, encontrar alternativas aos problemas urbanos que emergem nessa nova realidade, principalmente em se tratando de “zonas de transição” como as áreas periurbanas, que não foram ainda completamente integradas ao tecido urbano das cidades. Tal perspectiva caminha ao lado da ideia de desenvolvimento socioespacial levantada por Souza (2010, p. 101), que traz um entendimento diferente para o conceito de desenvolvimento urbano:

Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social.

Pensar em desenvolvimento urbano, desse modo, é promover a produção de um espaço – a cidade – de forma democrática e participativa, o que vale dizer: proporcionar qualidade de vida a toda a cidade. É por essa perspectiva que se vislumbram as possibilidades de solução aos problemas enfrentados atualmente pela comunidade das Chácaras Bom Retiro e por outros territórios similares, que compartilham da mesma complexidade socioespacial. A gestão urbana “deve se basear nos princípios da eficiência, eficácia e equidade da distribuição dos recursos e investimentos públicos gerados a partir da cidade e revestidos em prol de seu desenvolvimento” (ACIOLY; DAVIDSON, 1998, p. 73). Desenvolvimento que não é só econômico, mas também socioespacial (SOUZA, 2010 p. 96).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou a relação estabelecida entre o processo de metropolização e a produção de um espaço periurbano. A análise desdobrou-se em observar as particularidades do processo de periurbanização na região norte do município de Goiânia e destacou as peculiaridades da dinâmica territorial do Bairro Chácaras Bom Retiro, que vem apresentando, recentemente, significativas mudanças advindas do efeito do processo de periurbanização do espaço.

A metropolização (metrópole + ação) é entendida como a ação territorial da metrópole que se articula em múltiplas escalas – global, regional, intraurbana/local – como foi colocado no primeiro capítulo. A ação da metrópole se estende para as áreas periféricas, influenciando o processo de periurbanização. Nessas áreas é possível identificar o efeito da metropolização nas questões fundiárias, nas fortes pressões advindas da metrópole, no processo de segregação e na produção de moradias populares e de condomínios fechados, na incorporação de um ritmo multifuncional às áreas periurbanas, etc.

O processo de periurbanização nas Chácaras Bom Retiro se dá em um movimento de mão dupla, uma vez que tal processo é fruto tanto da aproximação territorial e do avanço da metrópole como da ampliação das relações do lugar com o espaço metropolitano, fruto de uma lógica do próprio lugar. Nesse contexto, a metrópole “abraça” o lugar ao mesmo tempo em que este igualmente a “abraça”.

Esse elo territorial entre o espaço metropolitano e o lugar, constituído pelo bairro Chácaras Bom Retiro, se dá a partir de três questões fundamentais:

- Pela extensão técnica e funcional da metrópole para o lugar. Nesse ponto, podemos citar a instalação de rede de energia e iluminação pública, a duplicação da GO-080, o asfaltamento de ruas, a oferta de serviços públicos como coleta de lixo, a implantação de empresas, a construção de chácaras de lazer, o adensamento populacional, o parcelamento do solo, etc.;
- Ampliação dos fluxos e da interação local-metrópole, constituída pelos deslocamentos para trabalho, estudo, compras, lazer, etc. e pela unificação da tarifa do transporte coletivo intermunicipal;

- Mudanças nas práticas sociais oriundas da experiência metropolitana.

Essas questões, relacionadas, contribuem para a produção, nas Chácaras Bom Retiro, de um espaço periurbano carregado de particularidades que marcam a paisagem do bairro. Os espaços periurbanos são espaços em transição e, como tal, guardam grandes problemas sociais. Nas Chácaras Bom Retiro é possível pontuar a ausência de infraestrutura urbana complementar, assim como de comércio e oferta de serviços satisfatórios, além da precariedade no acesso ao transporte coletivo, dentre outros. Em realidade, essa situação é similarmente encontrada nos arrabaldes das grandes metrópoles brasileiras e se trata de um grande desafio para seus gestores.

Por fim, cabe ressaltar a importância de se renovar o debate sobre o processo de metropolização, destacando a periurbanização dos espaços periféricos na metrópole. As Chácaras Bom Retiro é um exemplo da configuração desses processos, além de guardar em si uma grande riqueza histórica e territorial. Espera-se contribuir com futuras reflexões sobre a Região Metropolitana de Goiânia, assim como para os conceitos de metropolização e periurbanização.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. **Densidade urbana**: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

AMORIM FILHO, O. B. Um modelo de zoneamento morfológico-funcional do espaço intra-urbano das cidades médias de Minas Gerais. In: AMORIM FILHO, O. B.; SENA FILHO, N. (Org.). **A morfologia das Cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

ANJOS, A. F. **A dinâmica intraurbana de Goianira no contexto da região metropolitana de Goiânia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

ARRAIS, T. A. **A produção do território goiano**: economia, urbanização e metropolização. Goiânia: Editora UFG, 2013a.

_____. Acionando territórios: a mobilidade na região metropolitana de Goiânia e em aparecida de Goiânia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 91-114, 2006.

_____. **Morar na metrópole, viver na praia ou no campo**: A segunda residência e o mercado imobiliário. Goiânia: Editora UFG, 2013b.

ARRIEL, M. F. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT) – Departamento de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, travessias sociais e paisagens cindidas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CORRÊA, R. L. A periferia urbana. **Geosul**, v. 1, n. 2, 1986.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. **O espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

_____. Os centros de gestão do território: uma nota. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 23-30, 1996.

_____. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista território**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11, p. 133-136, 2003.

COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

DAVIDOVISH, F. Metrópole e contemporaneidade, algumas pontuações. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 6, 2001.

DOMINGUES, A. (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Lisboa, I série, v. X/XI, 1994.

ESTEVA, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação de Goiás**. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

FAISSOL, E. O Mato Grosso de Goiás. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 79, 1949.

FERRARA, L. D. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Edusp, 1993.

FRESCA, T. Uma discussão sobre o conceito de metrópole. **Revista ANPEGE**, v. 7, n. 8, 2011.

GAMA, A. Indústria e produção de um espaço peri-urbano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 22, 1987.

GOIÂNIA. Plano Diretor de Goiânia. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**, Goiânia, n. 4147, 26 jun. 2007.

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal de. **Zoneamento ecológico econômico do município**. Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste - Prefeitura Municipal de Goiânia. Goiânia, 2008.

GOIÁS, Gabinete Civil da Governadoria. **Lei Complementar nº 27, de 30 de Dezembro de 1999**. Gabinete Civil da Governadoria. Superintendência de Legislação. Goiás, 1999. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=7066.

GOTTMANN, J. A dinâmica das grandes cidades. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 255, out./dez. 1976.

GROSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-19, 2001.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da Geografia. In: **A Geografia ativa**. 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1980.

LAGO, L. C. **Os sentidos do trabalho precário na periferia de uma grande metrópole**. In: ANAIS DO XVII. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS; 2010; Caxambú, MG. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo: Unesp, 1998.

LENCIONI, S. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. **Scripta Nova** – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 14, n. 331, 2010.

_____. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: contexto, 2003. p. 35-44.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEME, H. J. C. A espacialidade do desenvolvimento: as cidades na Região Centro-Oeste. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F.(Org.). **Regiões e cidades, cidades e regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 621-634.

LÉVY, J. Os novos espaços da mobilidade. Tradução de Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud. **GEOgraphia** – Revista da Pós-Graduação em Geografia UFF, Niterói, v. 3, n. 6, 2000.

LITTLE, P. E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização. **Textos de História** – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

NUCADA, M. **A trama e o drama no entorno de Goiânia: forças e tensões**. 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

O POPULAR. “Com casa, mas sem estrutura” (03 de fevereiro de 2014)

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

PINTO, J. V. C. As diversas escalas de análise do espaço metropolitano: o espaço intraurbano e intra-metropolitano. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 57-70, 2009.

PEIXINHO, D. M. **A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)**. 2006. Tese (Doutorado) - Departamento de

Geografia, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza – CNMN, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo** – Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

SASSEN, S. (entrevista). **O renascimento das cidades na era da nova economia**. Disponível em: <http://www.janelanaweb.com/manageme/saskia.html>.

SILVA, A. B. **Dinâmica de periurbanização na franja urbana-rural de Camaragibe**: transformações espaciais e condição ocupacional dos moradores pobres num quadro de desigualdade social. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Recife, 2011.

SOUZA M. L.; O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. (Org.); **Geografia**: Conceitos e Temas. São Paulo; Hucitec, 1995.

SOUZA, M. J. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPÓSITO, M. E. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, p. 27-37, 1998.

URRUELA, E.G. **La evolución de los estudios sobre áreas periurbanas**. Anales de Geografía de la Universidade Complutense, num. 7, Ed. Univ. Complutense, 1987.

TEIXEIRA, R. A. **No descompasso da metrópole**: um estudo sobre a dinâmica espacial da região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas. Goiânia: Editora IFG, 2013.

VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 210f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2005.

VILLAÇA, F. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira.** Encontro Nacional da Anpur, 7, 1997, Recife. ANAIS DO VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Recife, 1997.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: Lincon Institute, 2001.

_____. **Reflexão sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, 2003.

ANEXOS

ANEXO I



PARECER Nº 932/98
 PROCESSO: Nº 1270.857-2
 INTERESSADO: VER. OLIVIA VIEIRA
 ASSUNTO: Lei

AO DEPARTAMENTO DO CONTENCIOSO

Em atenção a solicitação do Departamento do Contencioso, solicitando informações sobre o Parcelamento denominado Chácaras "Bom Retiro" neste Município, temos a manifestar:

1º O imóvel encontra-se localizado na Zona Rural do Município de Goiânia por força da Lei Complementar nº 060 de 30/12/97.

2º O referido imóvel é parte integrante do Parcelamento denominado "Chácaras Bom Retiro", aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - em Módulos Rurais, registrado no Cartório da 3ª Circunscrição Imobiliária e Publicada no Diário da Justiça em 28/06/1960, tendo como loteador Eneas Gomes dos Santos.

3º A Rua que o Projeto de Lei 123/98 pretende denominar, estrada C II é parte integrante de parcelamento irregular da Chácara 40, não tramitando nesta Secretaria processo Administrativo referente a regularização da referida Chácara em 20 parcelas urbanas.

DIVISÃO DE CARTOGRAFIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
 aos 07 dias do mês de agosto de 1998.

Agrim. ANTÔNIO VLADIMIR BOJANIC HELBINGEN
 Chefe da Divisão de Cartografia

932int:lnn

ANEXO II



A
Gerência de Segurança Rodoviária,

Cumprindo determinação desta Gerência, referente ao Processo nº 27201/12, solicitado pela Câmara Municipal de Goiânia, referente a solicitação de ligação asfáltica entre a rua C-2, a Escola Municipal Santa Terezinha e a Igreja Santa Terezinha com a GO- 080 no Bairro Chácaras Bom Retiro em Goiânia, realizamos vistoria no local para proceder a análise de viabilidade técnica das condições de implantação e a segurança rodoviária no local, informamos:

Após análise de solicitação e vistoria “in loco”, informamos:

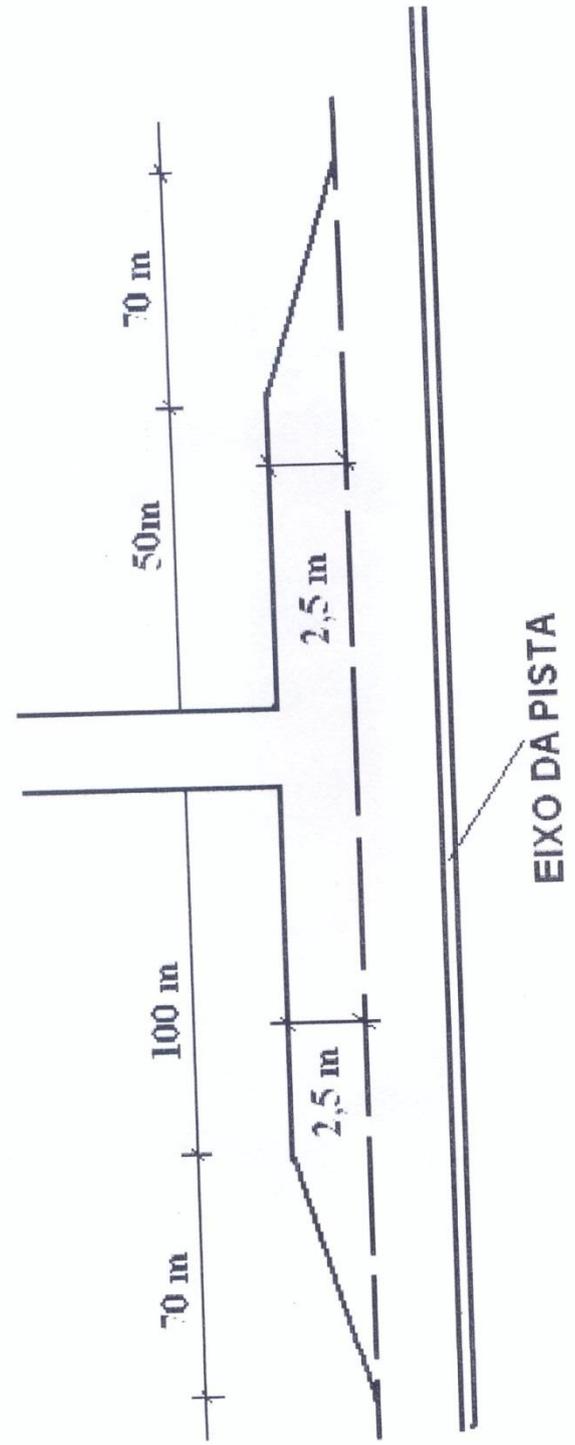
1. O local específico situa-se na GO-080, Km 08+300m, Trecho: Goiânia/ Nerópolis conforme foto aérea anexo;
2. O fluxo de veículos é considerado intenso, com pista dupla;
3. A velocidade de operação detectada no local é de, aproximadamente, 110 km/h;
4. Existência de rampa com valor aproximado entre 1,0 % a 2,0 %;
5. A sinalização rodoviária vertical e horizontal apresenta-se em excelente estado de conservação;
6. A topografia da região é considerada plana;
7. A plataforma do trecho em questão apresenta-se em tangente;
8. A existência de núcleos urbanos (residência, comércio, escolas e entretenimento, etc) às margens da referida rodovia . O referido setor não possui acesso regular;
9. À distância de visibilidade no local é de 300m para ambos os sentidos;
10. No local específico não verificamos a presença de elementos de drenagem rodoviária.



Diante o exposto, sugerimos como medida de segurança rodoviária:

1. Sugerimos que seja bloqueado os acessos irregulares e que seja construído uma via marginal, utilizando para acesso a rodovia GO-080, o acesso existente no posto de gasolina desativado, demonstrado em foto aérea anexo;
2. A viabilidade de um acesso para a rua C-02, conforme modelo padrão AGETOP anexo.
3. Toda sinalização alusiva ao trevo, deverá ser de acordo com as normas desta Agência;
4. O solicitante deverá iniciar a obra do citado trevo, com as devidas sinalizações no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da expedição da referida autorização da AGETOP;
5. O solicitante deverá comunicar a AGETOP (DMO) e solicitar via requerimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das obras, para a devida fiscalização e acompanhamento por parte dos Engenheiros Fiscais desta Agência;
6. Os materiais a serem empregados na execução da referida obra deverão ser de boa qualidade e serão inspecionados e aprovados por esta Agência;
7. A Agência Goiana de Obras poderá inspecionar os serviços sempre que julgar conveniente e exigirá as modificações que a seu juízo, se fizerem necessárias ou recomendáveis;
8. A recusa em cumprir qualquer um dos itens do presente parecer técnico implicará na cassação da autorização dos serviços com sua imediata interdição;
9. A referida cassação da autorização ou mesmo interdição da obra dar-se-á mediante a emissão de simples Notificação Extrajudicial ou Auto de Infração/Embargo expedida pela fiscalização desta Agência.
10. Informamos que o requerente deverá assinar Termo de Compromisso e Responsabilidade junto a essa agência e o credenciamento para o mesmo deverá ser acompanhado dos seguintes documentos ou cópias autenticada:
11. Projeto completo do trevo na escala 1:500, com todos os seus elementos, incluindo drenagem e sinalização, para posteriormente submeter à apreciação e aprovação por parte dos setores competentes desta Agência, em 3 (três) vias, devidamente registrado no CREA, bem como acompanhado da GUIA de ART do profissional habilitado;
12. Licença Ambiental expedida pelo órgão competente;

PROJETO PADRÃO DE ACESSO



Acesso para Rua C-O2

